



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA AGOE

29/07/2020

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2. Informações e Orientações para Participação nas Assembleias	4
3. Edital de Convocação	6
4. Propostas da Administração em Relação às Matérias para Votação	8
Anexo A. - Comentários sobre a Situação Financeira da Companhia	14
Anexo B. - Proposta de Destinação do Lucro Líquido	72
Anexo C. - Informações sobre os candidatos ao Conselho Fiscal	82
Anexo D. - Proposta de Remuneração dos Administradores	84
Anexo E. - Estatuto Social Consolidado	135
Anexo F. – Relatório de Alterações Estatutárias	151

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

É com grande satisfação que os convido a participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") da Cogna Educação S.A. ("Cogna" ou "Companhia"), a serem realizadas a se realizarem, concomitantemente, no dia 29 de julho de 2020, às 15:00hs, de modo exclusivamente digital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia.

Nas Assembleias, serão discutidas e votadas as matérias constantes do Edital de Convocação que integra este Manual, e que foi veiculado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e na Folha de São Paulo.

Este Manual tem o propósito de compilar, de forma resumida, as informações pertinentes aos procedimentos a serem adotados para participação nas Assembleias. A Administração da Cogna apresentou propostas com relação às matérias sob votação, as quais estão incluídas neste Manual.

Adicionalmente, visando assegurar a participação nas Assembleias, e em atendimento à Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e à Instrução CVM nº 481/2009 ("ICVM 481"), lembramos aos senhores a possibilidade de exercer o direito de voto por meio dos boletins de voto a distância.

Sugerimos avaliarem criteriosamente a Proposta da Administração e demais documentos relativos às Assembleias, que constam do presente manual e colocados à sua disposição na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br), além dos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), essenciais para auxiliar seu entendimento acerca das matérias constantes destas Assembleias.

Para a instalação, em primeira convocação, da Assembleias, será necessária a presença de acionistas que representem, pelo menos, 25% do capital social, nos termos do art. 125 da Lei das S.A., sendo que para a instalação e deliberação do item (iii) da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária será necessária a presença de acionistas representando, ao menos, 2/3 do capital social, nos termos do art. 135 da Lei das S.A. Portanto, caso seja atingido o quórum mínimo de 25% do capital social para a instalação das Assembleias, mas não seja atingido o quórum de 2/3 do capital social, as Assembleias serão instaladas mas o item (iii) da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária não será posto para votação, sendo postergada sua instalação e deliberação para segunda convocação.

Dado o capital extremamente pulverizado da Cogna, esperamos poder contar com a presença dos senhores, e reforço a importância de sua participação, de forma a decidirmos sobre as matérias aqui apresentadas.

Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para orientá-los e esclarecer quaisquer dúvidas.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2020.

Nicolau Ferreira Chacur

Presidente do Conselho de Administração

2. Informações e Orientações para Participação nas Assembleias

Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia do COVID-19 (coronavírus) e, conforme autorizado pelo Artigo 21-C, §3º da Instrução CVM nº 481/09, as Assembleias serão realizadas de modo exclusivamente digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico, através da plataforma digital Microsoft Teams, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

A fim de participar e votar por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá enviar à Companhia (via endereço de e-mail dri@kroton.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização das Assembleias (isto é, até às 15:00 do dia 27 de julho de 2020): (i) confirmação de participação nas Assembleias com aviso de recebimento; e (ii) os documentos indicados abaixo. O acesso via Microsoft Teams está restrito aos acionistas que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima.

Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista para viabilizar a sua participação: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista, além dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia autenticada:

Para pessoas físicas:	<ul style="list-style-type: none"> • Documento de identidade com foto do acionista.
Para pessoas jurídicas:	<ul style="list-style-type: none"> • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e • Documento de identidade com foto do representante legal.
Para fundos de investimento:	<ul style="list-style-type: none"> • Último regulamento consolidado do fundo; • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e • Documento de identidade com foto do representante legal.
Em relação aos documentos indicados acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notariação, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais).	

PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS POR MEIO DIGITAL

Após a análise dos referidos documentos e a comprovação de titularidade das suas ações, a Companhia enviará aos acionistas (ou aos seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que manifestaram interesse em participar nas Assembleias, as regras sobre os procedimentos necessários ao acesso e à utilização da plataforma digital Microsoft Teams. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer, de forma eletrônica, às Assembleias, munido dos documentos que comprovem a sua identidade.

A Companhia não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista possa enfrentar, bem como por eventuais questões alheias à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação nas Assembleias por meio do sistema eletrônico.

A Companhia recomenda, ainda, para os acionistas que desejarem participar das Assembleias por meio eletrônico, que se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Microsoft Teams, e que garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e por áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas (ou aos seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que, no dia das Assembleias, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência a fim de permitir a validação do seu acesso e a sua participação.

PARTICIPAÇÃO POR MEIO DO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias das Assembleias por boletim de voto a distância, sendo que possuem três opções de entrega:

- Para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- Para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e
- Diretamente à Companhia, aos cuidados do departamento jurídico.

Nos termos da ICVM 481, o boletim de voto a distância deve ser recebido até 7 dias antes da data das Assembleias, ou seja, até o dia 23 de julho de 2020, inclusive, devendo o acionista (i) enviá-lo diretamente à Companhia, conforme as instruções abaixo, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador, observadas as regras e prazos por esses determinados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos e prazos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim.

Vale notar que, conforme determinado pela ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a ICVM 481, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Rua Santa Madalena Sofia, nº 25, 4º andar, sala 01, Bairro Vila Paris, Belo Horizonte, MG - CEP 30380-650, aos cuidados da Diretoria Jurídica, Sr. Leonardo Augusto Leão Lara: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos documentos indicados no quadro contido no item 2 acima.

Nos termos da ICVM 481, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente das Assembleias, portando os documentos exigidos conforme o quadro contido no item 2 acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

3. Edital de Convocação

O Edital de Convocação será publicado nos jornais no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e na Folha de São Paulo, nos dias 27 e 30 de junho, e no dia 01 de julho de 2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. (“Companhia”) convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleias”), a se realizarem, concomitantemente, no dia 29 de julho de 2020, às 15:00hs, de modo exclusivamente digital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2019 e distribuição de dividendos;
- (iii) instalar o Conselho Fiscal;
- (iv) se instalado, fixar o número de membros que irá compor o Conselho Fiscal; e
- (v) se instalado, eleger os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020;
- (ii) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020; e
- (iii) aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, a fim de (a) atualizar e ratificar o valor do capital social e o número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2020; e (b) alterar o limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, e consequente alteração do artigo Artigo 6º, caput, do Estatuto Social da Companhia.

Esclarecimentos:

Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia do COVID-19 (coronavírus) e, conforme autorizado pelo Artigo 21-C, §3º da Instrução CVM nº 481/09, as Assembleias serão realizadas de modo exclusivamente digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema

eletrônico, através da plataforma digital Microsoft Teams, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação, e conforme o disposto no Artigo 5º, §3º da Instrução CVM nº 481/09, a fim de participar e votar por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá enviar à Companhia (via endereço de e-mail dri@kroton.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização das Assembleias (isto é, até às 15:00 do dia 27 de julho de 2020): (i) confirmação de participação nas Assembleias com aviso de recebimento; e (ii) os documentos indicados no parágrafo seguinte deste Edital de Convocação. O acesso via Microsoft Teams está restrito aos acionistas que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima.

Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista para viabilizar a sua participação: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista; e (iii) instrumentos que comprovem a identidade do acionista.

Após a análise dos referidos documentos e a comprovação de titularidade das suas ações, a Companhia enviará aos acionistas (ou aos seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que manifestaram interesse em participar nas Assembleias, as regras sobre os procedimentos necessários ao acesso e à utilização da plataforma digital Microsoft Teams. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer, de forma eletrônica, às Assembleias, munido dos documentos que comprovem a sua identidade.

A Companhia não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista possa enfrentar, bem como por eventuais questões alheias à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação nas Assembleias por meio do sistema eletrônico.

A Companhia recomenda, ainda, para os acionistas que desejarem participar das Assembleias por meio eletrônico, que se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Microsoft Teams, e que garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e por áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas (ou aos seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que, no dia das Assembleias, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência a fim de permitir a validação do seu acesso e a sua participação.

O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim de Voto a Distância.

Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como no seu site de Relações com Investidores (ri.cogna.com.br) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481/2009.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2020.

Nicolau Ferreira Chacur

Presidente do Conselho de Administração

4. Propostas da Administração em Relação às Matérias para Votação

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO **ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** **29 DE JULHO DE 2020**

Senhores acionistas,

A administração da Cogna Educação S.A. ("Cogna" ou "Companhia") apresenta aos senhores acionistas sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.S.as nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") convocadas, em primeira convocação, concomitantemente, para o dia 29 de julho de 2020, às 15:00hs, de modo exclusivamente digital .

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia em horário comercial e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), cópias dos documentos a serem discutidos nas Assembleias, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481/2009 ("ICVM 481").

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019:

Propõe-se a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Financeiras").

O relatório da administração, as Demonstrações Financeiras, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Comitê de Auditoria foram divulgados em 30 de março de 2020 nos websites da CVM e da B3, por meio do Empresas.Net, e também no website da Companhia, e serão publicados no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e no jornal "Folha de São Paulo".

O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria e Risco da Companhia manifestaram-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, conforme pareceres divulgados em conjunto com as Demonstrações Financeiras, no Sistema Empresas.Net em 27 de março de 2020.

Nos termos do art. 9º, inciso III da ICVM 481, as informações dispostas no **Anexo A** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2019 e distribuição de dividendos:

Propõe-se aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia e distribuição de dividendos, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos seguintes termos: (a) R\$ 153.352.816,00 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais) referentes a dividendos intercalares distribuídos pela Companhia, conforme aprovado por seu Conselho de Administração; (b) R\$ 11.762.238,29 (onze milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos) destinados à reserva legal; e (c) R\$ 70.129.711,42 (setenta milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e onze reais e quarenta e dois centavos) destinados à reserva para investimentos, nos termos do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia.

As informações exigidas pelo art. 9, parágrafo único, inciso II, da ICVM 481, estão contidas no **Anexo B** à presente proposta.

O Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se favoravelmente à referida proposta de destinação do lucro líquido, conforme parecer divulgado, através do Sistema Empresas.Net, em 30 de março de 2020.

(iii) instalar o Conselho Fiscal:

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

(iv) se instalado, fixar o número de membros que irá compor o Conselho Fiscal:

A Administração da Companhia propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes.

(v) se instalado, eleger os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes:

A Administração da Companhia propõe que sejam eleitos os seguintes membros para o conselho fiscal da Companhia:

1. Antônio Lúcio dos Santos (membro efetivo)
Fernanda Filizzola (membro suplente)
2. Lucila de Oliveira Carvalho (membro efetivo)
Rodrigo Peres de Lima Netto (membro suplente)
3. Ricardo Scalzo (membro efetivo)
Marcelo Curti (membro suplente)
4. Eduardo Christovam Galdi Mestieri (membro efetivo)
William Cordeiro (membro suplente)

As informações relativas aos candidatos indicados pela administração da Companhia, conforme exigido pelo art. 10 da ICVM 481 estão contidas no **Anexo C** à presente proposta.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020:

Propõe-se, para o exercício social de 2020, a fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia em até R\$ 74.258.321,59 (setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos), sendo estimado que (i) R\$ 54.076.975,32 (cinquenta e quatro milhões, setenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos) componham a Remuneração Fixa e Variável e (ii) R\$ 20.181.346,27 (vinte milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos) componham a remuneração com base nos Planos de Opção e Ações Restritas, decorrente do exercício de opção de ações e ações restritas passíveis de serem exercidas ao longo do ano de 2020.

A Administração entende que o valor proposto é condizente com as práticas de mercado se comparado a companhias de porte semelhante à Cogna. O valor estimado para Planos de Opção e Ações Restritas poderá alterar para mais ou para menos, conforme oscilação do preço da ação na data que o administrador exercer as opções ou ações restritas a que for beneficiário.

As informações exigidas pelo art. 12, inciso II da ICVM 481, estão contidas no **Anexo D** à presente proposta.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2019 foi aprovado um limite global de remuneração para os administradores no valor de R\$ 74.628.007,13 (setenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil, sete reais e treze centavos), tendo sido efetivamente pago o valor total de R\$ 46.557.421,80 (quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta centavos). A diferença

entre o valor aprovado e o efetivamente pago decorre, principalmente, dos montantes pagos a título de remuneração variável.

(ii) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020:

Para a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, a Administração propõe a remuneração individual de cada membro, em observância ao art. 162, § 3º da Lei 6404/76, em 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Em cumprimento ao disposto no art. 12 da ICVM 481, a proposta de remuneração ora apresentada não altera em qualquer aspecto o item 13 do Formulário de Referência da Companhia, ressalvadas atualizações oportunas a serem feitas ordinariamente até 31 de maio de 2020, em conformidade com o disposto no art. 24, § 1º da ICVM 480.

As informações exigidas pelo art. 12, inciso II da ICVM 481, estão contidas no **Anexo D** à presente proposta.

(iii) reforma do Estatuto Social da Companhia, a fim de (a) atualizar e ratificar o valor do capital social e o número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2020; e (b) alterar o limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, e consequente alteração do artigo Artigo 6º, caput, do Estatuto Social da Companhia.

A administração propõe a reforma do Estatuto Social da Companhia, a fim de (a) atualizar e ratificar o valor do capital social e o número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de fevereiro de 2020; e (b) alterar o limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, e, por consequência, alterar a redação do artigo 6º, caput, do estatuto social da Companhia.

Com a aprovação da atualização e ratificação do valor do capital social da Companhia, na forma do item "(a)" do parágrafo acima, o artigo 5º, caput, do estatuto social da Companhia passará a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 7.667.615.402,90, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.876.606.210 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

Com relação à sugestão de reforma estatutária constante do item "(b)" acima, a Administração informa inicialmente que, do atual limite de 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações que compõe o capital autorizado da Companhia, 1.876.606.210 (um bilhão, oitocentas e setenta e seis milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e dez) ações já foram emitidas e o saldo é 123.393.790 (cento e vinte três milhões, trezentas e noventa e três mil, setecentas e noventa) ações. A Administração propõe incrementar o saldo do capital autorizado atual em 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias adicionais. Desta forma, o capital autorizado da Companhia passaria a ser de 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias. Caso aprovado o aumento do limite do capital autorizado, o artigo 6º, caput, do estatuto social da Companhia passará a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante a emissão de até 3.000.000.000 (três bilhões) ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."

A administração entende que a alteração em questão preservará a utilidade e o objetivo subjacente à previsão de capital autorizado, isto é, viabilizar uma maior flexibilidade e dinamismo a eventuais capitalizações futuras da Companhia, através de um procedimento mais célere.

Por fim, a administração esclarece que, em observância ao disposto no art. 11 da ICVM 481, e de modo a facilitar a compreensão dos acionistas sobre as alterações propostas, a versão consolidada do Estatuto Social da Companhia integra a presente Proposta como seu **Anexo E**, bem como o relatório das alterações estatutárias, que compreende o **Anexo F**.

A Administração

Anexo A. - Comentários sobre a Situação Financeira da Companhia

(Conforme Item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 10.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Nos segmentos de Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial, a Companhia encerrou o exercício social em 31 de dezembro de 2019 com 821.609 alunos, sendo 780.396 matriculados em cursos de Graduação e outros 41.213 em cursos de Pós-graduação, considerando as modalidades Presencial e EAD, número 4,0% inferior à quantidade registrada em 31 de dezembro de 2018, o que representa a redução da base de ensino superior em 34.588 alunos neste período. Essa variação negativa da base reflete o maior número de formaturas observadas no período em razão das fortes safras de captação verificadas em 2014 e 2015, além da mudança no perfil da base, com a redução no número de alunos FIES (que, tradicionalmente, apresentavam menor evasão) e com o aumento dos alunos matriculados na modalidade 100% online de EAD (que possuem maior propensão a evadir). Dessa forma, verificou-se uma pressão maior de evasão registrada no período, principalmente no presencial. Por outro lado, a Companhia tem investido bastante na atualização do portfólio de cursos oferecidos e no seu canal de empregabilidade como forma de mitigar esses efeitos e garantir sólidos resultados de captação, como atestam os últimos processos realizados em 2019, nos quais foram apresentados crescimento de volume tanto no segmento Presencial quanto no EAD, com um montante de receita de captação muito mais forte

Ao final do ano de 2018, a Companhia contava com 856.197 alunos de Ensino Superior, sendo 815.332 matriculados em cursos de Graduação e outros 40.865 em cursos de Pós-graduação, considerando as modalidades Presencial e EAD, número 2,3% inferior na comparação anual, o que representa a redução da base em 19.943 alunos neste período, novamente refletindo o maior número de formaturas e a mudança no perfil da base de alunos. Adicionalmente, a lenta recuperação econômica verificada no ano passado e a manutenção de um alto nível de desemprego contribuíram para pressionar os indicadores de evasão da Companhia.

Em decorrência dos fatores descritos acima, a receita líquida de Ensino Superior EAD obteve R\$ 1.057,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 1.221,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 15,6%. Em 31 de dezembro de 2018, tivemos R\$ 1.057,0 milhões, comparado a R\$ 1.073,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, queda de 1,5%.

Com relação ao Ensino Superior Presencial, nossa receita líquida totalizou R\$ 3.757,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, queda de 11,2% frente aos R\$ 4.260,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018.

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida de Ensino Superior atingiu R\$ 4.979,2 milhões, comparado a R\$ 5.317,7 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, queda de 6,4%.

Considerando o segmento de Educação Básica, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 2.047,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 175,6% no comparativo com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, onde obtivemos uma receita líquida de R\$ 743,1 milhões, como resultado da aquisição da Somos Educação S.A. ("Somos") e das demais escolas adquiridas pela Saber Serviços Educacionais S.A. ("Saber") ao longo de 2018. É válido notar também que, a partir de 2019, o segmento de Educação Básica passou a ser constituído por duas unidades de negócios: (i) Plataformas Integradas de Serviços de K-12 & PNLD/Contratos Oficiais que englobam as nossas soluções de conteúdos core, soluções de conteúdos complementares e serviços digitais, além do PNLD e dos contratos oficiais com poder público; e (ii) gestão de escolas que abrange todas as escolas próprias e geridas do grupo (54) e as operações da Red Balloon próprias, franquias e in-school.

Na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia registrou um aumento na receita líquida de educação básica de 318,9%, obtendo R\$ 177,4 milhões em 2017 e R\$ 743,1 milhões em 2018, também refletindo nosso crescimento inorgânico no período, com a aquisição da Somos.

Indicadores Financeiros

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 7.027,2 milhões, aumento de R\$ 966,5 milhões, ou 15,9% na comparação anual, pelos motivos citados acima. Por sua vez, o lucro líquido totalizou R\$ 242,6 milhões, redução de R\$ 1.150,3 milhões, ou 82,6%, refletindo: (i) o maior volume de despesas financeiras em razão da dívida contraída para a aquisição da Somos, (ii) o aumento dos níveis de amortização do ágio derivado das aquisições ocorridas em 2018, especialmente Somos; e (iii) menor resultado operacional observado no Ensino Superior, decorrente da redução da base de alunos em razão do aumento de formaturas e da evasão dos alunos em comparação ao mesmo período do ano passado, fruto da manutenção do alto nível de desemprego e também da lenta recuperação econômica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 6.060,7 milhões, aumento de R\$ 502,9 milhões, ou 9,1% na comparação anual, pelos motivos citados acima. Por sua vez, o lucro líquido totalizou R\$ 1.392,9 milhões, queda de R\$ 489,5 milhões, ou 26%, em função dos seguintes impactos: (i) o aumento das despesas comerciais como consequência da expansão geográfica, além do ambiente competitivo mais acirrado, (ii) o aumento dos níveis de depreciação derivado dos investimentos em produção de conteúdo e tecnologia, que possuem vida útil depreciável mais curta, (iii) o maior imposto gerado com o recebimento de uma das parcelas dos ativos vendidos, bem como (iv) a venda de ativos realizada no final de 2017.

Por fim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 5.557,7 milhões, aumento de R\$ 313,0 milhões, ou 6,0% na comparação anual, com um lucro líquido de R\$ 1.882,3 milhões, crescimento de R\$ 17,7 milhões, ou 0,9%, decorrente principalmente dos esforços conduzidos para aumentar a eficiência da Companhia, com uma gestão austera de custos e despesas e um rígido controle orçamentário. Beneficiaram também este resultado a captura de ganhos de sinergia e eficiência, através de iniciativas como o rollout do software de Pesquisa Operacional (PO) e do nosso modelo acadêmico KLS 2.0, que vem promovendo reduções significativas na alocação de carga horária por aluno, além do projeto de strategic sourcing, da otimização do desempenho do EAD de Anhanguera e outras iniciativas.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizou R\$ 843,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado a R\$ 2.595,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, queda de R\$ 1.752,5 milhões, ou 67,5%, devido ao pagamento pela aquisição da Somos e outros investimentos de expansão realizados no exercício.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizou R\$ 2.595,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 1.733,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Desta forma, em 2018 registramos um aumento de 49,8%, como consequência da geração de caixa observada no período, dos recursos obtidos via aplicações financeiras e de caixa proveniente de aquisição de controladas, além do recebimento dos 50% remanescentes relacionados ao FIES devidos pela Portaria Normativa 23 (PN23).

A nossa administração analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no

quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	4.478,5	5.580,1	3.536,1
Passivo Circulante	2.750,6	2.565,5	1.345,5
Índice de liquidez corrente	1,6	2,2	2,6
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	18.283,2	14.476,1	3.012,7
Ativo Total	34.118,4	31.949,1	18.220,4
Índice de endividamento	0,5	0,5	0,2
Lucro Líquido	242,6	1.392,90	1.882,30
Ativo Total	34.118,4	31.949,13	18.220,4
Retorno sobre os ativos	0,7%	4,4%	10,3%
Lucro Líquido	242,6	1.392,9	1.882,3
Patrimônio Líquido	15.835,3	17.473,1	15.207,7
Retorno sobre o patrimônio líquido	1,5%	8,0%	12,4%

No comparativo entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Índice de liquidez corrente diminuiu de 2,2x para 1,6x, impactado pelo pagamento da aquisição da Somos aos antigos controladores. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e títulos e valores mobiliários apresentava um elevado saldo devido à Companhia ter realizado a captação de recursos e, naquele momento, ainda não ter pago os valores da aquisição. Vale ressaltar que a maior parte desses recursos foi usada para pagar os antigos controladores da Somos no dia 11 de outubro de 2018, data do fechamento da operação. Entre 2017 e 2018, o Índice de liquidez corrente reduziu de 2,6x para 2,2x, principalmente devido ao maior endividamento para fazer frente à aquisição de Somos.

Já o índice de endividamento foi mantido em 0,5x entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, e totalizou 0,3x entre os anos encerrados em 31 de dezembro de 2017, ambos devido à emissão de debêntures para aquisição de controladas, notadamente a Somos.

Nosso retorno sobre os ativos passou de 4,4% em 31 de dezembro de 2018 para 0,7% em 31 de dezembro de 2019, em função do aumento no ativo total, principalmente relacionado aos ativos da Somos e demais aquisições, além da queda no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda, nosso retorno sobre os ativos passou de 10,3% no ano findo em 31 dezembro 2017 para 4,4% no ano findo em 31 dezembro de 2018, em função do aumento no nosso contas a receber, por sua vez refletindo a maior exposição da Companhia aos produtos de parcelamento, e por aquisições de controladas no final do exercício.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos 8,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 1,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A redução está relacionada à diminuição no lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, principalmente impactado pelo aumento nas despesas financeiras decorrentes da captação de debêntures, além de aumento na amortização do ágio decorrente da aquisição de novas empresas. Entre os exercícios sociais de 2018 e 2017, o retorno sobre o patrimônio líquido reduziu de 12,4% para 8,0%, resultado do aumento das reservas de lucro da Companhia.

(b) Estrutura de Capital

Os nossos Diretores acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido teve redução de 9,4%, passando de R\$ 17.473,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 15.835,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido ao lucro apurado no exercício, deduzido dos dividendos distribuídos. Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido registrou aumento de 14,9%, passando de R\$ 15.207,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 17.473,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao lucro apurado no exercício, já deduzido dos dividendos distribuídos.

A seguir apresentamos as movimentações ao endividamento financeiro líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos e debêntures – circulante	579,5	527,5	227,8
Empréstimos e financiamentos e debêntures – não circulante	7.505,0	7.156,1	76,1
Dívida Bruta	8.084,6	7.683,6	303,9
Caixa e equivalentes de caixa	(371,7)	(1.485,6)	(921,3)
Títulos e valores mobiliários	(471,4)	(1.110,0)	(811,9)
Disponibilidades	(843,1)	(2.595,6)	(1.733,2)
Dívida (Caixa) Líquida	7.241,5	5.088,0	(1.429,3)

Em 31 de dezembro de 2019, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, resultou em uma dívida líquida de R\$ 7.241,5 milhões comparado a uma dívida líquida de R\$ 5.088,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, em decorrência dos empréstimos incorporados à Companhia advindos da Somos, da emissão de debêntures ocorrida em abril de 2019 e do desembolso de caixa, realizado em maio de 2019 aos acionistas não controladores da Somos.

Em 2018, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo, resultou em uma dívida líquida de R\$ 5.088,0 milhões, frente a um caixa líquido de R\$ 1.429,4 milhões em 2017, também refletindo o aumento no endividamento para fazer frente à aquisição da Somos.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separando em dois elementos fundamentais (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Consequentemente, temos uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Capital de terceiros (Passivo Circulante + Passivo não circulante)	18.283,2	14.476,1	3.012,7
Capital próprio (patrimônio líquido)	15.835,3	17.473,0	15.207,7
Capital total (terceiros + próprio)	34.118,4	31.949,1	18.220,4
Capital de Terceiros / Capital Total	53,6%	45,3%	16,5%
Capital Próprio / Capital Total	46,4%	54,7%	81,5%

Capital Próprio

O Patrimônio Líquido registrou R\$ 18.283,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, R\$ 17.473,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 15.207,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Além disso, a relação do capital próprio frente a nossa estrutura de capital foi de 46,4% em 31 de dezembro de 2019, 54,7% em 31 de dezembro de 2018 e 81,5% em 31 de dezembro de 2017.

Capital de Terceiros

O nosso capital de terceiros é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) no montante de R\$ 8.084,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.683,6 milhões em 31 de dezembro de 2018), e também por demais passivos no valor de R\$ 10.198,6 milhões (R\$ 6.792,4 milhões em 31

de dezembro de 2018), totalizando R\$ 18.283,2 milhões em 2019 (R\$ 14.476,1 milhões em 31 de dezembro de 2018). Comparando os valores de 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018, nota-se um aumento de 26,3%, principalmente, em consequência da mudança nas práticas contábeis advindas do IFRS16, o qual trouxe significativas mudanças para os arrendatários ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Esta norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. Os recursos de terceiros visam sempre: (i) suprir necessidades pontuais de capital de giro, e (ii) financiar aquisições e investimentos.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos exercícios sociais, suprimos as nossas necessidades de recursos basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, os nossos Diretores acreditam que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso os nossos Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, englobando investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 800 milhões no mês de abril/2019, com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar seu passivo financeiro.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	579,5	527,5	227,8
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	7.505,0	7.156,1	76,1
Endividamento Bruto	8.084,6	7.683,6	303,9
Endividamento Circulante / Total	7,2%	6,9%	75,0%
Endividamento Não Circulante / Total	92,8%	93,1%	25,0%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações; e (iii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros.

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os nossos Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos

financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa, sabendo-se que o nosso endividamento é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo, e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e de investimentos em nossos segmentos de atuação em Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando recorremos a instituições bancárias, contratamos linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados.

(Em R\$ milhões)			Em 31 de dezembro de					
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2019	2018	2017
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Banco Bradesco S/A	1a Emissão de Debêntures 237/3396/1 512 de 15/12/2011	550	15 de dezembro de 2018	CDI + 2,0% a.a.	-	-	78,9
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Banco Itaú S.A. e Banco Bradesco S.A.	2a emissão de Debêntures - 1a série - 18/02/2015	400	28 de setembro de 2018	CDI + 1,95% a.a.	-	-	102,2
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Banco Itaú S.A. e Banco Bradesco S.A.	2a emissão De Debêntures - 3a série - 18/02/2015	85	10 de dezembro de 2019	CDI + 1,7% a.a.	-	42,7	85,4
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única - 27/08/2018	220	15 de agosto de 2021		223,9	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	1a emissão Debentures série única - 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	807,2	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 1ª série - 15/08/2018	1129	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	1.152,2	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 2ª série - 15/08/2018	4264	15 de agosto 2023	CDI + 1,00% a.a.	4.246,5	-	-
Saber S.A.	Banco Itaú S.A.	1a emissão De Debêntures - 1a série 5a emissão	1130	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	-	1.154,2	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	Debentures 3ª série - 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	112,8	-	-

(Em R\$ milhões)			Em 31 de dezembro de					
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2019	2018	2017
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	101,7	15 de agosto de 2023	CDI + 1,00% a.a.	102,3	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	6a emissão Debentures 1ª e 2ª séries – 15/08/2018	800	15 de agosto de 2022	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	510,3	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	7a emissão Debentures série única – 15/03/2018	800	15 de setembro de 2021	CDI + 1,15% a.a.	812,4	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	8a emissão Debentures série única – 25/10/2017	100	25 de outubro de 2020	CDI + 1,00% a.a.	116,3	-	-
Saber S.A.	Banco Itaú S.A.	1a emissão De Debêntures - 1a série	1130	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	-	1.154,2	-
Saber S.A.	Banco Itaú S.A.	1a emissão de Debêntures - 2a série	4264	15 de agosto de 2023	CDI + 1,00% a.a.	-	4.360,0	-
Saber S.A.	Banco Itaú S.A.	1a emissão de Debêntures - 3a série	106	15 de agosto de 2025	IPCA + 6,7234 % a.a.	-	108,6	-
Saber - Somos	Banco Itaú S.A.	2a emissão de Debêntures - 1a e 2a série	800	15 de agosto de 2020	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	-	817,3	-
Saber – Somos	Banco Itaú S.A.	3a emissão de Debêntures	800	15 de novembro de 2021	CDI + 1,15% a.a.	-	813,2	-
Saber – Scipione	Banco Itaú S.A.	4a emissão de Debêntures - série única	100	25 de outubro de 2020	CDI + 1,00% a.a.	-	108,3	-
Saber – Saraiva	Santander S.A.	1a emissão de Debêntures	220	25 de agosto de 2021	CDI + 1,00% a.a.	-	224,1	-
Anhanguera Educacional Ltda.	N.A.	Leasing	41,5	N.A.	N.A.	0,7	55,2	37,4
Total						8.084,6	7.683,6	303,9
<i>Parcela circulante</i>						<i>579,5</i>	<i>227,8</i>	<i>219,3</i>
<i>Parcela não circulante</i>						<i>7.505,1</i>	<i>76,1</i>	<i>324,7</i>

A seguir apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2019.

- A controlada Saber emitiu 550.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, totalizando R\$ 5.500.000 mil, sendo: (i) 112.966 Debêntures da 1ª série no valor total de R\$ 1.129.660 mil; (ii) 426.434 Debêntures da 2ª série no valor total de R\$ 4.264.340 mil; e (iii) 10.600 Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$ 106.000 mil. A Cogna, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019, assumiu todos e quaisquer ônus relativos às debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado.
- A Companhia, por meio da controlada Saber, na data da aquisição da Somos em 11 de outubro de 2018, passou a consolidar nos demonstrativos financeiros, todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela

Somos no âmbito (a) da 1ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento, pela Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, no valor de R\$ 800.000,00; e (b) da 2ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento pela Saber, das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas no valor de R\$ 800.000,00; e (ii) a assunção, pela Saber, de todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Scipione no âmbito da 3ª Emissão Scipione, bem como, em contrapartida, a emissão, pela Scipione em favor da Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione, de modo que a Saber será a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione no valor de R\$ 100.000,00. A Saber assumirá os direitos e obrigações de emissora decorrentes das Debêntures 1ª Emissão Somos, das Debêntures 2ª Emissão Somos e das Debêntures 3ª Emissão Scipione na forma de suas 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões públicas de debêntures, respectivamente. A Cogna, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019, assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado. Em contrapartida a este movimento, a Controlada Saber emitiu debêntures privadas com o intuito de quitação da dívida junto a Controladora.

- Em 27 de agosto de 2018, através da Somos, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Saraiva Educação, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R\$ 100. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as debentures foram transferidas para a controlada EDE.
- Em 15 de abril de 2019, a Controladora realizou sua primeira emissão de debêntures simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000,00 cada uma, totalizando R\$ 800.000 mil. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debêntures terão prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento de principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, não há em nosso passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

O nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2019, está assim distribuído:

Empresa	Banco	Contrato	31/12/2019	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única – 27/08/2018	223,9	4,1	219,8	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	1a emissão Debentures	807,2	8,7	-	798,4	-

Empresa	Banco	Contrato	31/12/2019	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos
		série única – 15/04/2019					
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 1ª série – 15/08/2018	1.152,2	23,7	1.128,5	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	4.246,5	93,0	2.073,9	2.079,6	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 3ª série – 15/08/2018	112,8	7,1	-0,1	35,1	70,7
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	5a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	102,3	2,3	100,0	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	6a emissão Debentures 1ª e 2ª séries – 15/08/2018	510,3	310,9	99,6	99,8	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	7a emissão Debentures série única – 15/03/2018	812,4	12,8	799,6	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	8a emissão Debentures série única – 25/10/2017	116,3	116,3	-	-	-
Anhanguera Educacional Ltda.	N.A.	Leasing	0,7	0,5	0,2	-	-
		TOTAL	8.084,6	579,5	4.421,4	3.012,9	70,7

*Nota: Os custos de estruturação de dívida são apropriados durante o prazo do contrato e contabilmente deduzidos do valor principal.

ii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures emitidas pela controlada Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE") requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão. Os cálculos são exigidos desde 2012 até 2019, data do vencimento final.

As debêntures emitidas pela controlada Saber e pela Cogna também requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais serão apurados trimestralmente, durante a vigência desta emissão, com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, que é garantidora da emissão. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Limite disponível	Em 31 de dezembro de 2019	
		Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS

Receita Líquida

Nossa receita líquida é composta pela receita bruta de vendas e/ou dos serviços prestados e pelas deduções da receita bruta (impostos, bolsas, descontos e devoluções).

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A nossa receita bruta é gerada pelos nossos segmentos de Educação Básica, Ensino Superior Presencial e Ensino Superior à Distância.

No segmento de Educação Básica, ampliamos nossa atuação de forma relevante através da incorporação da Somos em outubro de 2018. Com a Somos, passamos a ofertar um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, inicialmente estruturado em duas grandes Unidades de Negócio:

1. Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais: engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contra-turno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços. Neste segmento também estão considerados os serviços prestados relativos ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e demais contratos firmados com órgãos oficiais.
2. Gestão de Escolas: compreende o desempenho das escolas de Educação Básica próprias, bem como dos contratos de gestão de escolas de terceiros (nos quais grandes empresas/organizações nos contratam para gerir suas unidades escolares), além de todas as operações do Red Balloon (escolas próprias, franquias e *in-schools*). A operação da Red Balloon está consolidada na Unidade Gestão de Escolas, pois a maioria dos seus alunos estuda em unidades autônomas

No Ensino Superior Presencial, a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam nosso produto de parcelamento próprio, o PEP, aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior a Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos de extensão, cursos livres e cursos preparatórios focados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em concursos para carreiras públicas por meio da marca LFG. O Polo é responsável por toda a infraestrutura local oferecida, bem como uma série de prestações de serviços administrativos e complementares aos alunos. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes de nossas operações nos diversos segmentos, como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior e operações próprias de Educação Básica, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

Despesas/Receitas Operacionais

As nossas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, temos principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente

reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos definidas atualmente são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV ¹ 2019 (%)	31/12/2018	AV ¹ 2018 (%)	Variação 2019/18 (%)
Receita Líquida	7.027,2	100,0	6.060,7	100,0	15,9
Ensino Superior Presencial	3.757,6	53,5	4.260,7	70,3	(11,8)
Ensino Superior EAD	1.221,7	17,4	1.057,0	17,4	15,6
Educação Básica	2.047,9	29,1	743,1	12,3	175,6
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.809,6)	(40,0)	(2.268,8)	(37,4)	23,8
Custo dos Produtos Vendidos	(515,2)	(7,3)	(183,9)	(3,0)	180,1
Custo dos Serviços Vendidos	(2.294,4)	(32,7)	(2.084,9)	(34,4)	10,1
Lucro Bruto	4.217,6	60,0	3.791,9	62,6	11,2
Despesas Operacionais	(3.200,6)	(45,5)	(2.547,0)	(42,0)	25,7
Despesas com Vendas	(1.537,0)	(21,9)	(1.502,6)	(24,8)	2,3
Despesas Gerais e Administrativas	(1.702,8)	(24,2)	(1.052,0)	(17,4)	61,9
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	39,3	0,6	9,6	0,2	309,5
Equivalência Patrimonial	(0,2)	(0,0)	(2,0)	(0,0)	(92,3)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.016,9	17,0	1.244,9	20,5	(18,3)
Resultado Financeiro	(833,2)	(11,9)	134,5	2,2	(719,5)
Despesas Financeiras	(1.179,7)	(16,8)	(286,3)	(4,7)	312,0
Receitas Financeiras	346,5	4,9	420,8	6,9	(17,7)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	183,8	2,6	1.379,4	22,8	(86,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social	58,8	0,8	13,5	0,2	336,6
Corrente	(90,5)	(1,0)	(122,4)	(2,0)	(26,1)
Diferido	149,3	2,1	135,9	2,2	9,9
Lucro Consolidado do Período	242,6	3,5	1.392,9	23,0	(82,6)

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

Receita líquida

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV ¹ 2019 (%)	31/12/2018	AV ¹ 2018 (%)	Variação 2019/18 (%)
Receita Bruta	8.791,8	125,1	7.903,4	130,4	11,2
Ensino Superior Presencial	4.801,1	68,3	5.610,0	92,6	(14,4)
Ensino Superior EAD	1.623,8	23,1	1.438,2	23,7	12,9
Educação Básica	2.366,9	33,7	855,3	14,1	176,7
Deduções da Receita Bruta	(1.764,6)	(25,1)	(1.842,7)	(30,4)	(4,2)
Ensino Superior Presencial	(1.043,6)	(14,9)	(1.349,3)	(22,3)	(22,7)
Ensino Superior EAD	(402,1)	(5,7)	(381,2)	(6,3)	5,5
Educação Básica	(319,0)	(4,5)	(112,2)	(1,9)	184,2
Receita Líquida	7.027,2	100,0	6.060,7	100,0	15,9
Ensino Superior Presencial	3.757,6	53,5	4.260,7	70,3	(11,8)
Ensino Superior EAD	1.221,7	17,4	1.057,0	17,4	15,6
Educação Básica	2.047,9	29,1	743,1	12,3	175,6

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

Receita Bruta

- **Ensino Superior Presencial**

Nossa receita bruta do Ensino Superior Presencial no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.801,1 milhões comparado a R\$ 5.610,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 14,4%, devido à: (i) redução da base de alunos verificada no período, principalmente nas Unidades Próprias, em razão do maior volume de evasão registrado ao longo de 2019 e do impacto das formaturas oriundas das grandes safras de captação de 2013 e 2014 e (ii) mudança no perfil da base, com a redução no número de alunos FIES, que tradicionalmente, apresentavam menor evasão e ticket médio maior.

- **Ensino Superior EAD**

Nossa receita bruta do Ensino Superior EAD no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.623,8 milhões comparado a R\$ 1.438,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 12,9% devido aos robustos processos de captação e rematrícula realizados ao longo do ano, além da expansão no número de polos parceiros.

- **Educação Básica**

A receita bruta da Educação Básica no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.366,9 milhões, comparado a R\$ 855,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 176,7%. Esta variação decorre principalmente da aquisição de Somos e de escolas adquiridas pela empresa Saber ao longo do ano (Leonardo da Vinci e Lato Sensu). Como consequência dessas integrações, a base de comparação fica prejudicada, mas também deixa evidente a representatividade que o segmento ganhou após todas as operações, passando a representar 26,9% do faturamento total da Companhia.

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7.027,2 milhões comparado a R\$ 6.060,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 15,9% devido principalmente a incorporação da receita da Somos e demais aquisições ocorridas em 2018.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 515,2 milhões comparados a R\$ 183,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 180,1%, reflexo da incorporação de Somos, em razão da maior representatividade de negócios que demandam uma estrutura de custos mais robusta.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 2.294,4 milhões comparados a R\$ 2.084,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 10,1%, em decorrência dos impactos da incorporação dos custos de Somos e demais aquisições ocorridas em 2018. Ao isolarmos o evento das aquisições, observamos uma redução nos dispêndios com folha de pagamento, o que reforça que a Companhia tem conseguido aumentar a eficiência da sua operação, mesmo com uma menor taxa de ocupação das suas unidades dado a maturação das 64 unidades lançadas entre 2017 e 2019.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.217,6 milhões comparado a R\$ 3.791,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 11,2% decorrente de maior

receita principalmente no segmento de Educação Básica, fruto da aquisição de Somos, e também a redução verificada nos dispêndios com folha de pagamento.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para créditos com liquidação duvidosa (PCLD), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.537,0 milhões comparados a R\$ 1.502,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 2,3%.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.702,8 milhões, comparados a R\$ 1.052,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 61,9% impactado, principalmente, pelas empresas que foram adquiridas no último ano. Dentre os maiores impactos, podemos destacar a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos em conexão com a aquisição da Somos no montante de R\$ 352,2 milhões, valor 80% maior na comparação com o mesmo período de 2018.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 obteve receita de R\$ 39,3 milhões comparado a receita de R\$ 9,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 310%.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 346,5 milhões, comparados a R\$ 420,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 17,7% devido a menor volume de aplicações financeiras em 2019, e também das movimentações realizadas nas disponibilidades da Companhia para aquisição da Somos.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 1.179,7 milhões, comparados a R\$ 286,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 312% devido aos encargos financeiros relacionados às novas emissões de debêntures ocorridas entre agosto de 2018 e abril de 2019, além dos juros incorridos sobre os contratos de arrendamento mercantil, advindos da adoção ao IFRS 16.

Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 183,8 milhões, comparado a R\$ 1.379,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, redução de 86,7% em decorrência das informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

- **Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício**

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 90,5 milhões, comparado a R\$ 122,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com redução de 26,1%. As

despesas com imposto se mantiveram em linha, mesmo com queda relevante na base de cálculo, principalmente devido a aquisição da Somos, as quais não possuem incentivo fiscal advindo do benefício do ProUni, fazendo com que houvesse maior provisão de imposto a recolher neste período. Tal aumento acabou sendo encoberto pela queda em nossos resultados nos demais segmentos do Grupo, fruto das despesas financeiras decorrentes das novas debentures emitidas no exercício.

• Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 149,3 milhões comparado a R\$135,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 9,9%, relativo a maior constituição de provisões temporárias atreladas a provisão para perdas esperadas no exercício.

Lucro Consolidado do Período

O lucro consolidado do período reduziu 82,6%, ou R\$ 1.150,3 milhões, passando de um lucro de R\$ 1.392,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para um lucro de R\$ 242,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. As variações decorrem das explicações supracitadas.

Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2018	AV ¹ 2018 (%)	2017	AV ¹ 2017 (%)	Variação 2018/17 (%)
Receita Líquida	6.060,7	100,0	5.557,7	100,0	9,1
Ensino Superior Presencial	4.260,7	70,3	4.306,9	77,5	(1,1)
Ensino Superior EAD	1.057,0	17,4	1.073,4	19,3	(1,5)
Educação Básica	743,1	12,3	177,4	3,2	318,8
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.268,8)	(37,4)	(2.105,9)	(37,9)	7,7
Custo dos Produtos Vendidos	(183,9)	(3,0)	(15,3)	(0,3)	1.102,0
Custo dos Serviços Vendidos	(2.084,9)	(34,4)	(2.090,6)	(37,7)	(0,3)
Lucro Bruto	3.791,9	62,6	3.451,8	62,1	9,9
Despesas Operacionais	(2.547,0)	(42,0)	(1.757,3)	(31,6)	44,9
Com Vendas	(1.502,6)	(24,8)	(941,9)	(16,9)	59,5
Gerais e Administrativas	(1.052,0)	(17,4)	(839,2)	(15,1)	25,4
Resultado na venda de controladas	-	-	25,6	0,5	(100,0)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	9,6	0,2	(1,8)	(0,0)	(633,3)
Equivalência patrimonial	(2,0)	(0,0)	-	-	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.245,0	20,5	1.694,5	30,5	(26,5)
Resultado Financeiro	134,5	2,2	226,1	4,1	(40,5)
Despesas Financeiras	(296,4)	(4,7)	(94,9)	(1,7)	212,3
Receitas Financeiras	430,9	6,9	321,0	5,8	34,2
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.379,4	22,8	1.920,6	34,6	(28,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	13,5	0,2	(38,3)	(0,7)	(135,1)
Corrente	(122,4)	(2,0)	(97,0)	(1,7)	26,2
Diferido	135,9	2,2	58,7	1,1	131,4
Lucro Consolidado do Período	1.392,9	23,0	1.882,3	33,9	(26,0)

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

Receita líquida

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2018	AV ¹ 2018 (%)	2017	AV ¹ 2017 (%)	Variação 2018/17 (%)
Receita Bruta	7.903,4	130,4	7.151,6	128,7	10,5
Ensino Superior Presencial	5.610,0	92,6	5.545,8	99,8	1,2
Ensino Superior EAD	1.438,2	23,7	1.415,3	25,5	1,6
Educação Básica	855,2	14,1	190,4	3,4	349,2

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2018	AV ¹ 2018 (%)	2017	AV ¹ 2017 (%)	Varição 2018/17 (%)
Deduções da Receita Bruta	(1.842,7)	(30,4)	(1.593,8)	(28,7)	15,6
Ensino Superior Presencial	(1.349,3)	(22,3)	(1.238,9)	(22,3)	8,9
Ensino Superior EAD	(381,2)	(6,3)	(341,9)	(6,2)	11,5
Educação Básica	(112,2)	(1,9)	(13,0)	(0,2)	763,1
Receita Líquida	6.060,7	100,0	5.557,7	100,0	9,0
Ensino Superior Presencial	4.260,7	70,3	4.306,9	77,5	(1,1)
Ensino Superior EAD	1.057,0	17,4	1.073,4	19,3	(1,5)
Educação Básica	743,1	12,3	177,4	3,2	318,9

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

Receita Bruta

- Ensino Superior Presencial**

Nossa receita bruta do Ensino Superior Presencial em 31 de dezembro em 2018 foi de R\$ 5.610,0 milhões, um aumento de 1,2% ou R\$ 64,2 milhões comparado com 31 de dezembro de 2017, reforçando a resiliência diante de um ambiente econômico desafiador e evidenciando a força dos processos de captação e matrícula, bem como o aumento do ticket médio, por sua vez impulsionado pelo enobrecimento no mix de cursos da Companhia, com maior participação de cursos de saúde e engenharias, além do impacto positivo da maior representatividade dos produtos de parcelamento privado, uma vez que estes alunos não são elegíveis a bolsas e descontos.

As deduções da receita bruta aumentaram 8,9%, ou R\$ 110,4 milhões, passando de R\$ 1.238,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.349,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, refletindo a maior receita bruta do período.

O Ensino Superior Presencial correspondeu a 70,3% de nossa receita líquida total em 31 de dezembro de 2018, ante 77,5% em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 7,2 p.p.

- Ensino Superior EAD**

Nossa receita bruta do Ensino Superior EAD em 31 de dezembro em 2018 foi de R\$ 1.438,2 milhões, um aumento de 1,6% ou R\$ 22,9 milhões, comparado com 31 de dezembro de 2017, mesmo considerando a maior penetração de alunos na modalidade 100% online, que possuem um ticket médio inferior comparado a outras modalidades de EAD. Este desempenho se deve aos robustos processos de captação e matrícula ao longo do ano, bem como do crescimento no ticket médio, beneficiado pelo aumento da exposição da Companhia a cursos de EAD Premium.

As deduções da receita bruta aumentaram 11,5%, ou R\$ 39,3 milhões, passando de R\$ 341,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 381,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, resultado do aumento da base de alunos ProUni verificada após as captações do ano, que acabou por compensar a queda nos descontos totais.

O Ensino Superior EAD correspondeu a 17,4% de nossa receita líquida total em 31 de dezembro de 2018, ante 19,3% em 31 de dezembro de 2017, uma queda de 1,9 p.p.

- Educação Básica**

A receita bruta da Educação Básica registrou aumento de 349,2%, ou R\$ 664,8 milhões, passando de R\$ 190,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 855,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função das aquisições da Somos e das escolas Leonardo da Vinci e Colégio Lato Sensu.

As deduções da receita bruta aumentaram R\$ 99,2 milhões, passando de R\$ 13,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 112,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função das aquisições da Somos e das escolas Leonardo da Vinci e Colégio Lato Sensu.

A Educação Básica correspondeu a 12,3% de nossa receita líquida total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 9,1 p.p. frente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Receita Líquida

A receita líquida do ano foi de R\$ 6.060,7 milhões, um desempenho 9,1% superior ao verificado em 2017, refletindo o sólido desempenho que a Companhia tem conseguido entregar nesses últimos anos, mesmo com toda a pressão econômica vivenciada no período, além da incorporação dos resultados de Somos.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos aumentaram R\$ 168,6 milhões, passando de R\$ 15,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 183,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função da incorporação dos resultados de Somos.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados tiveram uma pequena redução de 0,3% ou R\$ 5,7 milhões, passando de R\$ 2.090,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.084,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, apresentamos uma melhora de 3,3 p.p., com esse indicador passando de 37,7% em 2017 para 34,4% em 2018, demonstrando a resiliência da Companhia em manter elevados níveis de eficiência em todos nossos segmentos de atuação. No Presencial, temos a maturação do software de pesquisa operacional (PO) nas unidades do grupo, a melhor alocação do corpo docente e utilização da infraestrutura, além das negociações pertinentes ao strategic sourcing. Isso acabou por compensar todos os custos referentes aos projetos de crescimento da Companhia, que expandiu significativamente o número de novas unidades nos últimos meses, gerando custos adicionais tanto com professores quanto com aluguel e materiais, que são os principais gastos do segmento. No EAD, ressaltamos a otimização do processo de tutoria online que teve como objetivo melhorar o atendimento ao aluno, a qualidade das respostas e a produtividade da operação. Além disso, o aumento da base de alunos 100% online também impacta positivamente o custo com professores, uma vez que a sua estrutura de gastos é inferior à do modelo tele-presencial. Por fim, observa-se também um aumento de eficiência advinda dos ganhos de escala observados nos últimos anos. Estes efeitos foram parcialmente consumidos pelo aumento de custos oriundos das adquiridas no segmento de Educação Básica, incluindo Somos, Leonardo da Vinci e Colégio Latu Sensu.

Lucro Bruto

O nosso lucro bruto aumentou 9,9%, ou R\$ 340,2 milhões, passando de R\$ 3.451,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.791,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. As variações decorrem do aumento de receita e dos ganhos de sinergia e eficiência descritos acima.

Despesas Operacionais

- **Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para créditos com liquidação duvidosa (PCLD), encerraram 31 de dezembro de 2018 em R\$ 1.502,6 milhões, frente aos R\$ 941,9 milhões registrados no período encerrado em 31 de dezembro de 2017. Em relação à receita líquida, as despesas com vendas registraram um aumento de 7,8 p.p., passando de 16,9% em 2017 para 24,8% em 2018, principalmente em função do crescimento da carteira de alunos com parcelamento estudantil privado, que possuem maior nível de provisionamento para créditos com liquidação duvidosa. Também impactou essa linha a antecipação das campanhas comerciais para o processo de captação do início de 2019, além da promoção da marca nas novas praças de atuação, tanto em relação às novas unidades do segmento presencial como os novos polos de EAD.

- **Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas aumentaram 25,4%, ou R\$ 212,8 milhões, passando de R\$ 839,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.052,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, as despesas gerais e administrativas representaram 17,4% em 2018, frente a 15,1% em 2017, um aumento de 2,3 p.p., refletindo o aumento das despesas oriundas de empresas adquiridas.

- **Resultado na venda de controladas**

Em 31 de dezembro de 2018, esta linha não obteve resultados, ante uma receita de R\$ 25,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo a variação reflexo da venda das empresas FAC/FAMAT/FAIR e NOVATEC.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras tiveram um aumento de 34,2%, ou R\$ 109,9 milhões, passando de R\$ 321,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 430,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento do nosso caixa e, conseqüentemente, da linha de juros sobre aplicações financeiras.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras aumentaram em 212,3%, ou R\$ 201,5 milhões, passando de R\$ 94,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 296,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se a emissões de debêntures vinculadas a aquisições de empresa.

Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apresentou uma redução de 28,2%, ou R\$ 541,2 milhões, passando de um lucro de R\$ 1.920,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$ 1.379,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, resultado extremamente robusto, lembrando que em 2017 tivemos um impacto positivo na linha devido à venda da controlada FAIR e FAC/FAMAT. Em um cenário econômico ainda desafiador com pressões negativas tanto no faturamento quanto na PCLD, esse desempenho é a maior prova de que a Companhia tem conseguido gerar alavancas de eficiência cada vez mais sólidas, agregando valor aos seus acionistas e se diferenciando cada vez mais em relação à capacidade de geração de valor.

Imposto de Renda e Contribuição Social

- **Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício**

O imposto de renda e contribuição social do período aumentaram em 26,2%, ou R\$ 25,4 milhões, passando de R\$ 97,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 122,4 milhões em 31 de dezembro de 2018.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferidos aumentaram em R\$ 77,2 milhões, passando de R\$ 58,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 135,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Lucro Consolidado do Período

O lucro consolidado do período reduziu em 26,0%, ou R\$ 489,5 milhões, passando de um lucro de R\$ 1.882,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um lucro de R\$ 1.392,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. As variações decorrem das explicações supracitadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A tabela abaixo apresenta os valores relativos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2019	AV 2019(%)	31/12/2018	AV 2018(%)	Varição 2019 x 2018(%)
Caixa e equivalente de caixa	371,7	1,1	1.485,6	4,6	(75,0)
Aplicações Financeiras	454,0	1,3	1.098,2	3,4	(58,7)
Contas a Receber	2.586,5	7,6	1.940,3	6,1	33,3
Estoques	407,1	1,2	387,5	1,2	5,1
Adiantamentos	77,1	0,2	69,2	0,2	11,3
Tributos a Recuperar	346,2	1,0	315,2	1,0	9,8
Contas a Receber na venda de controladas	139,2	0,4	132,9	0,4	4,7
Demais Contas a Receber	96,8	0,3	150,9	0,5	(35,9)
Partes relacionadas	-	-	0,3	0,0	(100,0)
Total do Circulante	4.478,5	13,1	5.580,1	17,5	(19,7)
Títulos e Valores Mobiliários	17,4	0,1	11,8	0	
Contas a Receber	754,7	2,2	694,3	2,2	48,1
Tributos Diferidos	776,7	2,3	748,5	2,3	8,7
Depósitos Judiciais	95,7	0,3	102,7	0,3	3,8
Adiantamentos	1,7	-	1,7	0	(6,8)
Tributos a Recuperar	130,4	0,4	5,8	0	0,1
Garantia de contingências	1.130,0	3,3	933,2	2,9	2.137,6
Contas a receber na venda de controladas	250,5	0,7	361,6	1,1	21,1
Demais Contas Receber	97,1	0,3	58,1	0,2	N/A
Investimentos	8,2	-	-	-	67,1
Imobilizado	5.855,3	17,2	2.494,5	7,8	-
Intangível	20.522,2	60,1	20.956,9	65,6	134,7
Total do Não Circulante	29.640,0	86,9	26.369,0	82,5	(2,1)
Total de Ativo	34.118,4	100	31.949,1	100	12,4

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV 2019 (%)	31/12/2018	AV 2018(%)	Varição 2019 x 2018 (%)
Fornecedores	879,1	2,6	867,0	2,7	1,4
Empréstimos e Financiamentos	0,5	-	4,7	-	(88,6)
Debêntures	579,0	1,7	522,8	1,6	10,7
Arrendamento mercantil	147,8	0,4	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	463,5	1,4	508,3	1,6	(8,8)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	60,6	0,2	27,9	0,1	117,4
Tributos a pagar	101,8	0,3	75,7	0,2	34,5

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2019	AV 2019 (%)	31/12/2018	AV 2018(%)	Varição 2019 x 2018 (%)
Adiantamentos de Clientes	318,4	0,9	303,9	1,0	4,8
Impostos e Contribuições Parcelados	14,4	-	14,5	-	(0,9)
Contas a Pagar - Aquisições	118,0	0,3	132,4	0,4	(10,9)
Dividendos a pagar	-	-	27,2	0,1	(99,8)
Demais Contas a Pagar	67,5	0,2	81,2	0,3	(16,9)
Total do Circulante	2.750,6	8,1	2.565,5	8,0	7,2
Empréstimos e Financiamentos	0,2	-	50,4	0,2	
Debêntures	7.504,9	22,0	7.105,7	22,2	(99,7)
Arrendamento mercantil	3.873,7	11,4	-	-	5,6
Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	471,9	1,4	422,9	1,3	-
Passivos assumidos na combinação de negócios	2.631,5	7,7	3.213,0	10,1	11,6
Impostos e Contribuições Parceladas	17,8	0,1	27,3	0,1	-
Contas a Pagar – Aquisições	165,3	0,5	193,4	0,6	(34,6)
Tributos Diferidos	786,9	2,3	880,0	2,8	(14,5)
Demais Contas a Pagar	80,3	0,2	17,9	0,1	(10,6)
Total do Não Circulante	15.532,6	45,5	11.910,6	37,3	349,7
Capital Social Realizado	5.111,7	15,0	4.425,7	13,9	30,4
Reserva de Capital	6.400,2	18,8	6.379,7	20,0	
Ações em Tesouraria	(121,4)	(0,4)	(190,3)	(0,6)	15,5
Reserva de lucro	4.442,0	13,0	5.287,5	16,5	0,3
Participação de não controladores	2,9	-	1.570,4	4,9	(36,2)
Patrimônio Líquido Consolidado	15.835,3	46,4	17.473,1	54,7	(16,0)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	34.118,4	100,0	31.949,1	100,0	(0,4)

Ativo Circulante

O ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.478,5 comparado a R\$ 5.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 19,7% devido aos valores de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras já captadas e ainda não utilizados na aquisição da Somos.

O ativo circulante representava 13,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 17,5% em 31 de dezembro de 2018.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 29.640,0 milhões comparado a R\$ 26.369,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 12,3% devido, principalmente, à implantação dos saldos decorrente da adoção ao IFRS 16, valores estes alocados no ativo imobilizado.

O ativo não circulante representava 86,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 82,5% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.750,6 milhões, comparado a R\$ 2.565,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 7,2%, decorrente principalmente da adoção ao IFRS 16, e também da emissão de novas debêntures emitidas em abril de 2019. Em contrapartida, ocorreram quitações relevantes nas debêntures já emitidas.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 15.532,6 milhões comparado a R\$ 11.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 30,4%, substancialmente devido aos impactos advindos da adoção ao IFRS 16, além da nova emissão de debêntures realizada em abril de 2019. Em contrapartida, tivemos redução nos passivos assumidos na combinação de negócios, proveniente da revisão dos valores alocados na aquisição da Somos.

Patrimônio Líquido Consolidado

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 15.835,3 milhões comparado a R\$ 17.473,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 9,4% devido ao pagamento da Oferta Pública de Ações ("OPA") da Somos, realizado em maio de 2019, e o resultado obtido no exercício.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Varição 2018 x 2017(%)
Caixa e equivalente de caixa	1.485,6	4,6	921,3	5,1	61,2
Aplicações Financeiras	1.098,1	3,4	805,2	4,4	36,4
Contas a Receber	1.940,3	6,1	1.448,7	8,0	33,9
Estoques	387,5	1,2	11,5	0,1	3.257,9
Adiantamentos	69,2	0,2	48,1	0,3	43,9
Tributos a Recuperar	315,2	1,0	102,7	0,6	206,9
Demais Contas a Receber	150,9	0,4	64,7	0,4	133,3
Contas a receber pela venda de controladas	132,8	0,5	134,0	0,7	(0,8)
Partes Relacionadas	0,3	0,0	-	0,0	n.a
Total do Circulante	5.580,1	17,5	3.536,1	19,4%	57,8
Títulos e Valores Mobiliários	11,8	0,0	6,7	0,0	75,0
Contas a Receber	694,3	2,2	447,8	2,5	55,0
Tributos Diferidos	748,5	2,3	241,9	1,3	209,5

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Varição 2018 x 2017(%)
Depósitos Judiciais	102,7	0,3	71,0	0,4	44,6
Adiantamentos	1,7	0,0	1,7	0	0,0
Tributos a Recuperar	5,8	0,0	5,3	0	10,0
Garantia de contingências	933,2	2,9	162,2	0,9	475,4
Contas a receber na venda de controladas	361,6	1,1	450,0	2,5	(19,7)
Demais Contas Receber	58,1	0,2	67,3	0,4	(13,6)
Imobilizado	2.494,5	7,8	1.931,5	10,6	29,1
Intangível	20.956,9	65,6	11.298,9	62,0	85,5
Total do Não Circulante	26.369,0	82,5	14.684,3	80,6	79,6
Total de Ativo	31.949,1	100	18.220,4	100,0	75,3

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Varição 2018 x 2017(%)
Fornecedores	867,0	2,7	314,3	1,7	175,8
Empréstimos e Financiamentos	4,7	0,0	3,7	0,0	25,1
Debêntures	522,8	1,6	224,0	1,2	133,4
Obrigações sociais e trabalhistas	508,3	1,6	328,4	1,8	54,8
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27,9	0,1	32,2	0,2	(13,4)
Tributos a pagar	75,7	0,2	61,8	0,3	22,5
Adiantamentos de Clientes	303,9	1,0	163,1	0,9	86,3
Impostos e Contribuições Parcelados	14,5	0,0	10,6	0,1	37,0
Contas a Pagar - Aquisições	132,4	0,4	107,9	0,6	22,7
Dividendos a pagar	27,2	0,1	92,8	0,5	(70,7)
Demais Contas a Pagar	81,2	0,3	6,7	0,0	1.116,0
Total do Circulante	2.565,5	8,0	1.345,5	7,4	90,6
Empréstimos e Financiamentos	50,4	0,2	33,6	0,2	50,1
Debêntures	7.105,7	22,2	42,5	0,2	16.619,2
Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	422,9	1,3	590,2	3,2	(28,3)
Passivos assumidos na combinação de negócios	3.213,0	10,1	0,0	0,0	n.a.
Impostos e Contribuições Parceladas	27,3	0,1	37,8	0,2	(27,8)
Contas a Pagar – Aquisições	193,4	0,6	14,9	0,1	1.199,5
Tributos Diferidos	880,0	2,8	922,7	5,1	(4,6)
Demais Contas a Pagar	17,9	0,1	25,4	0,1	(29,8)

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2018	AV 2018(%)	31/12/2017	AV 2017(%)	Variação 2018 x 2017(%)
Total do Não Circulante	11.910,6	37,4	1.667,2	9,2	614,4
Capital Social Realizado	4.425,7	13,9	4.363,8	24,0	1,4
Reserva de Capital	6.379,7	20,0	6.339,7	34,8	0,6
Ações em Tesouraria	(190,3)	(0,6)	(2,5)	-	7.493,0
Reserva de lucro	5.287,5	16,5	4.506,7	24,7	17,3
Participação de não controladores	1.570,4	4,8	-	-	n.a.
Patrimônio Líquido Consolidado	17.473,0	54,7	15.207,7	83,5	14,9
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	31.949,1	100,0	18.220,4	100,0	75,3

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 57,8%, ou R\$ 2.043,9 milhões, passando de R\$ 3.536,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do acréscimo da linha de aplicações financeiras, devido a captações realizadas e ainda não utilizadas, contas a receber e estoques decorrente de aquisição de controladas. O ativo circulante representava 17,5% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 18,9% em 31 de dezembro de 2017.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 14.684,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 26.369,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 79,6%.

O ativo não circulante representava 82,5% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 80,6% em 31 de dezembro de 2017.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 90,6%, ou R\$ 1.219,7 milhões, passando de R\$ 1.345,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.565,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante representava 8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, ante 7,2% em 31 de dezembro de 2017. O aumento ocorreu principalmente devido ao aprimoramento da política da Companhia em relação ao prazo médio de fornecedores, aumento no contas a pagar de aquisições devido a compra de controladas em dezembro de 2018, aumento do contas a receber em função da maior exposição da Companhia aos produtos de parcelamento próprios e aumento na linha de debêntures devido a emissões para aquisição de controladas.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 614,4%, ou R\$ 10.243,4 milhões, passando de R\$ 1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 11.910,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante representava 37,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, comparado a 9,2% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pela emissão de debêntures vinculadas a aquisição, passivos assumidos na combinação de negócios e contas a pagar de aquisições de controladas.

Patrimônio Líquido Consolidado

O patrimônio líquido consolidado aumentou 14,9%, ou R\$ 2.265,4 milhões, passando de R\$ 15.207,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 17.473,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao resultado da Companhia em 2018 e aumento de capital. Adicionalmente, reconhecemos o valor justo dos acionistas não

controladores advindos da aquisição da Somos. O patrimônio líquido representava 54,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, em relação aos 83,5% registrados em 31 de dezembro de 2017.

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(em R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação 9M 2019 x 2018 (%)
	2019	2018	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	183,8	1.379,4	(86,7)
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	551,0	373,8	47,4
Depreciação IFRS-16	258,5	-	-
Amortização mais valia ágio alocado	352,2	103,0	242,0
Amortização do custo editorial	110,0	48,8	125,5
Amortização mais valia de estoques	36,0	26,7	35,1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	910,8	672,5	35,4
Provisão (reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(214,7)	(68,9)	211,8
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	(41,6)	28,9	(243,7)
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	556,5	214,7	159,2
Encargos financeiros de aquisições	21,5	1,8	1.076,1
Encargos financeiros arrendamento mercantil	394,6	-	-
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	97,4	-	-
Outorga de opções de ações	19,7	27,1	(27,4)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	53,5	32,2	66,0
Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	(73,8)	-	-
Equivalência patrimonial	(0,2)	2,0	(107,7)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber	(1.433,9)	(1.096,9)	30,7
(Aumento) redução nos estoques	(131,7)	(96,9)	35,9
(Aumento) redução em adiantamentos	(14,3)	(2,4)	499,3
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(78,6)	81,5	(196,5)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	7,1	(300,8)	(102,4)
(Aumento) redução em partes relacionadas	1,3	11,5	(88,6)
(Aumento) redução em outros créditos	4,5	(79,2)	(105,7)
(Redução) aumento em fornecedores	96,7	122,9	(21,4)
(Redução) aumento em fornecedores Risco sacado	(50,3)	(1,7)	2.813,6
Pagamento de arrendamento financeiros	-	-	-
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	(44,7)	(93,2)	(52,0)
(Redução) aumento em tributos a pagar	(8,0)	(81,2)	(90,1)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	14,6	(20,9)	(169,5)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	(10,6)	(11,7)	(9,2)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(176,2)	(138,9)	26,8
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	42,4	101,1	(58,1)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	1.433,3	1.235,2	16,0
Imposto de renda e contribuição social pagos	(76,6)	(80,9)	(5,2)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(381,2)	-	-
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(556,3)	(24,9)	2.131,9
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	419,2	1.129,4	(62,9)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgate de títulos e valores mobiliários	712,4	(286,9)	(348,3)
Adições ao imobilizado	(294,1)	(560,7)	(47,5)
Adições ao intangível	(383,5)	(386,9)	(0,9)
Contas a pagar por aquisições	-	-	-
Aquisição de Controladas	(120,0)	(3.576,8)	(96,6)
Caixa adquirido em combinação de negócio	1,9	-	-
Aumento de Capital Controladas	-	-	-
Contas a receber de ex-proprietários	104,7	21,6	385,2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	21,4	(4.789,7)	(100,4)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital	-	11,9	(100,0)
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	39,5	(187,8)	(121,1)
Aquisição participação de não controladores	(1.714,6)	-	-
Emissão Debêntures	797,7	5.263,3	(84,8)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(137,8)	-	-

Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	(343,0)	(224,0)	53,1
Pagamento de dividendos aos acionistas	(196,4)	(638,9)	(69,3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.554,5)	4.224,5	(136,8)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.113,9)	564,3	297,4
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.485,6	921,3	61,2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	371,7	1.485,6	(75,0)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.113,9)	564,3	297,4

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou redução de R\$ 710,2 milhões, passando de um caixa gerado pelas operações de R\$ 1.129,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para um caixa gerado nas operações de R\$ 419,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência de: (i) aumento do pagamento de juros em decorrência das novas debêntures emitidas para aquisição da Somos, (ii) aumento no contas a receber de clientes, e (iii) pagamento de juros dos arrendamentos por direito de uso advindos do IFRS 16.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento apresentou aumento de R\$ 4.811,1 milhões, passando de um caixa aplicado de R\$ 4.789,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para um caixa gerado de R\$ 21,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, substancialmente em decorrência das movimentações ocorridas nos títulos e valores mobiliários, que foram resgatados e utilizados para liquidação das parcelas para aquisição da Somos.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou redução de R\$ 5.779,0 milhões, passando de um caixa gerado de R\$ 4.224,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para um caixa aplicado de R\$ 1.554,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência das novas captações de debêntures, ocorridas entre agosto/2018 e abril/2019, além da aquisição da participação de acionistas minoritários, no âmbito da operação de compra da Somos.

Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a aplicação de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 1.113,9 milhões, ante uma geração de caixa e equivalente de caixa de R\$ 564,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 2018/2017 (%)
	2018	2017	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.379,4	1.920,6	(28,2)
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social:			
Depreciação e amortização	476,8	416,7	14,4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	672,5	583,2	15,3
Provisão (Reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68,9)	(74,4)	(7,5)
Provisão para perdas dos estoques	28,9	0,6	5.096,8
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	214,7	61,2	250,6
Encargos financeiros de aquisições	1,8	8,5	(78,4)
Outorga de opções de ações	27,1	42,7	(36,5)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	32,2	2,9	995,6
Resultado na venda da Uniassselvi	-	(25,6)	(100,0)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Aumento em contas a receber	(1.096,9)	(839,0)	30,7
(Aumento) redução nos estoques	(21,5)	20,0	(207,2)

(Aumento) redução em adiantamentos	(2,4)	19,5	(112,2)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	81,5	54,0	50,8
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(300,8)	(25,4)	1.084,0
Redução em partes relacionadas	11,5	-	100,0
(Aumento) redução em outros créditos	(79,2)	(45,8)	73,0
(Redução) aumento em fornecedores	122,9	88,9	38,2
Aumento em fornecedores Risco sacado	(1,7)	-	n.a.
Redução em salários e encargos sociais	(93,2)	(22,5)	315,1
Redução em tributos a pagar	(81,2)	(101,5)	(20,0)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(20,9)	31,4	(166,7)
Redução em impostos e contribuições parcelados	(11,7)	(4,0)	192,4
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(138,9)	(100,1)	38,9
Redução nas demais contas a pagar	101,1	(25,0)	(504,5)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	1.233,1	1.987,1	(37,9)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80,9)	(73,5)	10,1
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(24,9)	(87,2)	(71,4)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.127,3	1.826,4	(38,3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgate de títulos e valores mobiliários	(286,9)	(402,6)	(28,7)
Adições de imobilizado	(560,7)	(387,2)	44,8
Adições de intangível	(386,9)	(210,1)	84,1
Aquisição de Controladas Líquido de caixa	(3.576,8)	(55,5)	6.347,9
Caixa entregue na venda da Controladas	-	(0,2)	(100,0)
Contas a receber de ex-proprietários	21,6	(12,2)	(277,0)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(4.789,7)	(1.067,8)	348,6
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital (i)	11,9	113,9	(89,6)
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(187,8)	14,9	(1.357,2)
Emissão de debêntures	5.263,3	-	0,0
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	(224,0)	(214,1)	4,6
Pagamento de dividendos aos acionistas	(638,9)	(692,4)	(7,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.224,5	(777,7)	(643,2)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	921,3	940,4	(2,0)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.485,6	921,3	61,3
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	564,3	(19,0)	(3.063,8)

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou redução de R\$ 699,1 milhões, passando de R\$ 1.826,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.127,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é consequência principalmente do aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, aumento do contas a receber e aumento nos estoques, parcialmente compensado pela redução do depósito judiciais.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou variação de R\$ 3.721,9 milhões, passando de R\$ 1.067,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.789,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse efeito ocorreu principalmente pelo pagamento de aquisições da controladas no montante de R\$ 3.576,8 milhões em 2018, sendo que em 2017 esta linha totalizou R\$ 55,5 milhões.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou variação de R\$ 5.002,2 milhões, passando de um caixa gerado R\$ 777,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um caixa aplicado de R\$ 4.224,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) emissão de debêntures vinculado a aquisição de controladas variando R\$ 5,263,3 milhões; (ii) aumento das alienações de ações em tesouraria R\$ 187,8 milhões; e (iii) aumento de capital R\$ 11,9 milhões.

Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 a geração de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 564,3 milhões, ante um consumo de R\$ 19,0 milhões em 31 de dezembro de 2017.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.2 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

As receitas das atividades no Ensino Superior provém da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados, na modalidade presencial e a distância, em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos de idiomas, cursos livres, cursos preparatórios e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma, aluguel de espaço e outras taxas.

No segmento de Educação Básica, ampliamos nossa atuação de forma relevante através da incorporação da Somos em outubro de 2018, passando a ofertar um portfólio de soluções educacionais integrado, que conta com produtos e serviços de qualidade diferenciada em todos os segmentos da Educação Básica, com o segmento inicialmente estruturado em duas grandes Unidades de Negócios:

1. Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais: engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar, tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços. Neste segmento também estão considerados os serviços prestados relativos ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e demais contratos firmados com órgãos oficiais; e
2. Gestão de Escolas: compreende o desempenho das escolas de Educação Básica próprias, bem como dos contratos de gestão de escolas de terceiros (nos quais grandes empresas/organizações nos contratam para gerir suas unidades escolares), além de todas as operações do Red Balloon (escolas próprias, franquias e in-schools). A operação da Red Balloon está consolidada na Unidade Gestão de Escolas, pois a maioria dos seus alunos estuda em unidades autônomas.

Maiores detalhes sobre estas operações são apresentados no item 7.1 deste formulário.

A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV ⁽¹⁾ 2019 (%)	2018	AV ⁽¹⁾ 2018 (%)	Variação 2019 x 2018 (%)
Receita Bruta	8.791,8	125,1	7.903,4	130,4	11,2
Ensino Superior Presencial	4.801,1	68,3	5.610,0	92,6	-14,4
Ensino Superior EAD	1.623,8	23,1	1.438,2	23,7	12,9
Educação Básica	2.366,9	33,7	855,3	14,1	176,7
Deduções da Receita Bruta	(1.764,6)	(25,1)	(1.842,7)	(30,4)	(4,2)
Ensino Superior Presencial	(1.043,6)	(14,9)	(1.349,3)	(22,3)	(22,7)
Ensino Superior EAD	(402,1)	(5,7)	(381,2)	(6,3)	5,5
Educação Básica	(319,0)	(4,5)	(112,2)	(1,9)	184,2
Receita Líquida	7.027,2	100	6.060,7	100	15,9
Ensino Superior Presencial	3.757,6	53,5	4.260,7	70,3	(11,8)
Ensino Superior EAD	1.221,7	17,4	1.057,0	17,4	15,6
Educação Básica	2.047,9	29,1	743,1	12,3	175,6

¹ Percentual sobre o total da receita líquida

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2018	AV ⁽¹⁾ 2018 (%)	2017	AV ⁽¹⁾ 2017 (%)	Varição 2018/17 (%)
Receita Bruta	7.903,4	130,4	7.151,6	128,7	10,5
Ensino Superior Presencial	5.610,0	92,6	5.545,8	99,8	1,2
Ensino Superior EAD	1.438,2	23,7	1.415,3	25,5	1,6
Educação Básica	855,3	14,1	190,4	3,4	349,2
Deduções da Receita Bruta	(1.842,7)	(30,4)	(1.593,8)	(28,7)	15,6
Ensino Superior Presencial	(1.349,3)	(22,3)	(1.238,9)	(22,3)	8,9
Ensino Superior EAD	(381,2)	(6,3)	(341,9)	(6,2)	11,5
Educação Básica	(112,2)	(1,9)	(13,0)	(0,2)	761,2
Receita Líquida	6.060,7	100,0	5.557,7	100,0	9,0
Ensino Superior Presencial	4.260,7	70,3	4.306,9	77,5	(1,1)
Ensino Superior EAD	1.057,0	17,4	1.073,4	19,3	(1,5)
Educação Básica	743,1	12,3	177,4	3,2	318,9

¹ Percentual sobre o total da receita líquida

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações foram impactados por diversos fatores para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. Dentre estes, podemos destacar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019: (i) redução da base de alunos verificada no período, principalmente nas Unidades Próprias, em razão do maior volume de evasão registrado ao longo de 2019, além do impacto das formaturas oriundas das grandes safras de captação de 2014 e 2015, juntamente com a mudança no perfil da base, tendo em vista a redução no número de alunos FIES, que tradicionalmente, apresentavam menor evasão e ticket médio maior; (ii) custos e despesas advindos da aquisição da Somos, adquirida em outubro/2018; e (iii) aumento nas despesas financeiras decorrentes de novas captações de debêntures durante o período de agosto de 2018 a abril de 2019. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, podemos destacar: (i) a venda das unidades FAIR e FAC/FAMAT em agosto de 2017; (ii) a venda da NOVATEC em dezembro de 2017; (iii) os efeitos decorrentes da Portaria Normativa 23 (PN23), anunciada em dezembro de 2014, a qual determinou o repasse, em 2015, pelo agente operador, de até 08 parcelas do FIES para instituições de ensino com mais de 20.000 alunos inscritos no financiamento, ao invés das 12 parcelas usuais; (iv) o acordo judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, onde o Governo se compromete a pagar os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016 (já quitado), 25% em 2017 (já quitado) e 50% em 2018 (já quitado); e (v) aquisição da Somos Educação S.A. em outubro de 2018.

VENDA NOVATEC

Visando dar cumprimento ao termo de compromisso de desempenho com o CADE celebrado em 2013, no contexto da aprovação do Ato de Concentração referente às aquisições do Grupo Anchieta e do Grupo Uniban pelo Grupo Anhanguera, foi concluída, em 29 de dezembro de 2017, a venda ao IBREPE – Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisas Educacionais da totalidade da participação societária detida pela Companhia na sociedade Novatec Educacional Ltda. (“NOVATEC”). A seguir apresentamos quadro de Resultado Líquido da venda da FAIR, FAC/FAMAT e NOVATEC:

	FAIR e FAC/FAMAT	NOVATEC	TOTAL
Receita na venda de investimento	48.941	3.171	52.112
Ajuste a valor presente	(7.156)	-	(7.156)
Saldo de ativos líquidos baixados (inclui ágio)	(18.885)	(511)	(19.396)
Resultado da venda	22.900	2.660	25.560
IR/CS sobre ágio alocado existente	1.404	-	1.404
Subtotal	24.304	2.660	26.964

IR/CS sobre a venda	(7.786)	(904)	(8.690)
Resultado líquido	<u>16.518</u>	<u>1.756</u>	<u>18.274</u>

PORTARIA NORMATIVA 23

A Portaria Normativa 23 (PN23), anunciada em dezembro de 2014, determinou o repasse, em 2015, pelo agente operador, de até 08 parcelas do FIES para instituições de ensino com mais de 20.000 alunos inscritos no financiamento, ao invés das 12 parcelas usuais. Subsequentemente, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior (ABRAES), a União Federal, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU) e o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), celebraram acordo judicial no qual as Instituições de Ensino Superior associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016 (já quitado), 25% em 2017 (já quitado) e 50% em 2018 (já quitado). A quitação ocorreu até os repasses de junho de cada ano e as parcelas foram corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento.

AQUISIÇÃO SOMOS EDUCAÇÃO S.A.

Em 23 de abril de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para compra de participação societária representando o controle da Somos.

O CADE aprovou a operação no dia 19 de setembro de 2018 e a Companhia concluiu a Operação em 11 de outubro de 2018, tendo por vendedores determinados fundos de investimentos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Vendedores").

Dessa forma a Companhia, através de sua controlada Saber, adquiriu dos Vendedores 192.275.458 ações ordinárias de emissão da Somos, que representam aproximadamente 73,35% do capital social total e votante da Somos, ao preço de R\$ 23,75 por ação, totalizando R\$ 4.566.542 mil ("Preço"). Por conta de ajustes acordados entre as partes, o montante correspondente a R\$ 7.702 mil foi reduzido da parcela à vista do Preço ("Valor do Ajuste") e alocado à parcela retida do Preço, sendo subsequentemente deduzido, de forma definitiva, da parcela retida do Preço, de forma que, na data da aquisição, foram pagos R\$ 4.116.542 mil, e R\$ 450.000 mil serão pagos mediante depósito nas contas vinculadas em nome dos Vendedores.

Em 22 de março de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido de registro de oferta pública obrigatória para a aquisição das ações remanescentes de emissão da Somos cumulados com pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Somos perante a CVM ("OPA") e consequente saída da Somos do Novo Mercado, com leilão realizado no dia 7 de maio de 2019, durante o qual a Saber adquiriu 69.423.445 ações ordinárias de emissão da Somos, equivalentes a 26,48% de seu capital social, ao preço de R\$ 24,55 por ação, sendo R\$ 22,13 referente à parcela à vista (R\$ 21,37 atualizado pela taxa SELIC desde 11 de outubro de 2018 até a data de liquidação) e R\$ 2,42 referente à parcela retida (R\$ 2,34 atualizado pela taxa SELIC desde 11 de outubro de 2018 a liquidação financeira da OPA, 10 de maio de 2019) ("Preço da Oferta").

Após a liquidação, portanto, a Saber passou a ser titular, direta e indiretamente, de 261.698.903 ações ordinárias de emissão da Somos, o que representa aproximadamente 99,84% do seu capital social.

Dado que a partir de 10 de maio de 2019, estavam em circulação menos de 5% das ações ordinárias de emissão da Somos, foi convocada assembleia geral extraordinária da Somos para deliberar sobre o resgate compulsório das ações remanescentes que não tenham sido adquiridas pela Saber no leilão ou após este, nos termos do artigo 4.º, §5.º, da Lei n.º 6.404, de 19 de dezembro de 1976; do artigo 20, inciso III, da Instrução CVM 361; e do item 7.1.1 do edital da OPA. Dessa forma, em 22 de maio de 2019, o registro da Somos como companhia aberta foi cancelado.

Durante o último trimestre de 2019, e ainda dentro do prazo de um ano permitido pela lei, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme IFRS 3 / CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares, conforme apresentado a seguir:

	Alocação Preliminar 30/06/19	Revisão final	Alocação Final
Ativos líquidos	(408.875)	177.229	(231.646)
Preço de aquisição	4.566.542	1.714.783	6.281.325
	4.157.667	1.892.012	6.049.679
Passivos assumidos	2.600.630	(330.324)	2.270.306
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	(168.921)	(618.921)
Parcela de acionistas não controladores	1.575.195	(1.575.195)	-
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio	7.883.492	(182.428)	7.701.064
Destinação do ágio			
<i>Goodwill</i>	5.899.506	(186.747)	5.712.759
Marca	1.668.665	(247.873)	1.420.792
Carteira de clientes	105.552	64.598	170.150
Carteira de clientes - não contratual	1.234.504	193.848	1.428.352
Estoque mais valia	63.369	2.630	65.999
Imobilizado mais valia	8.884	(8.884)	-
Baixa de ativos intangíveis da adquirida			
<i>Goodwill</i>	(879.569)	-	(879.569)
Marca	(372.562)	-	(372.562)
Carteira de clientes	(239.597)	-	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	394.740	-	394.740
Total do Patrimônio Líquido	7.883.492	(182.428)	7.701.064

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os nossos Diretores afirmam que, historicamente, temos sido capazes de repassar os efeitos positivos e negativos dos eventos macroeconômicos aos nossos alunos e clientes. As principais variações nas nossas receitas são afetadas principalmente pela inflação, cujo impacto influencia:

- nas mensalidades e demais taxas relativas aos seus negócios de Ensino Superior e Básico. Adicionalmente, o percentual médio de aumento nas mensalidades e demais taxas referentes a serviços prestados aos alunos é historicamente alinhado aos principais índices de inflação do setor. Cabe ressaltar que reajustamos as mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares;
- nos valores cobrados das Escolas Associadas no negócio de Educação Básica, o percentual médio de aumento é historicamente indexado à variação do INPC.

No entanto, os nossos Diretores ressaltam outros efeitos relevantes, como a manutenção no volume, cuja influência recai principalmente no crescimento:

- orgânico: o aumento de volume advém do (i) aumento no número de unidades e cursos por nós ofertados, bem como as alternativas oferecidas no âmbito da redução do programa FIES, tais como o PEP e o PMT; e (ii) maior número de contratos com Escolas Associadas em nossa Plataforma Integrada de Serviços K-12, no segmento de Educação Básica. Ambos contribuíram positivamente para o crescimento da nossa receita nos últimos exercícios sociais;
- inorgânico: advindo de aquisições. Em 2018, destacamos a aquisição da Somos, que resultou em aumento relevante em nossa atuação em diversos segmentos de Educação Básica.

Além disso, oferecemos novos produtos e serviços nas áreas em que nós atuamos, como:

- no Ensino Superior: renovamos constantemente nosso portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, atendendo às necessidades locais do mercado de trabalho, por meio das nossas unidades de Ensino Superior, além de oferecer cursos de Ensino Superior a Distância através de nossa extensa rede de polos próprios ou de terceiros.

Ademais, em algumas dessas unidades, introduzimos serviços complementares como cursos de idiomas, cursos técnicos, entre outros; e

- na Educação Básica: o destaque é nosso novo posicionamento, com a criação de um conceito de plataforma de soluções permeada pelo uso de tecnologia – “one stop partner powered by technology” – um posicionamento único no mercado. A amplitude do portfólio de sistemas de ensino e livros didáticos, em conjunto com as tecnologias de aprendizagem adaptativa e avaliação padronizada, entre outras, permite que cada escola brasileira possa escolher a solução que melhor se adequa ao seu projeto pedagógico e acompanhar diariamente os aprendizados de seus alunos. Nosso portfólio contempla também uma oferta integrada de soluções de contraturno, como Inglês e competências socioemocionais, entre outros, que oferece mais conveniência para as famílias, além de fortalecer a atuação da Escola Parceira como o grande hub de educação integral. Tudo sempre acompanhado de soluções tecnológicas que criam um ambiente perfeito para o acompanhamento da evolução de cada estudante e a contínua inovação.

(c) impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia quando relevante

Os nossos Diretores informam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

	2019	2018	2017
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	1,1	1,3	1,3
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	7,3	7,5	-0,5
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	4,3	3,7	2,9
CDI (em %) ⁽⁴⁾	6,0	6,5	10,1
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	6,2	6,7	7,1
Taxa SELIC (em %)	4,4	6,5	7,1
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	-4,0	-17,1	-1,5
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	4,0	3,9	3,3

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Fonte: Banco Central

⁽²⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

• **Inflação e Preço de Insumos**

Os nossos Diretores entendem que o nosso principal fator de impacto é a inflação, já que influencia diretamente nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA. Historicamente, reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99).

Da mesma forma, os preços dos nossos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, tivemos o impacto da variação de preços dos insumos que são necessários para a produção de livros didáticos, no qual foi compensada com o reajuste realizado no valor cobrado das nossas escolas associadas.

Mitigamos também o impacto da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no *mix* de cursos no Ensino Superior, que possuem *tickets* médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

Caso não consigamos mitigar o impacto do aumento no preço dos insumos, sofreremos uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo de nossos

alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos nossos custos e despesas são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo à convenção coletiva da categoria profissional em cada região em que nós atuamos no caso de nossos funcionários, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem nossos contratos de aluguel. Nossos insumos não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

- ***Taxa de Juros e de Câmbio***

Os nossos Diretores entendem que são possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais potenciais variações incorridas tiveram pouco impacto no resultado financeiro, decorrente do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo do nosso aluno, o que pode gerar um impacto na renda destinada por ele à educação, afetando as nossas receitas.

A maior parcela de nossa dívida está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Embora este indexador apresente queda em 2019, nosso resultado financeiro líquido teve uma piora em 31 de dezembro de 2019, comparado a 31 de dezembro de 2018, em decorrência das novas captações de debêntures, o que gerou maior dispêndio de despesa financeira, além juros incorridos sobre os contratos de arrendamento por direito de uso em decorrência da adoção ao IFRS 16. Já com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, houve piora de R\$ 91,6 milhões, passando de R\$ 226,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 134,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente dos juros provisionados referentes às debêntures emitidas para aquisições.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não nos afetam diretamente, pois não possuímos títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos nossos custos ser atrelado diretamente a moeda estrangeira.

- ***Taxa de Desemprego no Brasil***

Considerando que 75% dos nossos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente nossos resultados, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as mensalidades. Essa taxa impacta nossos indicadores de evasão, adimplência, captação e retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2019, o nível de desemprego permaneceu elevado, encerrando o período em 11,9%, impactando 12,6 milhões de brasileiros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.3 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 7 de outubro de 2019, está sendo implementada uma nova estrutura de negócios, dentro de um conceito de *collection of companies (holding)* com quatro verticais de atuação, mas preservando os atributos de inovação, qualidade e tecnologia, sem se desprender do elevado nível de eficiência conquistado ao longo da história recente.

Para representar essa nova estrutura de negócios foi lançada a marca "Cogna" como a nova denominação corporativa reunindo todos os negócios da Companhia, em substituição a "Kroton" que passará a responder, exclusivamente,

pelo segmento de B2C de Ensino Superior. Já as demais marcas dos negócios, que atendem principalmente o cliente final, não sofrerão qualquer alteração.

Dessa forma, após a reestruturação dos negócios da Companhia e a partir do 1º trimestre de 2020, deixaremos de ter 3 segmentos operacionais (Ensino Superior EAD, Ensino Superior à Distância e Educação Básica), para ter 4 novos: Kroton (B2C de Ensino Superior), Platos (B2B de Ensino Superior), Saber (B2C de Educação Básica) e Vasta (B2B de Educação Básica).

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• ***Alienações***

Em agosto de 2017, foi realizada venda à Treviso Empreendimentos e Participações S.A., sociedade detida por fundos de investimentos em participações – FIPs geridos por TCG Gestor Ltda., Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., da totalidade das participações societárias detidas por subsidiárias da Kroton nas sociedades: Faculdades Integradas de Rondonópolis, Instituto de Ensino Superior de Cuiabá e Faculdade de Mato Grosso ("FAIR" e "FAC/FAMAT")

A Compradora se comprometeu a pagar à Companhia o preço de venda estimado em R\$ 48,9 milhões. A venda da FAIR e FAC/FAMAT foi contratada pelas Vendedoras no contexto da transação envolvendo a alienação da Uniasselvi.

Visando dar cumprimento ao termo de compromisso de desempenho com o CADE celebrado em 2013, no contexto da aprovação do Ato de Concentração referente às aquisições do Grupo Anchieta e do Grupo Uniban pela Anhanguera, foi concluída, em 29 de dezembro de 2017, a venda ao IBREPE – Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisas Educacionais da totalidade da participação societária detida pela Companhia na sociedade Novatec.

Na avaliação da Administração, as condições requeridas para classificação dos saldos a receber sobre a venda da Uniasselvi como disponível para venda não foram atendidas, uma vez que o contrato exigia, para a conclusão do negócio, que compromissos junto ao CADE fossem atendidos, além de outras exigências.

• ***Aquisições***

Em 23 de abril de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para compra de participação societária representando o controle da Somos.

O CADE aprovou a operação no dia 19 de setembro de 2018 e a Companhia concluiu a Operação em 11 de outubro de 2018, tendo por Vendedores determinados fundos de investimentos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A..

Dessa forma a Companhia, através de sua controlada Saber, adquiriu dos Vendedores 192.275.458 ações ordinárias de emissão da SOMOS, que representam aproximadamente 73,35% do capital social total e votante da SOMOS, ao Preço de R\$ 23,75 por ação, totalizando R\$ 4.566.542 mil. Por conta de ajustes acordados entre as partes, o Valor do Ajuste correspondente a R\$ 7.702 mil foi reduzido da parcela à vista do Preço e alocado à parcela retida do Preço, sendo subsequentemente deduzido, de forma definitiva, da parcela retida do Preço, de forma que, na data da aquisição, foram pagos R\$ 4.116.542 mil, e R\$ 450.000 mil serão pagos mediante depósito nas contas vinculadas em nome dos Vendedores.

Em 22 de março de 2019, a CVM deferiu o pedido de registro de OPA obrigatória para a aquisição pela SABER das ações remanescentes de emissão da SOMOS cumulados com pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da SOMOS perante a CVM e consequente saída da SOMOS do Novo Mercado.

(c) eventos ou operações não usuais

• **Recompra de ações:**

Em 29 de dezembro de 2018, encerrou-se o sexto programa de recompra de ações da Companhia, que havia sido aprovado em 28 de junho de 2017 em reunião do Conselho de Administração. Do total de 48.773.702 ações compreendidas pelo programa, que equivaliam a 3% das ações em circulação vigente no início do programa, foram recompradas 17.412.500 ações a um preço médio de R\$ 12,61 por ação, representando 35,7% do limite total do programa.

• **Oferta Pública de Ações**

Em 11 de fevereiro de 2020, concluímos nova oferta pública de ações ordinárias, tendo sido fixado o preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$ 2,6 bilhões. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 7.667.615.402,90, dividido em 1.876.606.210 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e seus administradores revisaram as classificações de suas aplicações financeiras e concluíram que os títulos de Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras e Letras Financeiras do Tesouro devem ser classificados como títulos e valores mobiliários. Essa conclusão resulta do fato de o Governo não ter a obrigatoriedade de recompra, sendo que esta, quando efetuada antes da maturidade, pode ocorrer apenas no mercado secundário, não atendendo dessa forma, ao requisito de liquidez imediata.

Durante o ano de 2018, a Companhia realizou a adoção de novas normas contábeis, sendo:

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 – Receitas e interpretações relacionadas. O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15 não foram aplicados à informação comparativa.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A Administração avaliou a nova norma e não identificou impactos nas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas principais transações financeiras. Foram analisados diversos contratos de prestação de serviço, identificando todos os direitos de cada parte, assim como as obrigações, termos de pagamento e tipos de serviços ou produtos em cada contrato individual.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esta norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018 e substituiu orientações do IAS 39/CPC 38, que diz respeito a classificação dos instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por aplicações financeiras, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, contas a receber de clientes, estes

classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários, que correspondem as aplicações em letras financeiras, os quais são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultou em modificações significativas nas classificações contábeis anteriormente realizadas pela da Companhia, tendo em vista a natureza de suas transações. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por debêntures de emissão da Companhia e contas a pagar por aquisições, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, a adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultou em alteração significativa nas classificações contábeis anteriormente realizadas pela Companhia, tendo em vista a natureza de suas transações.

Após a análise da nova Norma contábil, a Companhia julgou que não existem impactos relevantes na adoção da norma. Adicionalmente, vale citar que a Companhia já praticava um modelo similar as perda esperadas para quantificar, medir e avaliar a PLCD, assim como não tem hedge de qualquer tipo, por limitação do Conselho Financeiro e não possui instrumentos financeiros com alto grau de complexidade.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Neste cenário, os arrendamentos contratados impactarão as informações financeiras conforme segue:

a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;

b) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e

c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16 / CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 (IFRIC 23) foi publicado com o objetivo de esclarecer os critérios contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de tributos sobre os lucros na existência de incertezas no que diz respeito a aplicação da legislação tributária, os quais não estavam claros os procedimentos a serem aplicados no CPC 32 ou no CPC 25, ficando a cargo muitas vezes de aplicação de critérios diferentes entre as empresas, o que dificultava a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Descrevemos abaixo os principais esclarecimentos trazidos pela norma:

(i) Determinação do lucro tributável

A entidade deve considerar a probabilidade de que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto. Se a entidade concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados ou alíquotas fiscais consistentemente com o tratamento fiscal utilizado ou planejado para ser utilizado em sua declaração de tributos sobre o lucro.

Se a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais para fins de definição dos reflexos contábeis.

(ii) Mensuração dos efeitos das incertezas

A entidade deve determinar se deve considerar cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos, com base na abordagem que melhor estima a resolução da incerteza, bem como deve refletir o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto, utilizando um dos seguintes métodos, optando pelo que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza:

- a) Valor mais provável – o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis. O valor mais provável pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se os resultados possíveis forem binários ou estiverem concentrados em um valor;
- b) Valor esperado – a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis. O valor esperado pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se houver um conjunto de resultados possíveis que não são nem binários nem concentrados em um valor.

(iii) Exame por autoridades fiscais

A entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Portanto, o risco da entidade estar ou não sujeita a fiscalização (“risco de detecção”) não deve ser levado em consideração para fins de reconhecimento do tratamento fiscal incerto.

(iv) Mudanças em fatos e circunstâncias

A entidade deve refletir o efeito da mudança em fatos e circunstâncias ou de novas informações, como uma mudança na estimativa contábil, aplicando o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A entidade deve aplicar o CPC 24 – Evento Subsequente para determinar se a mudança ocorrida após o encerramento do período contábil é evento que requer ajustes ou não.

(v) Data de vigência e transição

A vigência da aplicação é para períodos de relatórios anuais iniciados em 01 de janeiro de 2019.

Quanto ao período de transição, a entidade deve aplicar a norma:

- (a)** retrospectivamente, aplicando o CPC 23, se isso for possível sem o uso de fatos e conhecimentos posteriores; ou
- (b)** retrospectivamente, com o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação reconhecida na data da aplicação inicial. Se a entidade escolher essa abordagem de transição, ela não deve refazer as informações comparativas. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio

líquido, conforme apropriado). A data da aplicação inicial é o início do período de relatório anual em que a entidade aplica esta Interpretação pela primeira vez.

O Grupo Cogna optou pela regra de transição prevista no item "b" com ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, sem refazer as informações comparativas.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Alterações do IFRS 3/CPC 15 (R1)

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional, e juntamente realizou a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos.

Em 30 de junho de 2019, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme o IFRS 3/CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares e ajustou retrospectivamente os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 para refletir as condições que existiam na data da aquisição. Adicionalmente, ainda dentro do prazo de um ano da data da aquisição previsto na referida norma, a administração alterou o método de mensuração da participação de não controladores para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e consequentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, a Companhia registrou o montante de R\$1.575.195 mil como participação de acionistas não controladores, o qual equivale à 69.853.431 ações valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Abaixo demonstramos os referidos ajustes:

	Alocação Preliminar 11/10/2018	Mensuração de não controladores ao valor justo	Revisão da alocação preliminar	Alocação Final
(em R\$ mil)				
Ativos líquidos	(408.875)	-	-	(408.875)
Preço de aquisição	4.566.542	-	-	4.566.542
	4.157.667	-	-	4.157.667
Passivos assumidos	2.625.389	-	(24.759)	2.600.630
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	-	-	(450.000)
Parcela de acionistas não controladores	-	1.575.195	-	1.575.195
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio	6.333.056	1.575.195	(24.759)	7.883.492
Destinação do ágio				
<i>Goodwill</i>	4.077.820	1.575.195	246.491	5.899.506
Marca	1.224.975	-	443.690	1.668.665
Carteira de clientes	77.487	-	28.065	105.552
Carteira de clientes - não contratual	906.255	-	328.249	1.234.504
Estoque mais valia	46.519	-	16.850	63.369
Imobilizado mais valia	-	-	8.884	8.884
Destinação do ágio				
<i>Goodwill</i>	-	-	(879.569)	(879.569)
Marca	-	-	(372.562)	(372.562)
Carteira de clientes	-	-	(239.597)	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	-	-	394.740	394.740
Total do Patrimônio Líquido	6.333.056	1.575.195	(24.759)	7.883.492

Demonstrativo dos efeitos – consolidado

(em R\$ mil)	Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Estoques	370.657	16.850	387.507
Total do ativo circulante	5.563.269	16.850	5.580.119
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.900	232.601	748.501
Imobilizado	2.485.643	8.885	2.494.528
Intangível	19.911.110	1.045.755	20.956.865
Total do ativo não circulante	25.081.770	1.287.241	26.369.011
Total do ativo	30.645.039	1.304.091	31.949.130
Passivo circulante	2.565.498	-	2.565.498
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042.115	(162.138)	879.977
Total do passivo	14.638.209	(162.138)	14.476.071
Patrimônio líquido	15.902.644		15.902.644
Participação dos não controladores	104.186	1.466.229	1.570.415
Total do patrimônio líquido	16.006.830	1.466.229	17.473.059
Total do passivo e patrimônio líquido	30.645.039	1.304.091	31.949.130

Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R1)

Por sua vez, em decorrência da adoção do IFRS 16, em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes valores aos saldos de abertura de seu balanço patrimonial consolidado:

	Divulgado	Adoção do CPC 06	Consolidado
	31/12/2018		Saldo em
	(Reapresentado nota 2.1)	(R2) / IFRS 16	01/01/2019
Ativo circulante			
Contas a Receber	1.940.313	794	1.941.107
Ativo não circulante			
Contas a Receber	694.283	8.275	702.558
Imobilizado	2.494.528	3.436.230	5.930.758
Impostos Diferidos	748.501	107.115	855.616
Total do ativo	5.877.625	3.552.414	9.430.039
Passivo circulante			
Arrendamentos a Pagar	-	137.307	137.307
Passivo não circulante			
Arrendamentos a Pagar	-	3.618.270	3.618.270
Impostos Diferidos	879.977	-	879.977
Total do Passivo	879.977	3.755.577	4.635.554
Patrimônio Líquido			
Lucros Acumulados	5.287.505	(203.163)	5.084.342
Total do Patrimônio Líquido	5.287.505	(203.163)	5.084.342

ICPC 22 / IFRIC 23

A conclusão da avaliação quanto aos potenciais impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) a partir do exercício de 2019 é a seguinte:

- Houve impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23), sendo: (i) para a incerteza relacionada a dedutibilidade da despesa com PLR relativa aos valores pagos aos administradores, R\$ 39.730 mil, sendo: R\$ 38.243 mil registrado no patrimônio líquido, e R\$ 1.487 mil registrado no resultado do exercício, e; (ii) para a incerteza relacionada a dedutibilidade sobre as alocações do ágio nas aquisições de controladas no montante de R\$ 36.877 mil, sendo este valor alocado integralmente ao resultado do exercício. O montante destes impactos totaliza R\$ 76.607 mil, conforme apresentado na nota explicativa 23.2;

- b) Não houve impactos da aplicação da norma aos processos administrativos e judiciais em discussão com as autoridades fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os nossos Diretores informam que não houve nenhuma ressalva ou ênfase de nossos auditores para as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 4.3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu, em 11 de outubro de 2018, o processo de aquisição de 73,35% do capital social total e votante da Somos Educação S.A. pelo valor de R\$ 4.566.542 mil, dos quais R\$ 4.116.542 mil foram pagos aos acionistas vendedores e R\$ 450.000 mil foram retidos em contas vinculadas, além de ter assumido passivos no montante de R\$ 2.600.630 mil.

Dessa forma, a Companhia apresentou na referida nota explicativa 4.3, a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos, com base em avaliações preliminares, como permitido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Ainda, de acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional. Em 30 de junho de 2019, após a revisão dos reconhecimentos preliminares da participação dos não controladores, a administração alterou o método de mensuração desta participação para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e conseqüentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.575.195 mil como participação de acionistas não controladores, o qual equivale a 69.853.431 ações, valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Para maiores informações, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

10.5 - Políticas contábeis críticas

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

c) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, custos e despesas adquiridos de terceiros e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

d) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direto a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas

em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<u>Entidades consolidadas</u>	Participação % ⁽ⁱ⁾	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Controlada direta:		
AESAPAR - Anhanguera Educacional Participações S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas AESAPAR:		
AESA- Anhanguera Educacional Ltda.	100,0	100,0
AESAPRO - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100,0	100,0
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100,0	100,0
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	100,0	100,0
Edufor - Edufor serviços educacionais Ltda. – ME	100,0	100,0
ICF - Sociedade Piauiense de ensino superior Ltda.	100,0	100,0
Fateci Cursos Técnicos S/S.	100,0	100,0
Clauder Ciarlini Filho S/S.	100,0	100,0
Sociedade Educacional da Paraíba Ltda.	100,0	100,0
Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda.	100,0	100,0
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	54,5	-
Controlada direta:		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	100,0	100,0
Controladas indiretas EDE:		
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá	99,99	99,99
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora	-	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda	100,0	-
Centro De Ensino Superior De Maraba Ltda	100,0	-
Cesupar - Centro De Ensino Superior De Paragominas Ltda	100,0	-
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	48,8	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	92,3	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99	99,99
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	-	99,99
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	-	99,99
Controlada direta:		
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	76,6	-
Controladas indiretas Saber:		
Somos Idiomas S.A.	100,0	100,0
Editora Scipione S.A.	84,2	100,0
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	70,4	100,0

MANUAL ASSEMBLEIAS 2020

29 de julho de 2020

Editora Ática S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas Editora Atica:		
SB Sistemas	100,0	100,0
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	100,0	100,0
Saraiva Educação S.A.	42,9	100,0
Controladas indiretas Saraiva Educação:		
Editora Pigmento Ltda.	100,0	100,0
Editora Joaquim Ltda.	100,0	100,0
Editora Todas as Letras Ltda.	100,0	100,0
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,0	-
Somos Operações Escolares S.A.	77,8	100,0
Controladas indiretas Somos Operações Escolares:		
Colégio Ambiental Ltda.	100,0	100,0
Colégio Visão Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional NEODNA Cuiabá Ltda.	100,0	100,0
Colégio do Salvador Ltda.	100,0	100,0
Colégio Motivo Ltda. ("Grupo Motivo")	100,0	100,0
Cursos e Colégios Coqueiros Ltda.	100,0	100,0
Colégio Integrado Jaó Ltda.	100,0	100,0
Escola Santo Inácio Ltda.	100,0	100,0
Sistema P.H. de Ensino Ltda.	100,0	100,0
Escola Riacho Doce Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda. ("Anglo 21")	100,0	100,0
ECSA - Escola a Chave do Saber S/S Ltda.	100,0	100,0
Colégio Cidade Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Paraná Ltda. ("Maxi Cuiabá")	100,0	100,0
Sociedade Educacional de Rondonópolis Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Rondonopolitana de Educação Ltda.	100,0	100,0
ACEL - Administração de Cursos Educacionais Ltda. ("Sigma")	100,0	100,0
Controladas indiretas ACEL:		
Papelaria Brasileira S.A.	100,0	100,0
Escola Mater Christi Ltda.	100,0	100,0
Somos Educação S.A.	100,0	73,4
Controladas indiretas Somos Educação:		
Maxiprint Editora Ltda.	100,0	100,0
Centro Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.	100,0	100,0
Vinci Serviços Educacionais Ltda.	100,0	100,0
Colégio Manauara Latu Sensu Ltda.	100,0	100,0
Núcleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda.	100,0	100,0
Sanches Serviços De Educação Ltda.	100,0	100,0
Leal e Sanches Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Alphaville S.A.	100,0	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	100,0	100,0
Stood Sistemas e Treinamento à Distância Ltda.	100,0	100,0
Controladas indiretas Stood Sistemas:		
Eligis Tecnologia E Inovação Ltda	100,0	100,0
Somos Educação Investimentos S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas Somos Educação Investimentos:		
Educação Inovação e Tecnologia S.A ("AppProva")	100,0	100,0
Nice Participações S.A.	100,0	100,0
CEI - Centro de Educação Integrada Ltda.	51,0	51,0
Controladas indiretas CEI:		
Escola Infantil Primeiros Passos EIRELI	100,0	51,0
SL Noventa Centro Educacional EIRELI	100,0	51,0
Controlada direta:		
Somos Sistemas de Ensino S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas Somos Sistemas:		

Livraria Livro Fácil Ltda.	100,0	100,0
Colégio Anglo São Paulo Ltda	100,0	100,0

⁽ⁱ⁾ As variações nos percentuais de participação em comparação ao exercício anterior, são decorrência do projeto de reestruturação societária ocorrido entre as unidades de negócio da Companhia. Assim sendo, não houve qualquer alteração que ocasionasse perda de controle pela Cogna em suas controladas.

b) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

c) Combinações de Negócios

Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

d) Segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior EAD e Educação Básica.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de

caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, o contas a receber de clientes e o contas a receber na venda de controladas.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por

meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para os contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 8 (c).

Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "*impairment*" de ativos financeiros ao custo amortizado.

Com relação ao PEP – Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 50% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	4,4
Móveis, equipamentos e utensílios	10
Biblioteca	10
Edificações e benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

Intangível

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis.

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da

vida útil estimada dos respectivos softwares.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos.

d) Licença de operação e parceira de polo

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Relações contratuais com clientes

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

f) Relações não contratuais com clientes

O relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 13 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

“Impairment” de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Ensino superior presencial, (ii) Ensino superior a distância (EAD) e, (iii) Ensino Básico.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Fornecedores (incluindo risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores – risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

Arrendamento por direito de uso

O Grupo possuía até 31 de dezembro de 2018 diversos arrendamentos operacionais que representavam a quase totalidade dos contratos de locação. Para os arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros que representavam uma pequena parcela dos contratos de arrendamento e que o Grupo detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, entretanto, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que maiores detalhes desta operação, e seus respectivos impactos, estão apresentados na nota explicativa 2.26.1.

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Passivos assumidos na combinação de negócio

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, as potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos

federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores.

Benefícios a empregados

a) Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

b) Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto (nota explicativa 27.1).

Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas

ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. Durante o exercício, o dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório está na linha de "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa 26 (b).

Receita na venda de produtos e serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Desde 01 de Janeiro de 2018, o CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das vendas de produtos (livros, publicações, conteúdos de assinaturas), e também nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial, ensino superior EAD, educação básica):

c) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

d) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele-presenciais um percentual entre 25% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criada uma conta a pagar para os polos parceiros.

A receita com prestação de serviços e de educação básica, substancialmente da mensalidade de colégios e cursos de idiomas e preparatórios e é reconhecida pelo prazo de duração dos mesmos.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

No Grupo, esta receita refere-se substancialmente aos contratos de franquia mantidos pela controlada Red Balloon com sua rede de franqueados.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros sobre mensalidades dos alunos;

- Despesa de juros proveniente de empréstimos e debentures contraídos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer um ativo financeiro, o mesmo é mensurado a valor justo por meio do resultado (sendo aplicável aos títulos e valores mobiliários), ou por meio do custo amortizado (aplicável aos demais ativos financeiros da Companhia). No caso dos passivos financeiros, estes serão mensurados ao custo amortizado.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio.

Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis).

Novas normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não aplicáveis

As seguintes normas entrarão em vigor em período posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual Framework*)

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos durante o exercício de 2020.

CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 a despesa da Companhia com a locação dos imóveis incluindo despesas com condomínio utilizados em nossa operação foi da ordem de R\$455,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, dada a adoção ao IFRS 16, informa que não possui arrendamentos mercantis operacionais que não apareçam em nosso balanço patrimonial, exceto por aqueles fora do escopo da nova norma, os quais são relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, que totalizaram para o período R\$ 26.814 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv. contratos de construção não terminada

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de construção não terminada.

v. *contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamento.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os nossos Diretores informam que não detemos outros itens que não estejam registrados nas nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

- ***Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***

Com a aplicação da nova norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) a partir de 01/01/2019, é esperado impacto nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente dos arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), os quais manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

(b) natureza e o propósito da operação

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos e imóveis, onde estão localizadas suas instituições de ensino superior (Graduação e Pós Graduação), além das escolas de Educação Básica e idiomas. Após a aplicação da nova norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, tais compromissos passarão a ser registrados no balanço patrimonial da Companhia, exceto os de curto prazo e baixo valor, que permanecerão sendo alocados às despesas de arrendamentos no resultado, conforme explicação apresentada no item 10.7 (a), visto que tais compromissos não são aplicáveis a nova norma contábil. Além disso, ressaltamos que o seu reconhecimento contábil é registrado no mês de competência.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos mercantis fora do escopo da nova norma, relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, totalizaram R\$ 26.814 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2018, a Companhia seguiu com a implementação de seu plano de crescimento iniciado em anos anteriores. No Ensino Superior, foram adicionadas 20 novas unidades no Ensino Presencial, adquiridas 6 instituições regionais e credenciadas mais 12 unidades pelo MEC, que já estão participando do processo de captação em 2019. No EAD, foram implementados 200 novos polos apoiando o crescimento da Companhia e ajudando a expandir a oferta de produtos. Com essas iniciativas, a Cogna aumenta cada vez mais a sua capilaridade e penetração no mercado

brasileiro, ofertando uma educação de qualidade alinhada às demandas do mercado de trabalho e transformadora para a vida de milhares de alunos. Na Educação Básica, a Cogna concluiu a aquisição da Somos Educação S.A., controladora do principal grupo de Educação Básica do Brasil, tornando-se uma plataforma completa de educação com atuação relevante em todos os ciclos de educação básica por meio de um portfólio completo e integrado, abrangendo Sistemas de Ensino, Operação de Escolas Próprias, Gestão de Contratos, Vendas de Livros Didáticos e Paradidáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Soluções de Conteúdo Core, Soluções de Conteúdo Complementar e Serviços Digitais. Na Educação Básica, a operação consolidada da Companhia terminou o ano com 32 mil alunos distribuídos em 46 escolas próprias, 27 mil alunos distribuídos em 134 unidades da Red Balloon, bem como 1,4 milhão de alunos atendidos por aproximadamente 4 mil escolas associadas utilizando as soluções de sistemas de ensino, livros didáticos e conteúdos diversos.

No exercício social findo em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 3 faculdades na região Norte, alinhada com o plano de expansão no setor de ensino superior da Companhia. Além disso, destinou parte de seus investimentos em projetos de desenvolvimento de conteúdo, de sistemas e de licenças de software que responderam por 58% do total e acompanham a ampliação e maturação de portfólio que o Ensino Superior tem feito nos últimos anos, principalmente com a maturação de cursos nas áreas de Engenharia e Saúde e os novos cursos de EAD Premium, além de toda a renovação de conteúdo para a Educação Básica, outro dispêndio importante foi direcionado ao projeto de ampliações, com obras e benfeitorias nas unidades existentes com o objetivo de melhor prepará-las para o segundo semestre a fim de atender às expectativas dos alunos, além de adaptá-las para a mudança do portfólio de cursos que têm sido implantados.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Reapresentação das cifras comparativas em 31 de dezembro de 2018

Conforme descrito na nota explicativa 4.3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu, em 11 de outubro de 2018, o processo de aquisição de 73,35% do capital social total e votante da Somos Educação S.A. pelo valor de R\$ 4.566.542 mil, dos quais R\$ 4.116.542 mil foram pagos aos acionistas vendedores e R\$ 450.000 mil foram retidos em contas vinculadas, além de ter assumido passivos no montante de R\$ 2.600.630 mil. Adicionalmente, no dia 8 de novembro de 2018, a Companhia submeteu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o pedido de registro de oferta pública obrigatória para aquisição das ações remanescentes de emissão da Somos (OPA) e respectivo pedido de cancelamento de seu registro de companhia aberta.

Dessa forma, a Companhia apresentou na referida nota explicativa 4.3, a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos, com base em avaliações preliminares, como permitido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Ainda, de acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional.

Em 30 de junho de 2019, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme o IFRS 3/CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares e ajustou retrospectivamente os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 para refletir as condições que existiam na data da aquisição. Adicionalmente, ainda dentro do prazo de um ano da data da aquisição previsto na referida norma, a administração alterou o método de mensuração da participação de não controladores para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e consequentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, a Companhia registrou o montante de R\$1.575.195 mil como participação de acionistas não controladores, o qual equivale à 69.853.431 ações valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Abaixo demonstramos os referidos ajustes:

(em R\$ mil)	Alocação Preliminar 11/10/2018	Mensuração de não controladores ao valor justo	Revisão da alocação preliminar	Alocação Final
Ativos líquidos	(408.875)	-	-	(408.875)
Preço de aquisição	4.566.542	-	-	4.566.542
	4.157.667	-	-	4.157.667
Passivos assumidos	2.625.389	-	(24.759)	2.600.630
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	-	-	(450.000)
Parcela de acionistas não controladores	-	1.575.195	-	1.575.195
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio	6.333.056	1.575.195	(24.759)	7.883.492
Destinação do ágio				
Goodwill	4.077.820	1.575.195	246.491	5.899.506
Marca	1.224.975	-	443.690	1.668.665
Carteira de clientes	77.487	-	28.065	105.552

Carteira de clientes - não contratual	906.255	-	328.249	1.234.504
Estoque mais valia	46.519	-	16.850	63.369
Imobilizado mais valia	-	-	8.884	8.884
Baixa de ativos intangíveis da adquirida				
<i>Goodwill</i>	-	-	(879.569)	(879.569)
Marca	-	-	(372.562)	(372.562)
Carteira de clientes	-	-	(239.597)	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	-	-	394.740	394.740
Total do Patrimônio Líquido	6.333.056	1.575.195	(24.759)	7.883.492

Demonstrativo dos efeitos – consolidado

(em R\$ mil)	Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Estoques	370.657	16.850	387.507
Total do ativo circulante	5.563.269	16.850	5.580.119
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.900	232.601	748.501
Imobilizado	2.485.643	8.885	2.494.528
Intangível	19.911.110	1.045.755	20.956.865
Total do ativo não circulante	25.081.770	1.287.241	26.369.011
Total do ativo	30.645.039	1.304.091	31.949.130
Passivo circulante	2.565.498	-	2.565.498
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042.115	(162.138)	879.977
Total do passivo	14.638.209	(162.138)	14.476.071
Patrimônio líquido	15.902.644		15.902.644
Participação dos não controladores	104.186	1.466.229	1.570.415
Total do patrimônio líquido	16.006.830	1.466.229	17.473.059
Total do passivo e patrimônio líquido	30.645.039	1.304.091	31.949.130

Anexo B. - Proposta de Destinação do Lucro Líquido

(Conforme Anexo 9-1-II da ICVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

Conforme demonstrações financeiras da Companhia divulgadas com a aprovação de seus resultados anuais pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 27 de março de 2020, referentes ao exercício social de 2019, a Companhia apurou resultado de R\$ 235.244.765,71 (duzentos e trinta e cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavo), que, deduzidos da reserva legal e ajustado na forma da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."), totaliza a importância de R\$ 223.482.527,43 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos) ("Lucro Líquido").

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

O montante total de dividendos anuais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 já declarados, pagos ou a serem pagos aos acionistas é R\$ 153.352.816,00 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais), equivalente a R\$ 0,0820597866 por ação ordinária de emissão da Companhia e correspondente a 39,4% (trinta e nove ponto quatro por cento) do Lucro Líquido apurado no exercício social de 2019, os quais são submetidos a aprovação da Assembleia Geral Ordinária *ad referendum* das deliberações do Conselho de Administração, que declaram o pagamento. Este montante resulta dos seguintes eventos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia: (i) o pagamento de dividendos intercalares relativamente ao lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2019 no valor de R\$ 90.531.053,66 (noventa milhões, quinhentos e trinta e um mil, cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), correspondente a R\$ 0,0555371865 por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme aprovado em reunião realizada em 15 de maio de 2019; (ii) o pagamento de dividendos intercalares relativamente ao lucro líquido apurado no 2º trimestre de 2019 no valor de R\$ 55.075.248,40 (cinquenta e cinco milhões, setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos), correspondente a R\$ 0,0336923704 por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme aprovado em reunião realizada em 14 de agosto de 2019; e (iii) o pagamento de dividendos intercalares após divulgação do lucro líquido apurado no 3º trimestre de 2019 no valor de R\$ 7.746.513,94 (sete milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos), correspondente a R\$ 0,0047388621 por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme aprovado em reunião realizada em 13 de novembro de 2019. Todas as declarações acima foram imputadas ao dividendo mínimo obrigatório das ações de emissão da Companhia relativo ao exercício de 2019, nos termos do art. 40, §4º, do Estatuto Social da Companhia.

O pagamento dos dividendos, no montante total de R\$ 153.352.816,00 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais), foi realizado da seguinte forma: (i) R\$ 90.531.053,66 (noventa milhões, quinhentos e trinta e um mil, cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos) foram pagos em 30 de maio de 2019; (ii) R\$ 55.075.248,40 (cinquenta e cinco milhões, setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) foram pagos em 29 de agosto de 2019; e (iii) R\$ 7.746.513,94 (sete milhões, setecentos e

quarenta e seis mil, quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos) foram pagos em 29 de novembro de 2019.

Tendo em vista as declarações de dividendos, as quais são submetidas a aprovação da Assembleia Geral Ordinária *ad referendum* das deliberações do Conselho de Administração, a proposta da Administração da Companhia é de não distribuir dividendos adicionais aos dividendos efetivamente distribuídos relativamente ao exercício social de 2019.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Os montantes aprovados pelo Conselho de Administração, nas reuniões acima mencionadas, já declarados, pagos ou a serem pagos aos acionistas a título de dividendos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representam uma distribuição de 68,6% (sessenta e oito ponto seis por cento) do Lucro Líquido da Companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informações, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados, acerca:

(a) do valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Tendo em vista que o dividendo mínimo obrigatório já foi distribuído pela Companhia ao longo do exercício social de 2019, a proposta da Administração da Companhia é de não distribuir dividendos adicionais aos dividendos efetivamente já declarados e relativamente ao exercício social de 2019.

(b) da forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio;

Não aplicável – Vide item 5(a) acima.

(c) de eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio; e

Não aplicável – Vide item 5(a) acima.

(d) da data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável – Vide item 5(a) acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, informar:

(a) o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e (b) a data dos respectivos pagamentos.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou: (i) o pagamento de dividendos intercalares relativamente ao lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2019 no valor de R\$ 90.531.053,66 (noventa milhões, quinhentos e trinta e um mil, cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), correspondente a R\$ 0,0555371865 por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme aprovado em reunião realizada em 15 de maio de 2019; (ii) o pagamento de dividendos intercalares relativamente ao lucro líquido apurado no 2º trimestre de 2019 no valor de R\$ 55.075.248,40 (cinquenta e cinco milhões, setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos), correspondente a R\$ 0,0336923704 por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme aprovado em reunião realizada em 14 de agosto de 2019; e (iii) o pagamento de dividendos intercalares após divulgação do lucro líquido apurado no 3º trimestre de 2019 no valor de R\$ 7.746.513,94 (sete milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos), correspondente a R\$ 0,0047388621 por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme aprovado em reunião realizada em 13 de novembro de 2019. Todas as declarações de distribuição de dividendos acima foram imputadas ao dividendo mínimo obrigatório das ações de emissão da Companhia relativo ao exercício de 2019, nos termos do Artigo 40, §4º, do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos foram pagos da seguinte forma: (i) R\$ 90.531.053,66 (noventa milhões, quinhentos e trinta e um mil, cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos) foram pagos em 30 de maio de 2019; (ii) R\$ 55.075.248,40 (cinquenta e cinco milhões, setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) foram pagos em 29 de agosto de 2019; e (iii) R\$ 7.746.513,94 (sete milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos) foram pagos em 29 de novembro de 2019.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro (ou Prejuízo) Acumulado	Valor por ação
2017	R\$ 1.882.316.374,11	R\$ 1,15
2018	R\$ 1.403.747.652,80	R\$ 0,85
2019	R\$ 235.244.765,71	R\$0,14

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendo Distribuído	Valor por ação
2017	R\$ 715.280.222,16	R\$ 0,44
2018	R\$ 533.424.108,06	R\$ 0,33
2019	R\$ 153.352.816,00	R\$ 0,08

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Do total do Lucro Líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 11.762.238,29 (onze milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos) são destinados à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O montante destinado a reserva legal corresponde a 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos da Cláusula 41 do Estatuto Social da Companhia, dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente (Lucro Líquido) terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Apurado conforme item 10.a. acima e pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Do Lucro Líquido apurado não declarado e distribuído a título de dividendos, propõe-se que R\$ 70.129.711,42 (setenta milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e onze reais e quarenta e dois centavos) sejam destinados à Reserva para Investimentos, nos termos do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, visto que não houve retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, visto que não houve retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, visto que não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, visto que não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, visto que não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia prevê a formação de reserva estatutária para investimentos com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades controladas. A referida reserva não deve ser superior a 75% do lucro do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.406/76. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social.

Segue redação do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia:

Artigo 42. *Poderá ser atribuído à reserva para investimentos importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimentos. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social.*

Parágrafo Único. *O Conselho de Administração poderá, caso considere o montante da reserva estatutária definida no parágrafo anterior, suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à Assembleia Geral que seja*

destinado à formação da aludida reserva estatutária, em determinado exercício social, percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido no acima; e/ou (ii) propor que parte dos valores integrantes da aludida reserva estatutária sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 70.129.711,42 (setenta milhões, cento e vinte e nove mil, setecentos e onze reais e quarenta e dois centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado

Nos termos do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente (Lucro Líquido) terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e até 75% (setenta e cinco por cento) serão destinados a reserva de investimentos.

Especificamente para o exercício social de 2019, o montante a ser destinado a reserva estatutária é o resultado do Lucro Líquido (R\$ 223.482.527,43), que já desconsidera os resultados do minoritários (R\$ 7.344.305,50) e os dividendos já declarados pelo Conselho de Administração da Companhia relativamente ao exercício de 2019 (R\$ 153.352.816,00), que já foram pagos pela Companhia até a presente data.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Anexo C. - Informações sobre os candidatos ao Conselho Fiscal

(Conforme Art. 10, Inciso I, da ICVM 481/09)

12.5. - Composição e experiência profissional do Conselho Fiscal

a. Nome:	Antônio Lúcio dos Santos	Fernanda Filizzola	Lucila de Oliveira Carvalho	Rodrigo Peres de Lima Netto	Ricardo Scalzo	Marcelo Curti	Eduardo Christovam Galdi Mestieri	William Cordeiro
b. Data de Nascimento	26/06/1946	03/05/1977	02/08/1963	31/03/1972	24/05/1951	09/01/1962	08/01/1991	06/07/1991
c. Profissão	Contador e Economista	Contadora e Administradora	Advogada	Advogado	Licenciado em Física	Economista	Administrador	Engenheiro
d. CPF ou passaporte	113.064.166-04	031.177.166-10	549.878.306-04	850.709.126-15	370.933.557-49	036.305.588-60	398.427.698-28	092.197.196-65
e. Cargo	Conselho Fiscal Efetivo	Conselho Fiscal Suplente	Conselho Fiscal Efetivo	Conselho Fiscal Suplente	Conselho Fiscal Efetivo	Conselho Fiscal Suplente	Conselho Fiscal Efetivo	Conselho Fiscal Suplente
f. Data de eleição	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020
g. Data de posse	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020	29/07/2020
h. Prazo de mandato	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021	Até AGO de 2021
i. Outros cargos	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
j. Eleito pelo controlador	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
k. É membro independente?	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
l. Mandatos consecutivos	11	1	10	4	9	1	0	0

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

m. Experiência profissional / n. Declaração de eventuais condenações

Antônio Lúcio dos Santos

Antônio Lúcio Pereira Santos, formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1969, é formado também em Administração e Economia pela mesma instituição em 1970 e 1971, respectivamente. Desde 1982, é sócio de Auditoria da empresa Audservice Auditores Associados S.S, e desde 2010, é sócio e diretor financeiro da empresa ADF Analistas Associados, empresas essas que não integram o grupo econômico da Companhia e não são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Fernanda Filizzola

Membro suplente do Conselho Fiscal, formada em Ciência da Computação pela PUC Minas Gerais em 1998, formada em Administração pela UFMG em 2000 e formada em Ciências Contábeis pela Estácio de Sá em 2013; MBA em Gestão de Negócios pela FACE-UFMG em 2002, Pós-Graduação em Gestão de Projetos em 2004 e MBA em Marketing pela FACE-UFMG em 2006. Experiência de 11 anos de atuação em gestão financeira de projetos de capital e 5 anos de atuação em auditoria e consultoria contábil. Experiência de 11 anos de atuação em gestão financeira de projetos de capital e 5 anos de atuação em auditoria e consultoria contábil.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Lucila de Oliveira Carvalho

Lucila de Oliveira Carvalho, membro do Conselho Fiscal. Formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1985; Mestre em Direito Comercial pela mesma instituição em 2002; Mestre (LL.M) em *International Commercial Law* pela Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América, em 2009; certificação como conselheira pelo IBGC em 2014; atuação como advogada e como árbitra; membro da lista de árbitros da CAMINAS, CAMARB, CMA-CREA/MG e CMA-CIESP/FIESP; *Fellow of the Chartered Institute of Arbitrators* (FCIArb).

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Rodrigo Peres de Lima Netto

Rodrigo Peres de Lima Netto, membro suplente do Conselho Fiscal. Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1995; Especialização em Direito da Empresa, *lato sensu*, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 1998; MBA com concentração em Gestão de Negócios pelo IBMEC Educacional S/A, Belo Horizonte, em 2002; Mestrado (LL.M) com concentração em Direito Comercial pela Universidade de Chicago, Illinois, Estados Unidos da América, em 2005.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Ricardo Scalzo

Ricardo Scalzo, membro do Conselho Fiscal. O Sr. Ricardo Scalzo, licenciado em Física, é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Ao longo de sua carreira de cerca de 8 anos, realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Atualmente é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2009. Atua como membro titular do conselho fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A.; Magnesita Refratários S.A.; Tecnisa S. A.; Marigá Mineração S.A.; Suzano Holding S.A.; IPFL Holding S.A, Camil Alimentos S.A. Kroton S.A., empresas essas que não integram o grupo econômico da Companhia e não são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Marcelo Curti

Membro suplente do Conselho Fiscal. Formado em Economia e Pós-Graduado em Administração de Empresas, ambos pela Fundação Armando Alvares Penteado, Gestão de Projetos e Gestão do Conhecimento pela Fundação Getúlio Vargas. Foi membro do Conselho de Administração nas empresas BCP SP S/A e BSE NE S/A, ambas entre 1998 e 2003, atualmente é membro do Conselho de Administração na Anauger S.A desde abril de 2018. Atua como membro titular do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Duke Energy International, Geração Paranapanema S/A (atual CTG) desde 2009, Hypera S/A desde 2013, Cosan S/A – Indústria e Comércio desde 2013, Rumo S/A desde 2017, Suzano Holding desde 2015, Whirlpool S.A desde 2018. É Presidente do Conselho Fiscal e membro suplente da Congás desde 2018.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Eduardo Christovam Galdi Mestieri

Eduardo Mestieri é sócio fundador da Alaska Asset Management e analista de renda variável. Formado em Administração de Empresas pelo Insper, iniciou sua carreira em 2012 e passou por empresas como Skipper Investimentos e VentureStar Capital Management. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Magazine Luiza (2017- atual) e da Sonae Sierra Brasil (2017 - atual).

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

William Cordeiro

William Cordeiro é sócio fundador e analista de renda variável na Alaska Asset Management desde 2015. Em 2014, foi analista de renda variável na VentureStar. Atualmente, ocupa cargo de conselheiro fiscal na Marcopolo S.A e na Randon S.A desde 2017. Também é conselheiro fiscal na Valid Soluções S.A desde 2019. Já ocupou cargos suplentes no Conselho Fiscal da Rumo S.A, Log-In Logística Intermodal S.A e Celesc S.A. Ocupou cargo suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A.. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

12.6 Participação dos membros do Conselho Fiscal em reuniões realizadas pelo respectivo órgão no último exercício

Membro	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Antônio Lúcio dos Santos	4	100,00%
Fernanda Filizzola	0	0,00%
Lucila de Oliveira Carvalho	4	100,00%
Rodrigo Peres de Lima Netto	0	0,00%
Ricardo Scalzo	4	100,00%
Marcelo Curti	0	0,00%
Eduardo Christovam Galdi Mestieri	0	0,00%
William Cordeiro	0	0,00%

12.7 /12.8 - Composição dos comitês

Os membros do Conselho Fiscal indicados não participam de outros Comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores dos Membros do Conselho Fiscal indicados.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e demais sociedades integrantes de nossa Companhia.

Anexo D. - Proposta de Remuneração dos Administradores

(Conforme Art. 12 da ICVM 481/09 e Item 13 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa prática de remuneração tem o objetivo de atrair, reter e valorizar profissionais da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas, e de obter um maior alinhamento dos interesses desses profissionais com as demandas e desafios dos nossos negócios.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração possui como principal objetivo atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento de educação ou de outros segmentos de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa.

A remuneração dos membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, Financeiro e M&A, Pessoas e Governança, Auditoria e Risco possui objetivos semelhantes àqueles estabelecidos na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Os principais objetivos da prática de remuneração dos diretores estatutários e não estatutários são (i) o engajamento, com o objetivo primordial de geração de valor para a Companhia; (ii) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e (iii) vincular o desempenho dos diretores ao desempenho operacional, de qualidade e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; (iv) alinhar a remuneração dos diretores com os interesses dos acionistas da Companhia; e (v) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos, visando atrair, engajar e reter profissionais capacitados para garantir a sustentabilidade de seus negócios.

A Companhia possui uma Política de Remuneração do Conselho de Administração, a qual foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de outubro de 2018, e encontra-se disponível para consulta no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia (ri.cogna.com.br/).

Além da Política de Remuneração e das práticas descritas acima, a Companhia possui o Plano de Remuneração Variável, ou PRV. O PRV segue diretrizes estabelecidas em política específica, com contratos individuais distribuídos aos elegíveis, esclarecendo as regras do plano e as metas anuais para o programa, cujos objetivos são: (a) a retenção e valorização profissional de executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas; e (b) possibilitar à Companhia e às sociedades sob o seu controle obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas e da Companhia.

(b) composição da remuneração, indicando

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

De maio de 2010 a dezembro de 2015, apenas os membros independentes do nosso Conselho de Administração eram remunerados. Estes membros possuíam remuneração mensal fixa considerando os valores praticados pelo mercado. Os membros independentes do Conselho de Administração também são elegíveis aos nossos planos de incentivo de longo prazo, que até setembro de 2018 foram baseados em opções de compra de ação (Planos de Opção) e a partir de então, passaram a ser baseados em ações restritas (Plano de Ações Restritas).

Desde janeiro de 2016, os demais membros do Conselho de Administração também passaram a ter remuneração fixa mensal pelo exercício do cargo de conselheiros. Além da remuneração fixa mensal, os membros do conselho têm remuneração adicional pela participação nos comitês de governança corporativa.

Desde dezembro de 2019, os conselheiros passaram a ter remuneração fixa mensal. Adicionalmente, caso tais membros participem de um ou mais Comitês, farão jus a um valor adicional mensal pela participação em tais Comitês ou pelo exercício de alguma função de liderança nos Comitês (Coordenador).

Diretoria Estatutária

Os nossos Diretores Estatutários possuem uma remuneração mensal fixa, estabelecida de acordo com os valores praticados pelo mercado, além de uma remuneração variável composta por bônus (incentivo de curto prazo). Os Diretores Estatutários também são elegíveis aos nossos planos de incentivos de longo prazo, que até 2018 foram baseados em opções de compra de ação (Planos de Opção) e a partir deste ano passaram a ser baseados em ações restritas (Plano de Ações Restritas). Estes benefícios têm como objetivo estimular a nossa Diretoria Estatutária e alinhá-la aos nossos objetivos estratégicos, além de visar a atração e retenção de profissionais diferenciados e que agreguem valor aos nossos resultados. Os membros em referência também possuem plano de Assistência Médica padrão executivo, Seguro de Vida e Estacionamento em seu pacote de benefícios.

Nosso Plano de Remuneração Variável é destinado aos Diretores Estatutários, Vice-Presidentes Estatutários, Vice-Presidentes não Estatutários, Diretores não Estatutários e demais elegíveis, utilizando como referência de metas o desempenho financeiro, de qualidade e operacional da Companhia. O pagamento do PRV é efetuado após a divulgação auditada e oficial dos nossos resultados anuais.

A remuneração da Diretoria Estatutária compreende a remuneração fixa, variável de curto prazo (PRV), variável de longo prazo (plano de remuneração variável baseado em ações), benefícios e encargos previstos em Lei.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das Sociedades por Ações, os membros do nosso Conselho Fiscal fazem jus, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função, também à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os elegeu. Esta remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração que, em média, é atribuída a cada um de nossos Diretores Estatutários. Neste valor não são computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal segue reajustes anuais da remuneração da nossa Diretoria Estatutária.

Comitê de Auditoria e Risco, Comitê Financeiro e de M&A, Comitê de Estratégia e Inovação e Comitê de Pessoas e Governança

A partir de dezembro de 2019, os conselheiros passaram a ter remuneração fixa e adicional caso compusessem um Comitê ou exercessem alguma função de liderança no Conselho ou nos Comitês (Coordenador).

As remunerações seguem valores de mercado.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

	Remuneração 2019			Remuneração 2018			Remuneração 2017		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	74%	26%	100%	69%	31%	100%	80%	20%	100%
Diretoria Estatutária	29%	71%	100%	23%	77%	100%	22%	78%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê de Auditoria	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê Financeiro e de RH	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê Acadêmico	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê de Responsabilidade Social	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é acordada entre o profissional e o Comitê de Pessoas e Governança, considerando os critérios de governança estabelecidos na política de remuneração da Companhia. Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos profissionais, de acordo com as correções aplicadas à categoria profissional, além de possíveis reajustes conforme melhores práticas de mercado, visando reter colaboradores talentosos e altamente motivados e aliando os seus interesses aos interesses da Companhia.

Para os Diretores não Estatutários, a remuneração fixa é definida entre a Diretoria Estatutária e Comitê de Pessoas e Governança, tendo, anualmente, a aplicação do percentual de reajuste da categoria, além de possíveis reajustes conforme melhores práticas de mercado, visando reter colaboradores talentosos e altamente motivados e aliando os

seus interesses aos interesses da Companhia. Estes também são contemplados pelo nosso plano de benefícios, que consiste em Assistência Médica, Vale Refeição, Seguro de Vida e Estacionamento.

A remuneração fixa dos Conselheiros Fiscais é calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S/A, no qual, a orientação é de que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros de nosso Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal e adicionais por participação em Comitês, não sendo elegíveis ao nosso PRV (Plano de Remuneração Variável). Os nossos Diretores Estatutários recebem remuneração fixa mensal e são elegíveis ao PRV. Os membros do Conselho de Administração, os Diretores Estatutários e um grupo de executivos, são elegíveis ao nosso Plano de Ações Restritas, assinando contratos mercantis com a Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são, principalmente, o incentivo da melhoria de nossa gestão e a permanência dos nossos executivos na Companhia, visando ganhos pelo comprometimento e desempenho de curto prazo e com os resultados de longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Nos últimos três exercícios sociais, não havia membros não remunerados pela Companhia.

Desde dezembro de 2019 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia, atualmente, possui um membro do Conselho de Administração que renunciou à sua remuneração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa é determinada com base nas melhores práticas de mercado, enquanto a remuneração variável (PRV) está pautada em metas financeiras, comerciais, operacionais, de qualidade e desempenho das áreas.

Para aferir a consecução de metas financeiras, nos baseamos em nosso EBITDA, nossa geração de caixa e resultado operacional. Ao analisarmos as metas comerciais, nos baseamos em nossa captação e retenção de alunos. Já em relação às metas operacionais e de qualidade, levamos em consideração nossos planos de trabalho (projetos), avaliação institucional, satisfação de nossos alunos (NPS) e nosso desempenho no ENADE. Por fim, utilizamos diversos indicadores para aferir o desempenho individual de nossos colaboradores ou o desempenho consolidado da Companhia. Os indicadores de desempenho estão diretamente relacionados com o resultado financeiro da Companhia, metas de crescimento em captação e matrículas e rentabilidade.

No cálculo da remuneração variável (PRV) máxima, há previsão de um sistema de incentivo para hipóteses de superação dos resultados estabelecidos para cada administrador, da seguinte forma: a cada 1% de superação das metas do administrador, sua remuneração variável (PRV) será sempre acrescida 3 vezes o percentual de superação até o atingimento de 133,33%, a partir do qual o atingimento acelerado final a ser considerado será de 200%.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração de curto prazo dos nossos executivos está vinculada ao nosso desempenho financeiro, operacional e indicadores de qualidade. Adicionalmente, o valor a ser pago referente ao PRV depende da nossa evolução e do cumprimento de metas definidas pelo nosso Conselho de Administração.

A avaliação de desempenho de nossos Diretores estatutários e não estatutários é composta por indicadores de resultados financeiros, operacionais e de qualidade e por indicadores de competências comportamentais. Os resultados desta avaliação servem como base para concessão de remuneração fixa e variável, e têm como parâmetro as metas definidas em orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, podemos utilizar como critério a avaliação qualitativa quanto ao cumprimento de projetos elencados como estratégicos para a Companhia naquele ano.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A nossa estratégia de remuneração é baseada nas melhores práticas do mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios, conforme aprovadas por nossos Administradores. A prática do plano de remuneração variável anual está atrelada ao cumprimento das políticas e metas estratégicas da Companhia, determinadas para o crescimento da empresa, em curto e médio prazo. O plano de incentivos de longo prazo é baseado no plano de opções de compra de ações e no plano de ações restritas, portanto, diretamente atrelado ao crescimento do valor de mercado da Companhia e à valorização das ações em longo prazo, materializado através da assinatura de contratos mercantis entre a Companhia e o beneficiário.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por nossos controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As políticas de remuneração relacionados aos administradores são aprovadas pelo Comitê de Pessoas e Governança e posteriormente pela Assembleia Geral da Companhia.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia utiliza consultoria especializada em remuneração para estruturar o pacote de remuneração de forma a garantir as melhores práticas de mercado, reforçando a cultura de meritocracia e de alto desempenho alinhada ao planejamento estratégico. O estudo considera entre os critérios de comparação: empresas de capital aberto, de grande porte, com abrangência geográfica, práticas de governança e boas práticas de remuneração. O estudo engloba todos os itens de remuneração total, incluindo remuneração fixa, incentivos de curto prazo, incentivos de longo prazo e benefícios.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência de revisão da remuneração dos administradores é anual, mediante aprovação da proposta no Comitê de Pessoas e Governança.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a ser encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00	4,00	17,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	4,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.203.200,00	9.694.008,00	704.804,00	13.602.012,00
Benefícios direto e indireto	92.079,12	282.763,71	0,00	374.842,83
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	640.640,00	1.938.801,60	140.960,80	2.720.402,40
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS mais o custo rescisório de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.833.333,33	0,00	8.833.333,33
Participação de resultados	0,00	19.619.985,21	0,00	19.619.985,21
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	277.333,33	8.649.066,22	0,00	8.926.399,55
Descrição de outras remunerações variáveis	O item "Outros" é a contribuição ao INSS e demais encargos	O item "Outros" é a contribuição ao INSS		

	incididos sobre remuneração baseada em ações	e demais encargos incididos sobre remuneração baseada em ações		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações incluindo opções	1.606.800,00	18.574.546,27	0	20.181.346,27
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo.			
Total da remuneração	5.820.052,45	67.592.504,34	845.764,80	74.258.321,59

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,25	5	4	16,25
Nº de membros remunerados	7,17	5	4	16,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.556.528,82	9.477.516,68	683.928,80	12.717.974,30
Benefícios direto e indireto	167.427,15	242.189,91	0,00	409.617,06
Participações em comitês	1.025.927,00	0,00	0,00	1.025.927,00
Outros	716.491,16	1.895.503,34	136.785,76	2.748.780,26
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.384.836,06	0,00	9.384.836,06
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	173.901,00	4.702.824,14	0,00	4.876.725,14
Descrição de outras remunerações variáveis	O item "Outros" é a contribuição ao INSS e demais encargos incididos sobre remuneração baseada em ações	O item "Outros" é a contribuição ao INSS e demais encargos incididos sobre remuneração baseada em ações		

Pós-emprego	0,00	0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00		
Baseada em ações incluindo opções	1.428.119,61	13.614.757,71	0,00	15.042.877,32
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo. Não inclui a remuneração do então membro independente do Conselho de Administração da controlada Somos Educação S.A. que foi paga ao longo do exercício social de 2019.			
Total da remuneração	6.068.394,74	39.317.627,84	820.714,56	46.206.737,14

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8	5,58	4	17,58
Nº de membros remunerados	8	5,58	4	17,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.537.275,00	9.708.863,00	682.094,00	12.928.232,00
Benefícios direto e indireto	194.028,00	306.126,00	0,00	500.154,00
Participações em comitês	669.520,00	0,00	0,00	669.520,00
Outros	641.359,00	1.941.773,00	136.419,00	2.719.551,00
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	26.545.550,00	0,00	26.545.550,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	242.151,00	1.089.736,00	0,00	1.331.887,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
Pós-emprego	0,00	0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00		
Baseada em ações incluindo opções	1.599.112,00	11.505.213,00	0,00	13.104.325,00

Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo. Não inclui a remuneração do então membro independente do Conselho de Administração da controlada Somos Educação S.A. que foi paga no exercício social de 2018 após a aquisição.			
Total da remuneração	5.883.445,00	51.097.261,00	818.513,00	57.799.219,00

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	4,17	3,67	15,84
Nº de membros remunerados	8,00	4,17	3,67	15,84
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.385.191,50	7.797.330,08	617.899,63	10.800.421,21
Benefícios direto e indireto	197.723,26	206.925,09	0	404.648,35
Participações em comitês	578.121,29	0	0	578.121,29
Outros	592.662,56	1.683.784,41	123.579,87	2.400.026,84
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	17.251.541,51	0,00	17.251.541,51
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações incluindo opções	954.341,15	16.818.701,41	0,00	17.773.042,56
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo.			
Total da remuneração	4.708.039,76	43.758.282,50	741.479,50	49.207.801,76

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social a ser encerrado em 31/12/2020*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	4,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	6.131.245,38	n/a	6.131.245,38
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	n/a	19.619.985,21	n/a	19.619.985,21
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	n/a	12.262.490,76	n/a	12.262.490,76
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

¹O valor máximo informado considera um cenário de aceleração agressiva em função do desempenho da Companhia.

O montante apresentado a título de Bônus a ser pago aos Diretores Estatutários caso sejam atingidas todas as metas financeiras, comerciais, operacionais, de qualidade e desempenho, conforme aferido com base em nosso EBITDA, geração de caixa e resultado operacional, na forma exposta no item "13.1 c" e conforme previsto no item "13.3" desta Proposta, foi calculado considerando o resultado da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, meramente para fins ilustrativos de qual seria a remuneração variável dos administradores a título de Bônus caso tal resultado se repetisse no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, se o resultado obtido pela Companhia no exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 for superior ao obtido no exercício de 2018, o valor estimado a ser pago a título de Bônus será ultrapassado em relação ao previsto nesta Proposta da Administração, tendo em vista que a remuneração variável dos Administradores está atrelada a um percentual do resultado da Companhia, podendo nossa administração receber remuneração em magnitude superior, observada a formula de cálculo prevista no item "13.1 c" desta Proposta.

* Conforme indicado no item 13.1(b), o valor proposto pela administração para a remuneração global anual da Somos Educação S.A. para o exercício social de 2019 está contido na remuneração global anual proposta pela Administração da Companhia. Desta forma, os valores indicados na tabela também contemplam os valores devidos aos Conselheiros e Diretores Estatutários da Somos Educação S.A.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	5,00	4,00	16,25
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	5.454.995,09	n/a	5.454.995,09
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	21.819.980,36	n/a	21.819.980,36
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	10.909.990,18	n/a	10.909.990,18
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	9.384.836,06	n/a	9.384.836,06
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,58	4,00	17,58
Nº de membros remunerados	0,00	5,58	0,00	5,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	5.454.995,09	n/a	5.454.995,09
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	58.018.629,17	n/a	58.018.629,17
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	41.381.418,75	n/a	41.381.418,75
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	26.545.549,61	n/a	26.545.549,61

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,17	3,67	15,84
Nº de membros remunerados	0,00	4,17	0,00	4,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	4.937.232,52	n/a	4.937.232,52
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	40.261.219,15	n/a	40.261.219,15
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	25.449.521,58	n/a	25.449.521,58
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	17.251.541,51	n/a	17.251.541,51
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) Termos e condições gerais

Temos atualmente 4 (quatro) Planos de Opção de Compra de Ações ("Planos de Opções") e 1 (um) Plano de Ações Restritas vigentes ("Planos").

O nosso primeiro Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de 2009") foi aprovado pela nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2009.

O nosso segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de 2013" e, em conjunto com o Plano de 2009, "Planos Originais") foi aprovado pela nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2013.

Em relação aos dois primeiros Planos, compete ao Conselho de Administração ou ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, por delegação do Conselho de Administração, definir (i) os beneficiários dos Planos Originais; (ii) o número total e espécie de nossas ações a serem outorgadas no âmbito dos Planos Originais por cada beneficiário; (iii) a divisão da outorga das ações em lotes, se for o caso; (iv) o tempo de carência; (v) o preço de exercício das opções; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas nos Planos Originais.

Os termos e as condições de cada opção serão definidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, em contratos de outorga de opção de compra de ações, a serem celebrados entre nós e cada beneficiário. Os respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações definirão o número e a espécie de ações que os beneficiários terão direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições, sempre observando as diretrizes gerais previstas nos Planos Originais.

Conforme disposto nos Planos Originais, podem ser beneficiários nossos conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos de nossas sociedades controladas.

O nosso terceiro Plano de Opção de Compra de Ações (i, ii e iii), foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 03 de julho de 2014 ("Plano de 2014").

Conforme disposto no Plano de 2014, podem ser beneficiários nossos administradores e empregados que eram beneficiários dos Planos de Opção de Compra de Ações da Anhanguera Educacional Participações S/A ("Anhanguera"), aprovados em 30 de abril de 2010 e 11 de março de 2013 ("Planos da Anhanguera") antes da incorporação das ações da Anhanguera por nós ("Incorporação") e tenham opções de compra de ações da Anhanguera outorgadas mas ainda não exercidas, que possam ser exercidas de acordo com as condições estabelecidas nos Planos da Anhanguera, conforme determinação do Conselho de Administração da Anhanguera que ratificou as condições específicas (tais como: número de opções, preço de exercício e eventuais exceções à regra de saída prevista nos Planos da Anhanguera) relativas a cada beneficiário cujas opções serão substituídas por opções de compra de nossas ações ("Opções da Anhanguera" e "Deliberação de Migração").

Compete ao Conselho de Administração ou a um comitê criado por nós ("Comitê"), definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de nossas opções, nos termos do Plano de 2014, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano de 2014; e (ii) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite de capital autorizado

ou a utilização de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de nossas opções outorgadas nos termos do Plano de 2014.

As Opções da Anhanguera de cada beneficiário, conforme Deliberação de Migração, foram substituídas por opções da Companhia, sendo o número total de opções originais de cada beneficiário e o preço de exercício unitário de opção ajustados conforme a relação de troca proposta para a operação, ou seja 0,30970293 de nossas ações para cada Ação da Anhanguera ("Relação de Troca"), para que o valor total a ser desembolsado por cada um dos beneficiários em decorrência do exercício das nossas opções permaneça inalterado em relação ao que seria desembolsado no âmbito dos Planos da Anhanguera.

Para fins do ajuste previsto acima o número total de opções de cada beneficiário dos Planos da Anhanguera foi multiplicado pelo fator da Relação de Troca e o preço de exercício unitário das Opções da Anhanguera foi dividido pelo fator da Relação de Troca. Quando, em decorrência da aplicação da Relação de Troca, o número de nossas opções resultou em número fracionário, procedeu-se arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Os termos e as condições de cada opção outorgada no âmbito do Plano de 2014 observará (i) as condições específicas previstas na Deliberação de Migração; (ii) as regras dos Planos da Anhanguera; e (iii) as condições previstas nos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações e Termos de Adesão celebrados entre Anhanguera e os Beneficiários, desde que tais condições se não expressamente previstas nos Planos da Anhanguera, tenham sido expressamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Anhanguera quando da outorga das Opções da Anhanguera e não contrariem as condições gerais dos Planos da Anhanguera e do Plano de 2014.

O nosso quarto Plano de Opção de Compra de Ações foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 18 de setembro de 2015 ("Novo Plano Kroton").

Compete ao Conselho de Administração ou ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, por delegação do Conselho de Administração, definir (i) os beneficiários do Novo Plano Kroton ; (ii) o número total e espécie de nossas ações a serem outorgadas no âmbito do Novo Plano Kroton por cada beneficiário; (iii) tempo de carência; (iv) o preço de exercício das opções; (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; (vi) as hipóteses de antecipação de *vestings*; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Novo Plano Kroton.

Os termos e as condições de cada opção serão definidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, em contratos de outorga de opção de compra de ações, a serem celebrados entre nós e cada beneficiário. Os respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações definirão o número e a espécie de ações que os beneficiários terão direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Novo Plano Kroton.

O nosso primeiro Plano de Outorga de Ações Restritas foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 03 de setembro de 2018 ("Plano de Ações Restritas").

Compete ao Conselho de Administração ou ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (i) selecionar, dentre as Pessoas Elegíveis, os beneficiários do Plano; (ii) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada beneficiário, observado o número máximo de Ações Restritas que poderá ser concedido de acordo com o Plano, como colocado em sua definição;

(iii) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos beneficiários; (iv) estabelecer o Período de Carência aplicável nos casos de migração de opções de compras de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Novo Plano Kroton, e eventuais restrições adicionais às Ações Restritas; (v) analisar casos excepcionais decorrentes de ou relacionados com o Plano; (vi) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano de Ações Restritas e tratar dos casos omissos, podendo estabelecer, nesta hipótese, diretrizes específicas; e (vii) propor alterações ao Plano de Ações Restritas para aprovação pela Assembleia Geral.

Conforme disposto no Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração ou o Comitê Financeiro e de Recursos Humanos poderá outorgar, no âmbito do Plano, Ações Restritas com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Novo Plano Kroton 2015, sob condição de aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compras de ações ainda não exercidas, fixando seus termos e condições, que observarão as condições originais em relação aos prazos de carência previstos nos contratos de cada beneficiário – salvo disposição em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, inclusive a quantidade de Ações Restritas a ser objeto de outorga no âmbito da migração.

Os termos e as condições de cada contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário do Plano de Ações Restritas serão definidos pelo Conselho de Administração ou Comitê, observados os termos e condições dispostos na definição deste Plano.

Para que o beneficiário faça jus à ação em decorrência do exercício da opção de compra ou transferência de ações restritas, é necessário que tenham sido integralmente cumpridas todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares.

Aos beneficiários das opções de compra de nossas ações ou de ações restritas não são conferidos quaisquer direitos com respeito à manutenção de vínculo contratual conosco. A outorga da opção ou ação restrita no âmbito dos Planos não interferirá em nosso direito de interromper, a qualquer tempo, o vínculo que tivermos com os beneficiários.

A partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações resultantes do exercício das opções ou da transferência de ações no âmbito do Plano de Ações Restritas e, ultrapassado o período de restrições à transferência das mesmas, se for o caso, o beneficiário terá todos os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista previstos em lei e no nosso Estatuto Social.

(b) Principais objetivos do plano

Os objetivos dos Planos são (i) reter os nossos executivos e de nossas sociedades controladas diretas ou indiretas; (ii) obter maior alinhamento dos interesses destes com os nossos interesses e dos nossos acionistas; e (iii) garantir o direito de nossos administradores e empregados ou de outras sociedades sob o nosso controle direto ou indireto, que eram beneficiários dos Planos Anhanguera, sujeito a determinadas condições, de adquirirem nossas ações, com

vistas a (a) alinhar os interesses de tais administradores e empregados com os interesses dos nossos acionistas e da Companhia; e (b) reter e valorizar os administradores e empregados elegíveis.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitarmos que os administradores se tornem acionistas, introduzimos fortes incentivos para que os nossos executivos: (i) tomem as suas decisões tendo em vista a geração de valor para os acionistas e para nós; (ii) pautem as suas ações visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e planos de nosso crescimento.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Nossos Planos constituem um instrumento de incentivo ao bom desempenho de nossos profissionais e ao comprometimento, por parte dos beneficiários, com as metas por nós estabelecidas.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os nossos interesses aos dos nossos administradores e acionistas por meio de benefícios vinculados ao desempenho das ações de nossa emissão. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria em nossa gestão e a permanência dos nossos administradores e executivos na companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo. No médio prazo, a melhoria de nossos resultados e valorização de nossas ações maximizam os ganhos dos beneficiários de nossos Planos, incentivando-os a permanecerem trabalhando conosco. No curto prazo, o cumprimento de nossas metas e o alcance de nossos resultados anuais resultam em um alinhamento entre nossos interesses e os interesses dos beneficiários de nossos Planos. Por fim, e também em longo prazo, nossos Planos estabelecem períodos de carência, ou Vesting, de até, cinco anos, para que o beneficiário receba a integralidade das opções ou ações restritas a que tem direito, tornando-o, neste ponto, atrativo para a fidelização destes executivos, além de tornar comum o interesse entre nós e os executivos, no crescimento de nossas operações.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano de 2009, a outorga de opções estava limitada a 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, formando 5 milhões de units na época em que foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária.

A partir de 5 de dezembro de 2012, com a adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3, as ações preferenciais de emissão da Companhia foram convertidas em ações ordinárias, permanecendo a outorga de opções limitada a 5 milhões de ações ordinárias, equivalentes a 3,7% do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Em 26 de novembro de 2013, uma vez que o Plano de 2009 atingiu o limite máximo de opções que poderiam ser outorgadas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de 2013 em substituição ao Plano de 2009. No plano de 2013, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 2,0% do capital social da Companhia vigente à época, equivalente, na data da aprovação, a 5.374.078 ações ordinárias.

Em 03 de julho de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no contexto da aprovação da incorporação de ações da Anhanguera pela Companhia, aprovou um novo Plano de Compra de Ações ("Plano 2014") para

recepcionar as opções outorgadas e não exercidas no âmbito dos planos de opção de compra da Anhanguera. O Plano de 2014 não excederá 1,62% do capital social da Companhia, vigente à época, equivalente, em julho de 2014, a 6.520.299 ações ordinárias.

Em 18 de setembro de 2015, uma vez que o Plano de 2013 não dispunha de saldo suficiente para novas outorgas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Novo Plano Kroton. No Novo Plano Kroton, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 1,99% do capital social da Companhia vigente à época, equivalente, na data da aprovação, a 32.347.295 ações ordinárias.

No Plano de Ações Restritas, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 03 de setembro de 2018, o número máximo de ações que poderá ser concedido é de 19.416.223, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação, excluídas as ações que se encontrem em tesouraria também nesta data.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

No Plano de 2009 a outorga de opções estava limitada a 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, formando 5 milhões de units na época em que foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Após a adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, permanecendo a outorga de opções limitada a 5 milhões de ações ordinárias, equivalentes a 3,7% do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

No Plano 2013 a outorga de ações passou a respeitar o limite máximo de 2% do capital social da Companhia vigente à época, equivalente a 5.374.078 ações ordinárias.

No Plano 2014, como cada opção permite ao beneficiário adquirir uma ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em julho de 2014, o número máximo de opções que estão sujeitas ao Plano de 2014 é de 6.520.299 ações ordinárias, equivalente a 1,62% capital social total da companhia nessa data.

No Novo Plano Kroton como cada opção permite ao beneficiário adquirir uma ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em setembro de 2015, o número máximo de opções que estão sujeitas ao Novo Plano Kroton é de 32.347.295 ações ordinárias, equivalente a 1,99% capital social total da companhia nessa data.

No Plano de Ações Restritas, o número máximo de ações que poderá ser concedido é de 19.416.223, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação.

(h) Condições de aquisição de ações

Conforme descrito no Item 13.4 "a" acima, o nosso Conselho de Administração, Comitê Financeiro e de Recursos Humanos e Comitê, conforme o caso, fixa os termos e as condições de cada contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre nós e cada beneficiário.

Nenhuma ação poderá ser entregue a qualquer beneficiário em decorrência do exercício da opção ou de transferência de ações restritas, a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Salvo decisão contrária do Conselho de Administração ou do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, conforme o caso, o exercício da opção outorgada nos termos do primeiro Plano de Opção ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes períodos de carência, ou vesting:

- a) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- d) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- e) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados em 01.08.2012, aprovados pelo Conselho de Administração com base no primeiro Plano de Opção, aprovado em AGE realizada em 23/10/2009, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 2/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- d) 2/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados em 26.11.2013, aprovados pelo Conselho de Administração com base no Plano de 2013, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga da opção de compra;

- c) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- d) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados em 03 de julho de 2014, aprovados pelo Conselho de Administração com base no terceiro plano de opção, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados a partir de 18.09.2015, incluindo as outorgas realizadas em 2016, 2017 e 2018, aprovados pelo Conselho de Administração com base no Novo Plano Kroton, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 06 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 18 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 30 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- d) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 42 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Caso as opções de compra não sejam exercidas pelos respectivos beneficiários em até 60 meses após a data do cumprimento de cada um dos prazos acima indicados, para o Plano de 2009, e 48 meses para o Plano de 2013 e Novo Plano Kroton, o beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, salvo no caso de prazo final para exercício fixado de maneira distinta no respectivo contrato de outorga de opção de compra, ou decisão contrária do nosso Conselho de Administração ou Comitê de Recursos Financeiro e de Recursos Humanos. Os prazos acima poderão ainda ser antecipados, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Recursos Humanos, nas hipóteses de mudança de nosso controle, conforme disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Para o Plano de Ações Restritas, as ações devem ser transferidas em até 10 (dez) dias contados da data do término do Período de Carência. São válidas as seguintes premissas sobre o Período de Carência:

a) Para ações restritas outorgadas com o objetivo de promover a migração de opções de compra de ações do Novo Plano Kroton, são mantidos os prazos de carência originais da outorga de opções, salvo disposição em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê.

b) Para as demais outorgas, o período de carência será de 3 (três) anos contado da data de outorga das ações restritas, i.e., da data de assinatura do respectivo contrato entre a Companhia e o beneficiário.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção de compra ou Preço de Exercício referente ao Plano de 2009 foi determinado pelo Conselho de Administração, e equivale ao valor médio atribuído às nossas ações nos pregões da B3, realizados nos 60 dias anteriores à data de assinatura do respectivo contrato de opção de compra de ações, aplicando-se um desconto de até 20% (vinte por cento).

O preço de exercício da opção de compra ou Preço de Exercício referente ao Plano de 2013 foi determinado pelo Conselho de Administração, e equivale ao valor médio atribuído às nossas ações nos pregões da B3, realizados em período a ser determinado pelo Conselho de Administração ou Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, sendo o percentual de desconto definido pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos. O Preço de Exercício, por determinação do Conselho de Administração ou do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, conforme o caso será acrescido de correção monetária, calculada com base na variação de um índice de preços a ser determinado nos respectivos contratos de opção de compra.

O preço de exercício das nossas opções outorgadas nos termos do Plano de 2014 é o mesmo fixado no âmbito dos Planos Anhanguera e nos respectivos Contratos de Opção, sendo o preço unitário ajustado em decorrência da aplicação da Relação de Troca para que o valor total a ser desembolsado por cada um dos Beneficiários em decorrência do exercício de opções permaneça inalterado. Nos termos dos Planos Anhanguera, o preço de exercício das Opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, (i) com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 90 (noventa) últimos pregões que antecederem a outorga; ou (ii) com base na média da cotação das Units da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 90 (noventa) últimos pregões que antecederem a outorga, com desconto ou ágio de até 20%, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê.

O preço de exercício da opção de compra, ou Preço de Exercício, referente ao Plano de 2015 foi determinado pelo Conselho de Administração, e equivale ao valor médio atribuído às nossas ações nos pregões da B3, considerando no máximo 60 pregões anteriores à data da assinatura do respectivo contrato de opção de compra de ações.

Para o Plano de Ações Restritas, não há preço de exercício: a concessão das ações é realizada sem onerosidade aos beneficiários.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo fixado objetiva que os beneficiários dos Planos se comprometam com os objetivos de longo prazo da Companhia.

Os prazos de exercício são de 60 meses para a primeira outorga do Plano de 2009 e 36 meses para as demais outorgas. Caso as Opções outorgadas no âmbito do Plano de 2009 não sejam exercidas em até 60 (sessenta) meses após a data do cumprimento dos períodos de carência, ou vesting, conforme descritos no Item 13.4.h acima, o beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, salvo no caso de prazo final para exercício fixado de maneira distinta no Contrato.

Para o Plano de 2013 foi considerado 48 meses para a outorga. Salvo decisão contrária do nosso Conselho de Administração ou do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, por ocasião da outorga das opções ao beneficiário, o exercício da opção outorgada nos termos do nosso Plano de 2013 fica sujeito ao cumprimento dos períodos de carência, ou vesting, conforme descritos no Item 13.4.h acima.

Com relação ao Plano de 2014, as nossas opções poderão ser exercidas de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção e Termo Aditivo.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das nossas opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de nosso acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano de 2014 e respectivo Contrato de Opção e Termo Aditivo. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício de nossa opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Para o Novo Plano Kroton, o prazo máximo para exercício é de 48 meses a partir da aquisição do direito ao exercício (fim do período de vesting).

Para o Plano de Ações Restritas, o conceito não se aplica: as ações devem ser transferidas em até 10 (dez) dias contados da data do término do período de carência.

(k) Forma de liquidação

Uma vez exercida a opção pelo beneficiário, as ações correspondentes à opção serão objeto de emissão por meio de aumento do nosso capital. Também poderão ser oferecidas ações existentes em tesouraria. A liquidação das ações ocorrerá mediante ao pagamento do Preço de Exercício pelos beneficiários e entrega das respectivas ações subscritas e/ou vendidas de nossa emissão, conforme contrato mercantil assinado entre as partes.

Para o Plano de Ações Restritas, as ações devem ser transferidas em até 10 (dez) dias contados da data do término do período de carência.

(l) Restrições à transferência das ações

Os beneficiários estão sujeitos às regras restritivas à negociação de ações constantes da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002. Além disso, conforme previsto em nosso Plano de Opção, o nosso Conselho de Administração ou o Comitê Financeiro e de Recursos Humanos poderá, a qualquer tempo, estabelecer eventuais restrições adicionais à transferência das ações resultantes do exercício das opções.

Os direitos e obrigações decorrentes dos Planos e dos contratos de opção de compra de ações não poderão ser cedidos ou transferidos, em sua totalidade ou em parcialidade, por qualquer uma das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte.

Para o Novo Plano Kroton, salvo determinação específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, quando da outorga das opções, 50% (cinquenta por cento) das ações decorrentes do exercício de cada um dos Lotes estarão sujeitas a um período mínimo de indisponibilidade de 6 (seis) meses a contar da Data do Exercício ("Período de Lock-Up"). Caso o Lote seja exercido parcialmente pelo Beneficiário, o percentual indicado neste item será aplicado sobre as ações efetivamente recebidas pelo Beneficiário.

Para o Plano de Ações Restritas, não há restrição à transferência das ações recebidas.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Para os Planos de Opções, na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual não sejamos a sociedade remanescente, os Planos terminarão e qualquer opção, até então concedida extinguir-se-á, exceto se, em conexão com tal operação (quando cabível), estabelecer-se por escrito a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados ao número e preço de ações, caso em que os Planos continuarão na forma então prevista.

No caso do Plano de Ações Restritas, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, ou qualquer reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação no Novo Mercado da B3, a exclusivo critério do Conselho de Administração ou Comitê: (i) os períodos de carência poderão ser antecipados, para que as Ações Restritas possam ser imediatamente recebidas pelos beneficiários, e Ações Restritas adquiridas pelo beneficiário que eventualmente estejam sujeitas a restrições à sua transferência, ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento, respeitado eventual direito de preferência, se houver, sendo que após o referido prazo, este Plano terminará; ou (ii) este Plano poderá ser adotado pela companhia sucessora, sujeito à aprovação em Assembleia Geral desta última. O Conselho de Administração ou Comitê poderá, a seu critério, promover uma combinação destas duas alternativas.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos da saída do administrador variam conforme os Planos e a causa da mesma.

Nos Planos Originais, caso de dispensa por Justa Causa, salvo decisão específica contrária do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos ou do Comitê, conforme o caso, caducarão, sem indenização, todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o Vesting.

Para fins dos nossos Planos, considera-se como "Justa Causa" a violação a deveres e responsabilidades previstos na legislação aplicável, no nosso Estatuto Social, nos Planos e nos contratos de opção de compra de nossas ações, bem como, os previstos na legislação trabalhista, na hipótese do beneficiário ser empregado.

Salvo decisão específica contrária do Conselho de Administração ou do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente, serão observadas as seguintes disposições:

- (a) caso já tenham sido cumpridos integralmente os Vestings para exercício das opções de compras, o beneficiário ou seus sucessores, no caso de falecimento, poderão exercer as opções no prazo de 30 dias; e
- (b) caso não tenham sido cumpridos os respectivos períodos de carência o beneficiário ou seus sucessores, no caso de falecimento, perderão o direito de exercer as opções sem nenhuma indenização.

O prazo previsto no caso de dispensa sem Justa Causa não será aplicável aos beneficiários membros do nosso Conselho de Administração que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) de que seja(m) titular(es) no prazo de até dois anos após o término de seu mandato.

No Plano de 2014 e Novo Plano Kroton, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o beneficiário:

- (a) desligar-se por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (b) for desligado por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (c) for desligado por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (d) desligar-se por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais opções; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento poderão ser exercidas no

prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o qual tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(e) falecer: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais opções; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Para fins de atender ao disposto no Acordo de Associação e na Deliberação de Migração, o Conselho de Administração determinará a alteração das regras previstas no Plano 2014, as quais serão formalizadas no Termo Aditivo a ser assinado com cada Beneficiário a quem tais regras forem aplicáveis nos termos do Acordo de Associação ou Deliberação de Migração.

Para o Plano de Ações Restritas, nas hipóteses de desligamento do beneficiário por qualquer motivo, incluindo (com ou sem Justa Causa) demissão, por iniciativa do empregador ou do beneficiário, renúncia ou destituição do cargo de administrador, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano serão extintos caso não tenha decorrido integralmente o Período de Carência, Entretanto, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá, a seu exclusivo critério, deixar de observar esta regra, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário, podendo, conforme aplicável, condicionar o tratamento diferenciado à observância de obrigações após o desligamento, incluindo obrigações de não concorrência com a Companhia, não aliciamiento de colaboradores ou outras que, a critério do Conselho de Administração ou o Comitê, atendam aos interesses sociais.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Previsão para o Exercício Fiscal com fim em 31/12/2020

Previsão para período fiscal com fim em 31/12/2020

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2013

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	6,00	7,00
c) Número de membros remunerados	1,00	1,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	26/11/2013	26/11/2013
ii. Quantidade de opções outorgada	7.200.000	400.000

iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	3.600.000	200.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1.800.000 em 26/11/2016 1.800.000 em 26/11/2017	100.000 em 26/11/2016 100.000 em 26/11/2017
v. Prazo máximo para exercício das opções	3.600.000 em 31/07/2020	100.000 em 26/11/2020 100.000 em 26/11/2021
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 6,88	R\$ 9,02
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,28 por opção	R\$3,28 por opção
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,22%	0,01%

Previsão para período fiscal com fim em 31/12/2020

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2014

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	6,00	7,00
c) Número de membros remunerados	1,00	0,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	03/07/2014	
ii. Quantidade de opções outorgada	1.352.058	
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	450.686	

iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	17.102 em 01/06/2018 433.584 em 18/06/2018	Não há opções disponíveis
v. Prazo máximo para exercício das opções	450.686 em 31/07/2020	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 9,56	
· perdas durante o exercício social	Não há	
· exercidas durante o exercício social	Não há	
· expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,61 por opção	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,03%	

*Previsão para período fiscal com fim em
31/12/2020*

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	6,00	7,00
c) Número de membros remunerados	3,00	2,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	05/10/2015	11/11/2015
ii. Quantidade de opções outorgada	11.800.000	800.000
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	11.640.000	700.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2.400.000 em 05/04/2017 4.440.000 em 05/04/2018	50.000 em 11/05/2016 50.000 em 11/05/2017 300.000 em 11/05/2018

	4.800.000 em 05/04/2019	300.000 em 11/05/2019
v. Prazo máximo para exercício das opções	2.400.000 em 05/04/2021 4.440.000 em 05/04/2022 4.800.000 em 05/04/2023	50.000 em 11/05/2020 50.000 em 11/05/2021 300.000 em 11/05/2022 300.000 em 11/05/2023
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	50% do lote por 6 meses
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 7,99	R\$ 7,99
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,44 por opção	R\$4,71 por opção
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,71%	0,04%

*Previsão para período fiscal com fim em
31/12/2020*

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	6,00	7,00
c) Número de membros remunerados	1,00	0,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/02/2016	
ii. Quantidade de opções outorgada	980.000	
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	490.000	
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	245.000 em 02/08/2018 245.000 em 01/08/2019	

v. Prazo máximo para exercício das opções	245.000 em 01/08/2022 245.000 em 01/08/2023	Não há opções disponíveis
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 9,22	
· perdas durante o exercício social	Não há	
· exercidas durante o exercício social	Não há	
· expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$4,11 por opção	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,03%	

Em relação ao Exercício Fiscal com fim em 31/12/2019

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2013

Período fiscal com fim em 31/12/2019

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	5,00	7,25
c) Número de membros remunerados	1,00	1,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	26/11/2013	26/11/2013
ii. Quantidade de opções outorgada	7.200.000	400.000
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	3.600.000	300.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1.800.000 em 26/11/2016 1.800.000 em 26/11/2017	100.000 em 26/11/2015 100.000 em 26/11/2016 100.000 em 26/11/2017
v. Prazo máximo para exercício das opções	3.600.000 em 31/07/2020	100.000 em 26/11/2019 100.000 em 26/11/2020
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há

vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 6,88	R\$ 9,02
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
· expiradas durante o exercício social	Não há	R\$ 8,97
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,28 por opção	R\$3,28 por opção
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,22%	0,02%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2014

Período fiscal com fim em 31/12/2019

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	5,00	7,25
c) Número de membros remunerados	1,00	0,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	03/07/2014	Não há opções disponíveis
ii. Quantidade de opções outorgada	1.352.058	
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	450.686	
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	17.102 em 01/06/2018 433.584 em 18/06/2018	
v. Prazo máximo para exercício das opções	450.686 em 31/07/2020	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 9,56	

· perdas durante o exercício social	Não há	
· exercidas durante o exercício social	Não há	
· expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,61 por opção	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,03%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2015

Período fiscal com fim em 31/12/2019

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	5,00	7,25
c) Número de membros remunerados	4,00	2,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	05/10/2015	11/11/2015
ii. Quantidade de opções outorgada	12.720.000	800.000
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	12.440.000	700.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2.400.000 em 05/04/2017 4.840.000 em 05/04/2018 5.200.000 em 05/04/2019	50.000 em 11/05/2016 50.000 em 11/05/2017 300.000 em 11/05/2018 300.000 em 11/05/2019
v. Prazo máximo para exercício das opções	2.400.000 em 05/04/2021 4.840.000 em 05/04/2022 5.200.000 em 05/04/2023	50.000 em 11/05/2020 50.000 em 11/05/2021 300.000 em 11/05/2022 300.000 em 11/05/2023
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	50% do lote por 6 meses
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 7,99	R\$ 7,99
· perdas durante o exercício social	Não há	Não há
· exercidas durante o exercício social	Não há	Não há

· expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,44 por opção	R\$4,71 por opção
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,76%	0,04%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2016

Período fiscal com fim em 31/12/2019

a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número total de membros	5,00	7,25
c) Número de membros remunerados	1,00	0,00
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/02/2016	Não há opções disponíveis
ii. Quantidade de opções outorgada	980.000	
iii. Quantidade de opções em aberto no início do período	490.000	
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	245.000 em 02/08/2018 245.000 em 01/08/2019	
v. Prazo máximo para exercício das opções	245.000 em 01/08/2022 245.000 em 01/08/2023	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
· em aberto no início do exercício social	R\$ 9,22	
· perdidas durante o exercício social	Não há	
· exercidas durante o exercício social	Não há	
· expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das opções na data da outorga	R\$4,11 por opção	

f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,03%	
---	-------	--

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2017

Período fiscal com fim em 31/12/2019

O plano de Opções 2017 não tem opções disponíveis no Período fiscal com fim em 31/12/2019. As opções foram substituídas, em 2018, por Ações Restritas.

Em relação ao Exercício Fiscal com fim em 31/12/2018

	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,00	5,00	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	1,00	3,00
Em relação a cada outorga de ações:			
(a) Data de Outorga	03/09/2018	05/10/2018	03/09/2018
(b) Quantidade de ações outorgadas	4.949.732	169.737	468.000
(c) Quantidade de ações em aberto no início do período	0	0	0
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	03/09/2021	103.469 em 05/10/2018 66.268 em 30/11/2019	03/09/2021
(e) Prazo máximo para exercício das ações	Não se aplica à Ações Restritas	Não se aplica à Ações Restritas	Não se aplica à Ações Restritas
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
(g) Valor médio ponderado de exercício das ações			
em aberto no início do exercício social	Não há	Não há	Não há
perdidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
exercidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$50.982.239,60	R\$2.013.080,82	R\$4.820.400,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações	0,30%	0,01%	0,03%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2012

	Diretoria	Conselho de
--	-----------	-------------

	Estatutária	Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	01/04/2012	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	7.200.000	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	3.600.000	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3.600.000 em 01/04/2015	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	3.600.000 em 01/04/2018	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 2,19	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	R\$ 2,30	
expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$1,30 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,22%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2013

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	26/11/2013	26/11/2013
(b) Quantidade de opções outorgadas	7.200.000	400.000
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	5.400.000	400.000
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1.800.000 em 26/11/2015 1.800.000 em 26/11/2016 1.800.000 em 26/11/2017	100.000 em 26/11/2014 100.000 em 26/11/2015 100.000 em 26/11/2016 100.000 em 26/11/2017

(e) Prazo máximo para exercício das opções	1.800.000 em 26/11/2018 1.800.000 em 26/11/2019 1.800.000 em 26/11/2020	100.000 em 26/11/2018 100.000 em 26/11/2019 100.000 em 26/11/2020 100.000 em 26/11/2021
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 5,67	R\$ 7,20
perdidas durante o exercício social	Não há	Não há
exercidas durante o exercício social	R\$ 6,70	R\$ 8,77
expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,28 por opção	R\$3,28 por opção
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,33%	0,02%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	03/07/2014	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	1.352.058	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	450.686	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Todas as opções estão exercíveis 17.102 em 01/06/2018 433.584 em 18/06/2018	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	17.102 em 01/06/2019 433.584 em 18/06/2019	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 9,99	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	Não há	

expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,61 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,03%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2015

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	4,58	2,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	05/10/2015	11/11/2015
(b) Quantidade de opções outorgadas	13.654.000	800.000
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	13.240.000	700.000
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2.400.000 em 05/04/2017 5.240.000 em 05/04/2018 5.600.000 em 05/04/2019	50.000 em 11/05/2016 50.000 em 11/05/2017 300.000 em 11/05/2018 300.000 em 11/05/2019
(e) Prazo máximo para exercício das opções	2.400.000 em 05/04/2021 5.240.000 em 05/04/2022 5.600.000 em 05/04/2023	50.000 em 11/05/2020 50.000 em 11/05/2021 300.000 em 11/05/2022 300.000 em 11/05/2023
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	50% do lote por 6 meses
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 8,42	R\$ 8,42
perdidas durante o exercício social	R\$ 8,11	Não há
exercidas durante o exercício social	R\$ 8,05	Não há
expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,44 por opção	R\$4,71 por opção
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,81%	0,04%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2016

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
--	--------------------------	------------------------------

Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	01/02/2016	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	980.000	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	490.000	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	245.000 em 02/08/2018 245.000 em 01/08/2019	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	245.000 em 01/08/2022 245.000 em 01/08/2023	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 9,65	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	Não há	
expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$4,11 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,03%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2017

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	30/05/2017	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	600.000	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	600.000	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	200.000 em 30/11/2017 200.000 em 30/11/2018 200.000 em 30/11/2019	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	200.000 em 30/11/2021	

	200.000 em 30/11/2022 200.000 em 30/11/2023	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	50% do lote por 6 meses	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 14,18	
perdidas durante o exercício social	R\$ 14,18	
exercidas durante o exercício social	Não há	
expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$4,95 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,04%	

Em relação ao Exercício Fiscal com fim em 31/12/2017

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2010

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	08/02/2010	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	3.200.000	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	981.332	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	341.332 em 08/11/2013 640.000 em 08/11/2014	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	341.332 em 08/11/2018 640.000 em 08/11/2019	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 2,18	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	Não há	
expiradas durante o exercício social	Não há	

Valor justo das opções na data da outorga	R\$0,71 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,06%	

PLANO DE OPÇÕES – Outorgas de 2011

Não há opções disponíveis pela saída de membros da Diretoria Estatutária da Companhia e consequente prescrição ou exercício das opções em aberto.

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2012

	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de ações:			
(a) Data de Outorga	01/04/2012	01/08/2012	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de ações outorgadas	7.200.000	1.760.000	
(c) Quantidade de ações em aberto no início do período	3.600.000	1.466.667	
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	3.600.000 em 01/04/2015	293.333 em 01/08/2014 586.667 em 01/08/2015 586.667 em 01/08/2016	
(e) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3.600.000 em 01/04/2018	293.333 em 01/08/2017 586.667 em 01/08/2018 586.667 em 01/08/2019	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das ações			
em aberto no início do exercício social	R\$ 2,19	R\$ 3,08	
perdidas durante o exercício social	Não há	Não há	
exercidas durante o exercício social	Não há	R\$ 3,58	
expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	

Valor justo das opções na data da outorga	R\$1,30 por opção	R\$1,07 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações	0,22%	0,09%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2013

	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	0,08	4,08	2,00
Em relação a cada outorga de ações:			
(a) Data de Outorga	06/05/2013	26/11/2013	26/11/2013
(b) Quantidade de ações outorgadas	400.002	13.520.000	800.000
(c) Quantidade de ações em aberto no início do período	133.333	12.560.000	500.000
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	133.333 em 06/05/2017	2.900.000 em 26/11/2014 2.900.000 em 26/11/2015 3.380.000 em 26/11/2016 3.380.000 em 26/11/2017	100.000 em 26/11/2014 100.000 em 26/11/2015 100.000 em 26/11/2016 200.000 em 26/11/2017
(e) Prazo máximo para exercício das ações	133.333 em 06/05/2020	1.800.000 em 26/11/2017 2.900.000 em 26/11/2018 2.900.000 em 26/11/2019 3.380.000 em 26/11/2020 1.580.000 em 26/11/2021	100.000 em 26/11/2018 100.000 em 26/11/2019 100.000 em 26/11/2020 200.000 em 26/11/2021
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Não há	Não há
(g) Valor médio ponderado de exercício das ações			
em aberto no início do exercício social	R\$ 5,80	R\$ 5,72	R\$ 6,89
perdidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
exercidas durante o exercício social	R\$ 6,93	R\$ 6,73	R\$ 6,56

expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,04 por opção	R\$3,28 por opção	R\$3,28 por opção
Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações	0,01%	0,77%	0,03%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	0,33	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	03/07/2014	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	2.895.084	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	981.332	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	341.332 em 08/11/2013 640.000 em 08/11/2014	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	341.332 em 08/11/2018 640.000 em 08/11/2019	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 8,43	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	R\$ 7,95	
expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$0,00 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,18%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2015

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	4,17	2,00

Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	05/10/2015	11/11/2015
(b) Quantidade de opções outorgadas	17.415.000	800.000
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	17.415.000	800.000
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	87.000 em 05/04/2016 3.314.000 em 05/04/2017 6.827.000 em 05/04/2018 5.600.000 em 05/04/2019	100.000 em 11/05/2016 100.000 em 11/05/2017 300.000 em 11/05/2018 300.000 em 11/05/2019
(e) Prazo máximo para exercício das opções	87.000 em 05/04/2020 3.314.000 em 05/04/2021 6.827.000 em 05/04/2022 7.187.000 em 05/04/2023	100.000 em 11/05/2020 100.000 em 11/05/2021 300.000 em 11/05/2022 300.000 em 11/05/2023
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	50% do lote por 6 meses
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 8,42	R\$ 8,42
perdidas durante o exercício social	Não há	Não há
exercidas durante o exercício social	R\$ 8,23	R\$ 8,22
expiradas durante o exercício social	Não há	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,44 por opção	R\$4,71 por opção
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	1,07%	0,05%

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2016

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	0,08	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	01/02/2016	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	980.000	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	735.000	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	245.000 em 01/08/2017 245.000 em 02/08/2018 245.000 em 01/08/2019	

(e) Prazo máximo para exercício das opções	245.000 em 01/08/2021 245.000 em 01/08/2022 245.000 em 01/08/2023	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 9,65	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	R\$ 9,47	
expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$4,11 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,05%	

PLANO DE OPÇÕES - Outorgas de 2017

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4,25	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
(a) Data de Outorga	30/05/2017	Não há opções disponíveis
(b) Quantidade de opções outorgadas	600.000	
(c) Quantidade de opções em aberto no início do período	600.000	
(d) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	200.000 em 30/11/2017 200.000 em 30/11/2018 200.000 em 30/11/2019	
(e) Prazo máximo para exercício das opções	200.000 em 30/11/2021 200.000 em 30/11/2022 200.000 em 30/11/2023	
(f) Prazo de restrição à transferência das ações	Não há	
(g) Valor médio ponderado de exercício das opções		
em aberto no início do exercício social	R\$ 14,18	
perdidas durante o exercício social	Não há	
exercidas durante o exercício social	Não há	

expiradas durante o exercício social	Não há	
Valor justo das opções na data da outorga	R\$4,95 por opção	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,04%	

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,00	7,25
Nº de membros remunerados	5,00	2,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	Não há opções não exercíveis	Não há opções não exercíveis
Data em que se tornarão exercíveis		
Prazo máximo para exercício das opções		
Prazo de restrição à transferência das ações		
Preço médio ponderado de exercício		
Valor justo das opções no último dia do exercício social		
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	16.980.686	900.000
Prazo máximo para exercício das opções	4.050.686 em 31/07/2020 2.400.000 em 05/04/2021 4.840.000 em 05/04/2022 245.000 em 01/08/2022 5.200.000 em 05/04/2023 245.000 em 01/08/2023	50.000 em 11/05/2020 100.000 em 26/11/2020 50.000 em 11/05/2021 100.000 em 26/11/2021 300.000 em 11/05/2022 300.000 em 11/05/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	4.050.686 não possuem lock-up 12.930.000 possuem lock-up de 50% do lote por 6 meses	200.000 não possuem lock-up 700.000 possuem lock-up de 50% do lote por 6 meses
Preço médio ponderado de exercício	R\$7,83	R\$8,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$61.720.425,74	R\$4.037.500,00
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$61.720.425,74	R\$4.037.500,00

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,00	7,25
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Em relação às opções exercidas		
Número de ações	Não houve exercício no período	Não houve exercício no período
Preço médio ponderado de exercício		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Em relação às ações entregues¹		
Número de ações entregues	66.268	Não houve entrega no plano de ações para membros do Conselho de Administração
Preço médio ponderado de aquisição	10,49	
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	695.151,32	

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	5,58	2,00
Em relação às opções exercidas		
Número de ações	5.800.000	100.000
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,06	R\$ 8,77
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 49.734.700,00	R\$ 158.000,00
Em relação às ações entregues¹		
Número de ações entregues	103.469	Não houve entrega no plano de ações para membros do Conselho de Administração
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 0,00	
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$ 1.116.448,65	

¹ Todas as ações entregues no exercício de 2018 são referentes à migração de outorgas do plano de opções ("Novo Plano Kroton") para o Plano de Ações Restritas aprovado neste exercício, conforme detalhado na seção 13.4.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	5,58	8,00
Nº de membros remunerados	5,58	2,00
Em relação às opções exercidas		
Número de ações	6.396.731	200.000
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 7,45	R\$ 7,39
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	61.509.353,61	R\$ 2.356.600,00
Em relação às ações entregues¹		
Número de ações entregues	Não houve entrega no plano de ações para a Diretoria Estatutária	Não houve entrega no plano de ações para membros do Conselho de Administração
Preço médio ponderado de aquisição		
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		

¹ Todas as ações entregues no exercício de 2018 são referentes à migração de outorgas do plano de opções ("Novo Plano Kroton") para o Plano de Ações Restritas aprovado neste exercício, conforme detalhado na seção 13.4.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação:

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, estimamos o valor justo das ações e opções nas respectivas datas das outorgas e reconhecemos como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos.

Para todos os nossos planos de opções outorgados até 31 de dezembro de 2014 utilizamos o método Black & Scholes para estimar o valor justo das opções. Para os planos de opções outorgados de 2015 em diante, passamos a utilizar o modelo "Binomial", por representar melhor as condições de exercício antecipado (conforme comentado na norma internacional IFRS 2).

Para o nosso plano de ações restritas, também dentro das recomendações do CPC 10, como o valor do ativo concedido (ação) é observável no mercado (B3), utilizamos seu valor de mercado (cotação da ação na data de outorga) como estimativa do valor justo. Portanto, para o plano de ações restritas não foram utilizados modelos de precificação, por isto não são citados nos itens seguintes.

- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:**

Resumo das premissas das opções em aberto nos últimos 3 exercícios

Data de Outorga	Preço de exercício médio ponderado na outorga	Volatilidade	Taxa de Juros Livre de Risco Média (a.a.)	Data de Expiração Média¹	Proporção de Exercício Antecipado²
08/02/2010 ³	R\$ 2,18	35,00%	6,00%	08/11/2019	-
05/05/2010	R\$ 2,38	35,00%	6,00%	05/05/2020	-
01/04/2012	R\$ 2,19	30,98%	9,72%	01/04/2018	-
01/08/2012 ³	R\$ 3,08	31,38%	8,85%	21/10/2018	-
26/11/2013 ³	R\$ 5,95	25,11%	8,52%	23/04/2020	-
03/07/2014 ³	R\$ 10,33	31,11%	12,61%	09/06/2019	1,70
05/10/2015	R\$ 8,42	38,40%	15,34%	04/10/2021	1,60
11/11/2015 ³	R\$ 8,42	39,37%	15,54%	09/11/2021	1,60
01/02/2016	R\$ 9,41	40,42%	16,00%	30/01/2022	1,60
30/05/2017	R\$ 14,09	41,55%	9,56%	30/05/2023	1,60

¹ Foi considerada como vida da opção a própria data de expiração do contrato

² Considerado apenas nas outorgas em que foi utilizado o modelo Binomial. O valor "1,6" indica que o beneficiário se interessa a exercer sua opção (quando essa está exercível) quando a ação atinge um valor 1,6 vezes o valor do preço de exercício.

³Para essas outorgas, foi realizada, em 2019, uma extensão de prazo de vencimento para alguns beneficiários/lotês. Os novos prazos de vencimento vão de 31/12/2019 a 31/12/2020. Para cálculo da despesa contábil gerada pela extensão, foram seguidas as recomendações do CPC10 para alterações em planos de remuneração baseado em ações.

Preço de Exercício

Foi considerado o preço de exercício dos contratos em sua data de outorga.

Volatilidade Esperada

Foi considerado o histórico dos retornos da Companhia em um período similar à vida da opção. Até 2013 foi utilizada a metodologia de cálculo baseada no Desvio Padrão. A partir de 2015 a Companhia passou a utilizar o modelo EWMA pela sua maior precisão, e partir de 2017 o modelo GARCH, também visando aumento de precisão.

Prazo de Vida da Opção

Foi considerada a própria vida da opção.

Taxa de Juros Livre de Risco

Foram considerados títulos negociados no mercado, indexados a índices que representam a taxa de juros livre de risco, com vencimento similar à vida da opção.

- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:**

Nos planos que utilizaram o de modelo Black-Scholes, não foram incorporadas premissas para representar o exercício antecipado das opções.

Já nos planos que utilizaram o modelo Binomial, consideramos que o beneficiário se interessa a exercer sua opção (quando essa está exercível) quando a ação atinge um valor 1,6 vezes o valor do preço de exercício. Ou seja, nessas situações, ele não aguarda o vencimento do contrato para exercê-las.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Para as outorgas feitas até 31/12/2013, a medida da volatilidade considerada no modelo de precificação de opções foi o desvio padrão anualizado das taxas compostas de retorno das ações, calculada mediante observação de preços de nossas ações em frequência diária.

Já para as outorgas realizadas a partir de 2015, a companhia passou a utilizar o modelo EWMA pela sua maior precisão, e partir de 2017 o modelo GARCH, também visando aumento de precisão.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não houve outra característica da opção incorporada na mensuração de seu valor justo.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

		Quantidade de Valores Mobiliários		
Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Cogna Educação S.A.	Ações Ordinárias	39.271.688	321.773	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item não aplicável, considerando que não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,00	5,58	4,17	7,25	8,00	8,00	4,00	4,00	3,67
Nº de membros remunerados	5,00	5,58	4,17	7,17	8,00	8,00	4,00	4,00	3,67
Valor da maior remuneração (Reais)	22.612.105,05	32.648.502,43	25.475.271,39	1.397.629,14	1.503.106,60	1.034.136,72	205.178,64	204.628,32	201.818,90
Valor da menor remuneração (Reais)	2.222.210,56	2.480.023,26	2.168.112,17	671.044,92	348.737,62	341.099,24	205.178,64	204.628,32	201.818,90
Valor médio da remuneração (Reais)	7.875.215,05	9.157.215,22	10.493.592,93	846.752,75	735.430,63	588.504,97	205.178,64	204.628,32	202.038,01

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.
31/12/2018	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.
31/12/2017	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses

Conselho de Administração

31/12/2019

Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.

31/12/2018

Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

31/12/2017

Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

Conselho Fiscal

31/12/2019

Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

31/12/2018

Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

31/12/2017

Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Assinamos com alguns de nossos administradores e empregados-chave contratos que preveem obrigações de não concorrência a serem observadas por tais administradores ou colaboradores em caso de sua saída da Companhia. Em contrapartida por tais deveres de não concorrência, a Companhia assumiu contratualmente o dever de pagar a remuneração prevista em contrato.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía nos três últimos exercícios sociais administradores e membros do conselho de administração que fossem partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que não houve remuneração aos membros do conselho de administração, fiscal e da diretoria estatutária que não fossem referentes à função que ocupavam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores referentes à remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras informações relevantes

Itens 13.4 a 13.7

A Companhia optou por atualizar o formato da apresentação das informações dos itens 13.5, 13.6 e 13.7 em relação aos documentos dos anos anteriores por entender que a forma do presente relatório está mais adequada à Instrução CVM Nº 552, de 9 de outubro de 2014 e, por isso, dá mais transparência às informações de remuneração dos administradores da Companhia.

Nestes mesmos itens, para fins de cálculo da diluição dos planos de incentivo de longo prazo baseados em opções de compras de ação, foi considerado o número de ações disponível no capital social integralizado da companhia em 31/12/2019 (1.644.248.206).

Conforme explicado no item 13.4, o Plano de Ações Restritas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de setembro de 2018 prevê a outorga de ações restritas visando, além da outorga de novas ações a beneficiários, a migração de parte das opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Novo Plano Kroton 2015 a beneficiários determinados. No item 13.7, todas as ações entregues no âmbito do Plano de Ações Restritas são referentes a outorgas de migração de opções de compra de ações.

Número de Membros

Os números de membros de cada órgão para os exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, indicados no Item 13.2 acima, correspondem à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente para cada exercício social, com duas casas decimais. Para o exercício de 2020, consideramos o número final de membros em 2019, uma vez que é uma previsão. A memória de cálculo da quantidade de membros dos três últimos exercícios é apresentada na tabela abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	8	5	4
Fevereiro	8	5	4
Março	8	5	4
Abril	7	5	4
Maio	7	5	4
Junho	7	5	4
Julho	7	5	4
Agosto	7	5	4
Setembro	7	5	4
Outubro	7	5	4
Novembro	7	5	4
Dezembro	7	5	4
Média	7,25	5,00	4,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	8	6	4
Fevereiro	8	6	4
Março	8	6	4
Abril	8	6	4
Maio	8	6	4
Junho	8	6	4
Julho	8	6	4
Agosto	8	5	4
Setembro	8	5	4
Outubro	8	5	4
Novembro	8	5	4
Dezembro	8	5	4
Média	8,00	5,58	4,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	8	4	3
Fevereiro	8	4	3
Março	8	4	3
Abril	8	4	3
Maiο	8	4	4
Junho	8	4	4
Julho	8	4	4
Agosto	8	4	4
Setembro	8	4	4
Outubro	8	4	4
Novembro	8	4	4
Dezembro	8	6	4
Média	8,00	4,17	3,67

Lei da PLR

Em novembro de 2019, nossa subsidiária Editora e Distribuidora Educacional foi autuada pela Secretaria da Receita Federal tendo como objeto a não dedutibilidade da despesa de PLR no período de 2015 a 2017. A fiscalização entendeu que os valores pagos aos colaboradores e diretores de nossa subsidiária não seriam dedutíveis para fins de imposto de renda, sob a ótica da Lei nº 10.101/01 (Lei da PLR) e do Regulamento do Imposto de Renda. A autuação é da ordem de R\$ 67 milhões, sendo R\$ 46 milhões relativos a não dedutibilidade da despesa e R\$ 20 milhões relativos a multa isolada pelo recalcule mensal do IRPJ com a tributação do PLR. Nossa subsidiária apresentou defesa administrativa ao processo e o mesmo se encontra atualmente aguardando julgamento da DIPJ. Nossos advogados deram a classificação de perda remota para este auto de infração. No entanto, esta classificação de perda poderá sofrer variações, no todo ou em parte. Caso parte da contingência seja classificada por nossos advogados como provável, teremos um efeito adverso em nossas provisões.

Anexo E. – Estatuto Social Consolidado

(Conforme Art. 12 da ICVM 481/09 e Item 13 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

COGNA EDUCAÇÃO S.A. ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I. NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º. A Companhia tem a denominação social de Cogna Educação S.A. e reger-se-á pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede, pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

§1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

§2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

- (a)** desenvolvimento e/ou a administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação em todos os níveis;
- (b)** desenvolvimento e/ou administração de atividades de ensino, regulamentada ou não regulamentada, em todos os níveis, utilizando metodologias presenciais ou à distância;
- (c)** desenvolvimento e/ou administração de atividades de pesquisa e extensão;
- (d)** edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais;
- (e)** comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de material didático, paradidático, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, bem como licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica;
- (f)** intermediação e representação de venda de material didático, paradidático, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, inclusive com o recebimento de comissões pelas vendas;
- (g)** gestão de direitos autorais de obras literárias ou objetos de aprendizagem, impressos ou digitais;
- (h)** prestação de serviços educacionais e serviços de treinamento, qualificação, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados a educação, inclusive por meio de plataformas;
- (i)** administração de bens e negócios próprios;
- (j)** guarda e conservação de mercadorias e gêneros educacionais e/ou didáticos pertencentes a terceiros; e
- (k)** participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades que explorem ou exerçam as atividades acima indicadas, no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II. DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ ~~5.011.677.358,90~~ **7.667.615.402,90**, totalmente subscrito e integralizado, dividido em ~~1.644.248.206~~ **1.876.606.210** ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º. Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

§2º. Poderá ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

§3º. A Companhia não poderá emitir Partes Beneficiárias.

§4º. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de até ~~2.000.000.000~~ **3.000.000.000** ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

§1º. Na hipótese prevista no caput deste Artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

§2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, aprovar a emissão de ações em decorrência de outorgas de opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

§ 3º. A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos arts. 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 7º. A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

CAPÍTULO III. DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no art. 132, da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

§1º. As Assembleias Gerais deverão ser convocadas nos termos do art. 124, da Lei das S.A., com 15 dias de antecedência, no mínimo, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação; não se realizando a Assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias da realização da Assembleia.

§2º. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

§3º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante deliberação da maioria de seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto e no Parágrafo único, do art. 123, da Lei das S.A.

Artigo 9º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por qualquer outro membro do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Artigo 10. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seu nome e residência e a quantidade de ações de que forem titulares.

§1º. A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral.

§2º. Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento da lista de acionistas presentes poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 11. Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

Artigo 12. Sem prejuízo das demais competências previstas em lei e neste Estatuto Social, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- (a) as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (b) a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas, com base na proposta apresentada pela administração;
- (c) transformação, cisão, incorporação e fusão da Companhia, assim como sua dissolução e liquidação, eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas;
- (d) alteração deste Estatuto Social;
- (e) aumento, acima do limite do capital autorizado, ou redução do capital social e aprovação de avaliação de bens destinados à integralização de capital;
- (f) aprovação de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, bem como aos administradores e empregados de Controladas da Companhia ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;
- (g) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração;
- (h) eleição do Conselho Fiscal, se instalado, sua destituição e a definição de sua remuneração;
- (i) definição da remuneração global anual dos membros da administração, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada, bem como da participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia, participação esta que não poderá exceder os limites do art. 152, da Lei das S.A.;
- (j) a saída da Companhia do Novo Mercado;
- (k) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e

(I) a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta e/ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Qualquer deliberação da Assembleia Geral será tomada por acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações presentes em tal Assembleia Geral, exceto se maioria qualificada for requerida pela Lei das S.A. e observado o disposto deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV. DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I. Normas Gerais

Artigo 13. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração, podendo ser assessorado por comitês, e à Diretoria.

Parágrafo Único. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no livro próprio, dentro dos 30 dias que se seguirem à sua eleição.

§1º. A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura do Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 44 abaixo.

§2º. A posse das pessoas mencionadas no parágrafo acima, também estará condicionada à assinatura de Termo de Adesão à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, bem como à Política de Negociação de Valores Mobiliários adotadas pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 358, de 22 de janeiro de 2002, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Os administradores, ao tomarem posse de seus cargos, deverão assinar Termo de Confidencialidade, assim como zelar para que a violação à obrigação de sigilo não ocorra por meio de subordinados ou terceiros.

Seção II. Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 13 membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência da vacância desse cargo.

§ 2º. O Conselho de Administração deverá adotar um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º. Pelos menos 2 membros ou no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme o Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

§ 4º. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 16. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente em periodicidade trimestral e, extraordinariamente, sempre que solicitado por qualquer conselheiro, mediante convocação escrita entregue aos demais, conforme previsto no § 1º abaixo.

§ 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, por qualquer membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 dias, mediante convocação escrita que fixe a data, a hora e o lugar da reunião. Com a antecedência mínima de 3 dias úteis da reunião, os conselheiros deverão receber a ordem do dia e toda documentação de apoio razoavelmente necessária que permita a adequada deliberação de todas as matérias previstas. As convocações e ordens do dia das reuniões do Conselho de Administração deverão ser enviadas pelo Presidente do Conselho de Administração, no caso das reuniões ordinárias, ou pelo conselheiro que tiver convocado a reunião extraordinária.

§ 2º. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente no escritório da Companhia localizado na Cidade de São Paulo e serão presididas pelo seu Presidente ou, na ausência deste, por seu Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência de ambos, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, eleito por maioria de votos dos presentes.

Artigo 17. Atendido o prazo de convocação, as reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos conselheiros, pessoalmente, à distância nos termos do § 1º abaixo ou representados nos termos do § 2º abaixo.

§ 1º. Os conselheiros terão direito de participar das reuniões e votar as matérias à distância, sendo certo que poderão fazê-lo por meio de telefone, videoconferência, correio, e-mail ou outro meio eletrônico, ou mediante indicação de outro conselheiro conforme o disposto no § 2º abaixo.

§ 2º. Qualquer membro efetivo do Conselho de Administração poderá indicar outro membro do Conselho de Administração para que este possa votar em seu nome, em reunião do Conselho de Administração, as matérias especificadas na respectiva indicação. Tais indicações deverão ser arquivadas na sede da Companhia.

§ 3º. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecem todos os membros do Conselho de Administração.

Artigo 18. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração:

(a) convocar as Assembleias Gerais da Companhia;

(b) controlar e fiscalizar o desempenho dos Diretores da Companhia e de suas Controladas e examinar as contas da respectiva administração sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, podendo para tanto examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos, certidões e registros da Companhia e de suas Controladas, e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pelas mesmas;

(c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas Controladas, aprovando as diretrizes estratégicas, políticas empresariais e objetivos para todas as áreas de atuação da Companhia e de suas Controladas;

(d) aprovar o planejamento estratégico de longo prazo, o orçamento anual e o Plano de Investimentos da Companhia e das sociedades Controladas;

(e) eleger os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições adicionais às estatutárias e legais;

(f) deliberar sobre a criação dos comitês de assessoramento, a eleição de seus membros, bem como a elaboração e aprovação de seus regimentos internos;

(g) destinar, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Companhia;

(h) indicar e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas Controladas;

(i) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou de juros sobre o capital próprio;

(j) aprovar a participação da Companhia ou de qualquer de suas Controladas no capital social de outra sociedade ou pessoa, constituição de sociedades, associações, joint ventures envolvendo a Companhia ou qualquer de suas Controladas com terceiros, celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou de sócios relativos às sociedades em que a Companhia participe, direta ou indiretamente, por meio de qualquer sociedade Controlada, ou alteração de qualquer dos acordos de acionistas ou de sócios existentes;

(k) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;

(l) aprovar quaisquer das seguintes operações ou contratações quando ultrapassarem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração, exceto se já previstas no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração: (i) endividamentos, incluindo a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "commercial papers" ou outros de uso comum no mercado; (ii) aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos relevantes; (iii) aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não-circulante da Companhia ou de suas Controladas; (iv) realização de investimentos, despesas de capital (CAPEX) ou despesas operacionais (OPEX); ou (v) celebração de contratos, ou renúncias ou alienação de direitos pela Companhia ou pelas suas Controladas;

(m) aprovar a prestação de quaisquer garantias pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas, exceto entre si;

(n) aprovar a concessão de qualquer mútuo ou financiamento pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas, exceto entre si;

(o) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma do disposto no Artigo 6º deste Estatuto, sendo certo que a competência para a aprovação das outorgas poderá ser delegada pelo Conselho de Administração para um comitê do Conselho de Administração, conforme venha a ser permitido pelo plano de opção de compra aprovado pela Assembleia Geral;

(p) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários pela Companhia e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso;

(q) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado;

(r) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

(s) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as alternativas à aceitação da oferta pública disponíveis no mercado; e (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(t) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

(u) aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos neste Artigo; e

(v) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

§ 1º. A diretoria da Companhia não poderá praticar nenhum dos atos indicados neste Artigo exceto se previamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

§ 2º. Sem prejuízo das demais matérias elencadas no Artigo 12 ou no Artigo 19 acima, compete ao Conselho de Administração, por maioria dos eleitos, determinar o voto a ser proferido pela Companhia ou por qualquer Controlada em Assembleias gerais, reuniões de sócios, reuniões dos órgãos de administração das Controladas ou em alterações de contratos sociais.

Artigo 20. Ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto poderá ser nomeado pelos conselheiros remanescentes e, sendo eleito, completará o mandato do conselheiro sendo substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Artigo 21. No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro indicado por escrito por ele, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente ou temporariamente impedido. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e na ausência ou impedimento deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo próprio órgão.

Parágrafo Único. Caso o Conselheiro a ser representado seja Conselheiro Independente, o Conselheiro que o representar também deverá se enquadrar na condição de Conselheiro Independente.

Seção III. Comitês de Assessoramento

Artigo 22. O Conselho de Administração poderá criar comitês de assessoramento da Administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos, designando os seus respectivos membros e prazo de duração.

§ 1º. As atribuições de cada comitê serão definidas em Regimento Interno específico para o comitê em questão, aprovado pelo Conselho de Administração quando da criação do respectivo comitê. O Regimento Interno conterá ainda as regras de funcionamento do comitê e outras disposições que o Conselho de Administração julgar convenientes.

§ 2º. As pessoas indicadas para os comitês de assessoramento, administradores da Companhia ou não, deverão possuir comprovada capacitação acerca das competências e/ou atribuições do comitê em questão.

Seção IV. Diretoria

Artigo 23. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 4 e, no máximo, 10 membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 Diretor Presidente (*Chief Executive Officer – CEO*), 1 Diretor de Relação com Investidores (*Investor Relations Officer*) e os demais Diretores com os cargos e atribuições a eles definidos pelo Conselho de Administração.

§ 1º. É autorizada a cumulação de até 2 cargos por Diretor.

§ 2º. Todos os Diretores devem ser residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

Artigo 24. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que necessário, a critério do Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, para tratar de aspectos operacionais.

Parágrafo Único. A reunião da Diretoria instalar-se-á com a presença de diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

Artigo 25. Compete à Diretoria as atribuições fixadas em lei e a implementação das determinações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, observadas as demais normas deste Estatuto Social.

§ 1º. Compete ao Diretor Presidente: (i) garantir a implementação das determinações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e (iii) ter a seu cargo o comando dos negócios da Companhia.

§ 2º. Compete ao Diretor de Relação com Investidores as atribuições a ele conferidas pela legislação em vigor, dentre as quais a prestação de informações aos investidores, à CVM e à B3, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

§ 3º. As competências e atribuições específicas dos demais Diretores, bem como competências e atribuições do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores complementares às definidas neste Estatuto poderão ser estabelecidas pelo Regimento Interno da Diretoria, caso este seja elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

§ 4º. Compete ainda à Diretoria em geral:

(a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral e do Diretor-Presidente;

(b) elaborar e propor ao Conselho de Administração (i) o planejamento estratégico de longo prazo; (ii) o orçamento anual da Companhia, (iii) o Plano de Investimentos, e cumprir e fazer cumprir o disposto nestes documentos;

(c) propor ao Conselho de Administração o ingresso da Companhia em novos negócios;

(d) representar a Companhia, em conformidade com as atribuições, alçadas e poderes estabelecidos neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, conforme o caso;

(e) avaliar e deliberar a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do Brasil ou no exterior;

(f) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes;

(g) propor ao Conselho de Administração a criação e a extinção de subsidiárias e controladas no Brasil e no exterior;

(h) prover e administrar o quadro de pessoal da Companhia e a Política de Recursos Humanos;

(i) aprovar quaisquer investimentos pela Companhia que não estejam previstos no orçamento anual e cujo valor, de forma isolada ou cumulativa, não exceda os limites estipulados pelo Conselho de Administração ou por este Estatuto Social;

(j) aprovar quaisquer contratos ou outras obrigações (incluindo contratos de financiamento bancário) da Companhia que não estejam previstos no orçamento anual e cujo valor não exceda, de forma isolada ou cumulativa, os limites estipulados pelo Conselho de Administração ou por este Estatuto Social, inclusive avais, fianças, ou outras garantias que sejam necessários à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia;

(k) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação societária pela Companhia, incluindo controladas ou subsidiárias integrais, para as transações cujos valores envolvidos, por operação, não ultrapassem os limites estipulados pelo Conselho de Administração ou por este Estatuto Social;

(l) propor ao Conselho de Administração políticas de riscos, alçadas e investimentos aplicáveis à Companhia;

(m) cooperar com o Diretor Presidente da Companhia na implantação das determinações do Conselho de Administração e Assembleia Geral da Companhia; e

(n) cooperar com o Diretor Presidente no comando geral da Companhia e, especificamente, na área de negócios em que for designada sua atuação.

Artigo 26. Observado o disposto no Artigo 19, § 1º, acima, todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados: **(a)** por quaisquer 2 Diretores; **(b)** por 1 Diretor, nas hipóteses previstas no § 2º deste Artigo; **(c)** por 1 Diretor, em conjunto, com 1 procurador constituído nos termos do § 1º deste Artigo; ou **(d)** por 2 procuradores constituídos nos termos do § 1º deste Artigo.

§ 1º. Observado o disposto no Artigo 19, as procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por quaisquer 2 Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive para a assunção das obrigações de que trata o presente Artigo, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

§ 2º. Poderá, ainda, a Companhia ser representada validamente por 1 Diretor qualquer na contratação de empregados, em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista.

Artigo 27. É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social.

CAPÍTULO V. DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, integrado por 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, ao qual competirão as atribuições previstas em lei.

§ 1º. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI. DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Artigo 29. A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 30. A oferta pública referida no Artigo anterior será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 31. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública de aquisição referida no Artigo 29 acima;

(b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e

(c) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 meses subsequentes à aquisição do Poder de Controle, conforme for o caso.

CAPÍTULO VII. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 32. Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º. O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, dos seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do art. 8º, da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo Artigo.

§ 2º. A escolha de instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 3º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação serão arcados integralmente pelo ofertante.

Artigo 33. Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação pelo qual formulará a oferta pública.

§ 1º. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante, conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Se o Valor Econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar

expressamente em formular oferta pública pelo Valor Econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

§ 3º. O cancelamento do registro de companhia aberta seguirá os procedimentos e atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis por força da legislação vigente, especialmente aquelas constantes das normas editadas pela CVM sobre a matéria, e respeitados os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII. SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 34. A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em Assembleia Geral e comunicada à B3 por escrito com antecedência prévia mínima de 30 dias.

Artigo 35. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do § 1º e do § 2º do Artigo 32, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 36. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 35 acima.

§ 1º. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 37. A Alienação de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado obrigará o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às Alienações de Controle da Companhia previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único. Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições do Regulamento do Novo Mercado, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas neste Artigo.

Artigo 38. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, deverá ser convocada, em até 2 dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração

§ 1º. Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput deste Artigo não seja convocada no prazo acima estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia, observados os termos da lei.

§ 2º. O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no § 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 para esse fim, o que for menor.

Artigo 39. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 32 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse Artigo.

§ 2º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§ 3º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º. Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPÍTULO IX. DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 40. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral e os demais demonstrativos exigidos por lei.

§ 1º. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitando o disposto no art. 204 da Lei das S.A.

§ 2º. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 3º. Observados os limites legais, o Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá declarar o pagamento de juros sobre capital próprio, com base no último balanço anual ou semestral levantado pela Companhia.

§ 4º. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre o capital próprio serão sempre imputados ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 41, (b) abaixo.

Artigo 41. Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal; e (b) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei das S.A., serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório.

§ 1º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral.

§ 2º. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Artigo 42. Poderá ser atribuído à reserva para investimentos importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimentos. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social.

Parágrafo Único. O Conselho de Administração poderá, caso considere o montante da reserva estatutária definida no parágrafo anterior, suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à Assembleia Geral que seja destinado à formação da aludida reserva estatutária, em determinado exercício social, percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido no acima; e/ou (ii) propor que parte dos valores integrantes da aludida reserva estatutária sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

CAPÍTULO X. DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 43. Os eventuais acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que tenham sido arquivados na sede social, cabendo à respectiva administração abster-se de computar os votos lançados contra os termos de tais acordos.

Parágrafo Único. As obrigações ou ônus resultantes de tais acordos somente serão oponíveis a terceiros depois de averbados nos livros de registro de ações da Companhia e nos certificados ou comprovantes das ações, se emitidos.

CAPÍTULO XI. JUÍZO ARBITRAL

Artigo 44. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, as disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII. LIQUIDAÇÃO

Artigo 45. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO XIII. TERMOS DEFINIDOS

Artigo 46. Além dos demais termos definidos neste Estatuto Social, os termos abaixo indicados, quando aqui utilizados com iniciais em letra maiúscula, tanto no singular como no plural, terão o seguinte significado:

I. "Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

II. "Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

III. "Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

IV. "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.

V. "Adquirente" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

VI. "Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

VI. "Grupo de Acionistas" significa o grupo de Pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum. VIII. "Novo Mercado" significa o segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 denominado Novo Mercado.

IX. "Partes Beneficiárias" significa os títulos caracterizados no art. 46, da Lei das S.A.

X. "Pessoa" significa qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como quaisquer entes desprovidos de personalidade jurídica, organizados de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, tais como uma companhia, uma parceria, uma sociedade limitada, uma joint venture, uma associação, uma sociedade em conta de participação, um *trust*, um fundo de investimento, uma fundação uma associação não personificada ou qualquer outra entidade ou organização.

XI. "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à Pessoa ou Grupo de Acionistas que seja titular de ações que tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

XII. "Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM

Anexo F. – Relatório de Alterações Estatutárias

(Conforme Art. 12 da ICVM 481/09 e Item 13 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

Consta a seguir, na forma do art. 11 da ICVM 481, relatório em forma de tabela detalhando a origem e justificativa das alterações propostas ao estatuto social da Companhia e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos, conforme aplicável:

Disposição Estatutária Original	Redação Proposta ao Estatuto Social	Justificativa
<p>Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 5.011.677.358,90, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.644.248.206 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 5.011.677.358,90 7.667.615.402,90, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.644.248.206 1.876.606.210 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Alteração do <i>caput</i> do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar o valor do capital social e número total de ações emitidas pela Companhia em função da deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de fevereiro de 2020.</p>
<p>Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de até 2.000.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.</p>	<p>Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de até 2.000.000.000 3.000.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.</p>	<p>Alteração do <i>caput</i> do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para aumentar o número de ações total que poderão ser emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia, de modo a preservar a utilidade e o objetivo subjacente à previsão de capital autorizado, isto é, viabilizar uma maior flexibilidade e dinamismo a eventuais capitalizações futuras da Companhia, através de um procedimento mais célere.</p>